

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE GEOGRAFIA

CHEIENE DAMÁZIO

**MAPA-ANÁLISE DOS FATORES DE RISCO DE TRABALHO
INFANTIL: MORRO DA FUMAÇA E SEUS PEQUENOS
TRABALHADORES**

CRICIÚMA (SC), JULHO DE 2011.

CHEIENE DAMÁZIO

**MAPA-ANÁLISE DOS FATORES DE RISCO DE TRABALHO
INFANTIL: MORRO DA FUMAÇA E SEUS PEQUENOS
TRABALHADORES**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de bacharel no curso de Geografia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. MSc. Marcos Back

CRICIÚMA (SC), JULHO DE 2011.

CHEIENE DAMÁZIO

**MAPA-ANÁLISE DOS FATORES DE RISCO DE TRABALHO
INFANTIL: MORRO DA FUMAÇA E SEUS PEQUENOS
TRABALHADORES**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de bacharel, no Curso de Geografia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em História Econômica, Política e Desenvolvimento Regional.

Criciúma (SC), 06 de julho de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Marcos Back – Mestre em Geografia (UNESC) - Orientador

Prof^ª. Rose Maria Adami – Doutora em Geografia (UNESC)

Prof. Ismael Francisco de Souza – Mestre em Serviço Social (UNESC)

**Àquela que, inocente dormia, enquanto
mamãe estudava: Lavínia (um ano, um mês).**

AGRADECIMENTOS

Meu esposo.

Meus amigos.

Meus familiares.

Meus professores.

E.E.B. Vitório Búrigo.

E.E.B. Princesa Isabel.

Departamento de Geografia – UNESC.

Conselho Tutelar do Município de Morro da Fumaça.

Secretaria de Educação e Cultura de Morro da Fumaça.

Secretaria de Obras e Planejamento de Morro da Fumaça.

Secretaria da Família e Assistência Social de Morro da Fumaça.

Instituto de Pesquisas Socioeconômicas – IPESE / I-Parque – UNESC.

**“Tá relampiano
Cadê neném?
Tá vendendo drops
No sinal prá alguém
E ta vendendo drops
No sinal...”**

Lenine

RESUMO

No presente trabalho, reflete-se sobre os fatores de risco de Trabalho Infantil, no município de Morro da Fumaça/SC, enquanto condicionantes para que a criança ou adolescente se torne um trabalhador, tais como pobreza, renda familiar, necessidades personalizadas, evasão escolar, repetência, série que frequenta, gênero, escolaridade e profissão dos pais. Discutem-se ainda sobre as atividades informais desenvolvidas pelos adolescentes nas olarias, desmascarando outras atividades laborais que os adolescentes encontram-se desenvolvendo como a panfletagem e os empregos no comércio, dada a flexibilidade dos horários de trabalho. Discuti-se ainda a atuação do Conselho Tutelar e do PETI como formas de intervenção e inibição do trabalho infantil. Os procedimentos metodológicos envolveram pesquisa bibliográfica cujos referenciais foram: Souza (2006), Larsen (2007) Lieten (2007), Tomasevski (2007), Righetto (1999), Damázio (2009), Doek (2007), Lange (2007), Glasinovich (2007), Matiola (2004), Corrêa e Gomes (2003), Custódio e Veronese (2007), Herrera (2007) e Almeida Neto (2004), e pesquisa de campo, onde foram entrevistados 358 adolescentes matriculados nas escolas públicas de ensino fundamental: Estaduais e Municipais. Confirmou-se, na pesquisa, que a pobreza, assim como outros fatores de risco, não podem ser analisados isoladamente. Para o mapeamento das áreas de risco de trabalho infantil no município, foram utilizadas perguntas índices tais como gênero, escolaridade, evasão, reprovações e participação no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). O trabalho infantil em Morro da Fumaça, apesar da ilegalidade, não é oculto, ele acontece à luz do dia, pelas ruas da cidade. Oculto é somente a modalidade que acontece no interior de residências e por isso tão difícil de ser fiscalizado, pois nem mesmo as crianças admitem-no como forma de trabalho. Apesar de um dos fatores de risco de trabalho infantil ser o aspecto cultural, nessa pesquisa esse fator não foi averiguado, uma vez que necessitaria a aplicação de questionários junto aos pais.

Palavras-chave: Trabalho Infantil. Infância. Fator de Risco. Mapa. Morro da Fumaça.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa da Região Carbonífera.	31
Figura 2: Mapa político e rodo-ferroviário do município de Morro da Fumaça.....	33
Figura 3: Comparativo entre o Produto Interno Bruto (PIB) de Morro da Fumaça....	37
Figura 4: Pirâmide etária do município de Morro da Fumaça-SC.....	38
Figura 5: Frequência de encaminhamentos do APÓIA por escola.....	45
Figura 6: Mapa de deslocamento dos adolescentes considerando as escolas do perímetro urbano de Morro da Fumaça.....	51
Figura 7: Renda mensal do adolescente trabalhador expressa em reais (R\$).....	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Atribuições das Cores Quentes e Cores Frias.....	24
Tabela 2: Municípios da AMREC e suas respectivas áreas e populações.....	32
Tabela 3: População do município de Morro da Fumaça	32
Tabela 4: Dados econômicos do município de Morro da Fumaça – SC.....	34
Tabela 5: Estabelecimentos de cerâmica vermelha associados ao SINDICER	35
Tabela 6: Produção agropecuária do município de Morro da Fumaça - 2009.....	36
Tabela 7: Estoque de empregos por setor - Morro da Fumaça/2005.....	36
Tabela 8: Distribuição das matrículas do ensino fundamental.....	38
Tabela 9: Frequência de trabalho infantil por gênero	41
Tabela 10: Frequência de rendimento familiar do adolescente trabalhador.....	42
Tabela 11: Frequência de adolescentes em famílias monoparentais.....	46
Tabela 12: Frequência de nível escolar dos trabalhadores e não-trabalhadores	47
Tabela 13: Frequência de reprovação.....	48
Tabela 14: Frequência de evasão escolar.....	49
Tabela 15: Frequência de forma de deslocamento dos adolescentes.....	50
Tabela 16: Motivos que sujeitam ao trabalho infantil.....	53
Tabela 17: Escolaridade do pai e da mãe.....	56
Tabela 18: Participação dos pais/responsáveis nas atividades dos filhos.....	57
Tabela 19: Frequência de atividades realizados	58
Tabela 20: Frequência de emprego do pai e da mãe.....	60
Tabela 21: Frequência de ocupação laboral dos adolescentes.....	62
Tabela 22: Estado de procedência dos adolescentes trabalhadores.....	63
Tabela 23: Frequência de trabalho dos adolescentes trabalhadores.....	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMESC – Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense
AMREC – Associação dos Municípios da Região Carbonífera
AMUREL – Associação dos Municípios da Região de Laguna
APÓIA – Aviso por Infrequência de Aluno
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
C.E.I – Centro de Educação Infantil
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
E.E.B – Escola de Ensino Básico
E.E.B.M – Escola de Educação Básica Municipal
FECAM – Federação Catarinense dos Municípios
FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPAT – Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas
I-Parque – Parque Científico e Tecnológico
IPESE – Instituto de Pesquisas Socioeconômicas
MDS – Ministério de Desenvolvimento Social
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
SIPIA – Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB – Produto Interno Bruto
PMMF– Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SINDICER – Sindicato da Indústria da Cerâmica Vermelha
Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
Unicef – Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Criança

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 TRABALHO INFANTIL NO CONTEXTO ESPAÇO-TEMPO	14
2.1 Fatores de risco que sujeitam o adolescente ao trabalho infantil	19
3 CARTOGRAFIA	22
3.1 Cartografia Temática	22
3.1.1 Diagramação	23
3.1.2 Regras básicas: cores e modos de implantação	24
3.1.3 Bases estatísticas para a tradução gráfica	25
4 METODOLOGIA.....	26
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	30
5.1 Caracterização da área de estudo.....	30
5.2 Morro da Fumaça e seus pequenos trabalhadores	40
5.3 Pequeno trabalhador fumacense: perfil do adolescente trabalhador.....	66
5.4 Composição do mapa de fatores de risco de trabalho infantil.....	67
6 CONCLUSÃO	70
REFERÊNCIAS.....	75
APÊNDICE: Piores Formas de Trabalho Infantil (LISTA TIP).....	78
ANEXO 1 – Mapa de risco de trabalho infantil de Morro da Fumaça, 2011	89
ANEXO 2 – Classificação dos bairros de acordo com as perguntas índices....	91
ANEXO 3 – Intervalos e Classificação dos Bairros	93
ANEXO 4 – Questionário sobre Trabalho e Renda	95
ANEXO 5 – Questionário para o Conselho Tutelar	102

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal Brasileira (1988) e o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) proíbem o trabalho infantil, mas a incidência de exploração do trabalho infanto-juvenil no Brasil é uma realidade constante. Trata-se de um fenômeno social intensificado pela pobreza e pela desigualdade social. Estes fatores determinam a inserção precoce de crianças em atividades remuneradas, colocando-as, em alguns casos, como responsáveis financeiramente pela família.

A inserção da criança no mercado de trabalho priva-a do direito de estudar e pode lesionar seu corpo ainda em desenvolvimento. Na maioria dos casos, o trabalho infantil, não constitui uma escolha, mas uma imposição da realidade social excludente em que vivem muitos brasileiros.

O caderno do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil (SANTA CATARINA, 1997) traz um quadro alarmante de trabalho Infantil para o Estado de Santa Catarina. O Estado é caracterizado por 22 municípios cuja mão-de-obra infantil é utilizada nas atividades rurais produtivas de maçã, alho e madeira. E nas atividades urbanas industrializadoras de cristais, jornais, calçados, construção civil e olarias. Num universo de 202 empresas constatou-se que dos 11.964 empregados, 10,3% da mão-de-obra era constituída de crianças e adolescentes. Destes, 77% tinham jornada superior a 8 horas diárias e 65% não frequentavam a escola.

No ano de 2006, em fase de encerramento do curso de licenciatura em Geografia, na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) desenvolveu-se a pesquisa sobre o trabalho infantil nas olarias de Morro da Fumaça, a fim de comprovar sua existência. Na época, entrevistou-se os alunos, professores e diretora da Escola de Educação Básica Municipal (E.E.B.M) Maurina de Souza Patrício, localizada no então Loteamento Graziela, hoje bairro Graziela.

O resultado desse trabalho foi um artigo, publicado em co-autoria com os professores Fernando Goularti Rocha e Rose Maria Adami, intitulado “O Trabalho Infantil nas Olarias de Morro da Fumaça - SC”. Este, disponibilizado em meio eletrônico pela Revista de Iniciação Científica da UNESC e apresentado no VI Seminário Interdisciplinar dos Cursos de Licenciaturas da referida instituição.

O resultado do trabalho escrito em 2006: foram entrevistados 20 crianças

e adolescentes trabalhadores, com idades entre 7 e 12 anos, que declararam exercer atividades em olarias (carregando e descarregando carrinhos, fornos, caminhões e limpando o pátio e corredores da olaria). Os rendimentos variavam entre um a três reais ao dia (1,00 a 3,00 R\$/dia). Os responsáveis pelo pagamento, em 75% dos casos, eram os pais, tios ou padrinhos. Em apenas 25% dos casos, os responsáveis pelo pagamento do trabalho infantil eram os donos das cerâmicas (olarias). 50% delas afirmaram trabalhar após a chegada da escola e/ou PETI.

Como professora da referida escola, ouviu-se os relatos informais dos alunos a cerca de diversos assuntos, e logo surgiu a questão do trabalho infantil, fato que despertou muitas curiosidades. Na certeza de fazer descobertas reveladoras sobre essa situação investigou-se-a cientificamente.

As crianças relataram o trabalho carregando carrinhos cheios de tijolos, fazendo trabalho doméstico, como babás, bordadeiras, diaristas, jardineiros, em atividades agrícolas e como vendedoras de cosméticos.

Das [20] crianças entrevistadas, quando questionadas sobre o exercício de atividade remunerada, todas afirmaram que já tiveram alguma. Declararam que trabalhavam em atividades oleiras, carregando e descarregando carrinhos, fornos, caminhões e limpando olarias. As crianças salientaram ainda que, por vezes, cuidavam de crianças menores para que as mães pudessem trabalhar, e em serviços de jardinagem, como capinar terrenos e cortar grama (DAMÁZIO, ROCHA, ADAMI, 2009, p.23)

Nas reuniões de direção e professores confirmava-se a infreqüência, principalmente para trabalhar. Os avisos de infreqüência eram encaminhados para o Conselho Tutelar. Tudo fluía perfeitamente. Mas, houve certo espanto por parte do pesquisador, ao entrevistar a diretora do Conselho Tutelar daquele já citado ano, quando esta informou não haver encaminhamentos, denúncias e casos de trabalho infantil registrados.

Bem, se não há trabalho infantil, então por que a existência do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) no município? E ainda, por que os jornais, institutos, órgãos públicos configuravam um quadro de trabalho infantil positivo para o município de Morro da Fumaça?

É o que consta no “Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente” publicado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) num cruzamento entre atividades econômicas e municípios acerca do trabalho infantil. No Estado de Santa Catarina, o trabalho infantil restringe-se ao trabalho nas olarias e o

mesmo pode ser encontrado nos municípios de Agronômica, Aurora, Itapiranga e Salete (BRASIL, 2005).

Dos municípios que adotaram políticas sociais, como a implementação do PETI – do Ministério da Previdência e Assistência Social – houve considerável redução nos municípios de Canelinha, Içara, Ituporanga, Rio do Sul, São João Batista, Taió, Tijucas, Urussanga, Treze de Maio, Pedras Grandes, Jaguaruna, Morro da Fumaça, Sangão e Sombrio (BRASIL, 2005).

Anderson de Jesus, articulista do Jornal A Notícia (2004) relata que o município de Morro da Fumaça comemora a redução de trabalho infantil, fato conquistado por meio de investimentos maciços em educação.

Vedova (2004) ao caracterizar os usuários do Programa Bolsa Família de Morro da Fumaça (264 famílias atendidas), afirma que para receber o benefício a família necessita ter uma renda *per capita* de até meio salário mínimo e/ou trabalhar em olarias, fatores que contribuem com o risco de trabalho infantil.

A opção pelo tema surge com o objetivo de definir os fatores de risco que contribuem para que o adolescente se torne um adolescente trabalhador, mapear as áreas de risco de trabalho infantil em Morro da Fumaça e definir o perfil do adolescente trabalhador. O estudo contempla ainda os critérios de eleição, a formação e a atuação do Conselho Tutelar de Morro da Fumaça em relação ao Trabalho Infantil.

Esse trabalho poderá servir para que os órgãos municipais, Secretarias da Família e Educação e Conselho Tutelar planejem ações que possam contribuir para a erradicação do trabalho infantil. Não obstante, pode contribuir para que a Secretaria de Planejamento e Obras do município possa desenvolver projetos relacionados ao zoneamento escolar, uma vez que é grande o número de crianças e adolescentes que percorrem desnecessariamente longas distâncias para chegar à escola, tendo em seu bairro uma instituição de ensino apta a atendê-lo.

Pode contribuir ainda, para fundamentar, orientar e sugerir novas pesquisas científicas e reflexões a respeito do Trabalho Infantil e dos métodos de mapeamento temático.

2 TRABALHO INFANTIL NO CONTEXTO ESPAÇO-TEMPO

O trabalho infantil ocorre ao longo da história brasileira e mundial. A exemplo disso, registros de Stephan (2002) apontam que na Grécia e em Roma, os filhos dos escravos também eram obrigados a trabalhar em benefício dos seus donos. Na Grã-Bretanha, proprietários de moinhos de algodão, recolhiam crianças órfãs e filhos de famílias pobres para explorar sua força de trabalho. Com a utilização do tear, o número de crianças trabalhadoras aumentou ainda mais. As crianças e adolescentes trocavam sua força de trabalho em troca de alimento e moradia.

O trabalho infantil não é um problema atual, tendo em vista que sua utilização é citada em contextos e épocas variadas. Por isso, não pode-se dizer que o trabalho infantil surgiu no contexto da revolução industrial, mas é nesse contexto que a exploração da mão-de-obra infantil se torna mais intensa, sobretudo nas fábricas.

Na Idade Média, a exploração do trabalho infantil ocorria, conforme Nascimento (2003), por meio das corporações de ofício que utilizavam os menores¹ aprendizes de maneira exploratória, ou seja, sem remuneração.

Nascimento (2003) relata que o trabalho infantil na antiguidade tinha fins extremamente domésticos e artesanais cujos ensinamentos eram transmitidos no âmbito familiar e com caráter de aprendizagem. Na época corporativa, os “menores” eram sujeitados aos ensinamentos de mestres e companheiros realizando atividades produtivas conforme o interesse das diferentes Corporações de Ofício Medievais.

Segundo Nascimento (2003, p.836) “a Revolução Industrial do século XVIII trouxe para o “menor” uma situação de total desproteção”, pois seu trabalho passou a ser utilizado em larga escala e nas mesmas condições que eram aproveitados o trabalho adulto no que diz respeito à duração diária da jornada de trabalho e à natureza dos trabalhos executados. Assim, um “menor” poderia trabalhar no subsolo de uma mina nas mesmas condições e período que um adulto.

¹ O termo menor é utilizado pelos autores de Direito do Trabalho como Nascimento. Mas a expressão foi substituída após a formulação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O artigo 2º do ECA, define criança como a pessoa que possui até 12 anos de idade incompletos e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade.

Somente em 1802 com uma intensa campanha pela redução da jornada de trabalho dos “menores”, é que foi reduzida a 12 horas diárias, por meio do manifesto de Robert Peel sobre o direito do trabalho com o lema “*Salvemos os Menores*”, afirma Nascimento (2003, p. 836). O referido autor elencou uma série de acontecimentos mundiais relacionados ao trabalho infantil:

a) Robert Owen, em 1819, na Inglaterra, auxiliou na aprovação da lei que torna ilegal o emprego de menores de 9 anos e restringiu o horário de trabalho dos menores de 16 em 12 horas diárias;

b) Em 1833, na Inglaterra, a Comissão Slader, proibiu o emprego de menores de 9 anos, limitando a jornada dos menores de 13 anos em 9 horas diárias e vedando o trabalho noturno;

c) Na França, em 1839, ficou proibido o emprego de “menores” em minas; em 1841 proíbe o emprego de menores de 8 anos e fixa em 8 horas diárias a jornada máxima dos menores de 12 anos e de 12 horas para menores de 16 anos;

d) Na Alemanha, em 1839, foi vedada a lei que proibiu o trabalho de menores de 9 anos e restringiu em 10 horas diárias a jornada de trabalho dos menores de 16 anos;

e) A lei industrial de 1869 – Alemanha – fixou a idade mínima de admissão em 12 anos;

f) Na Itália, em 1886, foi aprovada a lei que fixou em 9 anos a idade mínima para o emprego e proibiu o trabalho insalubre ao “menor”;

g) A Conferência Internacional de Trabalho, realizada em Washington, em 1919, aprovou a convenção 5 dispõe sobre a idade mínima em 14 anos e a convenção 6 proibindo trabalho noturno a menores de 18 anos nas indústrias;

h) Em 1921, a Convenção sobre a idade mínima (agricultura), confere ao “menor” o trabalho agrícola desde que seja compatível com o horário escolar;

i) A Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, em 1934 estendeu a todas as atividades a limitação de 14 anos para o trabalho do “menor” e admitiu o trabalho do “menor” entre 12 e 14 anos desde que preservada a escolaridade.

Pires (1997), aponta que em 1913, houve uma tentativa de proibir o trabalho infantil nas indústrias, por meio da Conferência de Berna, mas essa convenção foi reprovada. Somente em 1919 foi regulamentada essa convenção,

fixando a idade mínima para o trabalho em indústrias em 18 anos de idade, bem como ficou proibido o trabalho noturno.

No Brasil, Veiga (1998) aponta que o período da escravatura, no início do século XIX, as crianças e os adolescentes, filhos de escravos, pertenciam aos seus senhores. Porém, nesse mesmo período, já surgiam algumas tentativas de proteção a infância. Caso do projeto de José Bonifácio, na Constituinte de 1823 visando a proteção dos filhos de escravos, da gestação da escrava e do período pós-parto.

Segundo Kassouf (2004), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi fundada em 1919, pela Conferência de Paz após a Primeira Guerra Mundial, com o objetivo de promover a justiça social e, assim, contribuir para a paz universal e permanente. Ao longo dos anos, a OIT tem lançado, para adoção de seus Estados-membros, convenções e recomendações internacionais do trabalho. Essas normas versam sobre liberdade de associação, emprego, política social, condições de trabalho, previdência social, relações industriais e administração do trabalho entre outras.

A fim de garantir a qualidade de vida das crianças e adolescentes, a OIT estabeleceu padrões trabalhistas mínimos, através de convenções trabalhistas: a convenção 138 e 182. A convenção 138, convenção esta que entrou em vigor em 26 de junho de 1973 e estabelece em 14 anos a idade mínima para o trabalho de crianças. O artigo 3º dessa mesma convenção salienta que “não será inferior a dezoito anos a idade mínima para admissão a qualquer tipo de emprego ou trabalho que, por sua natureza ou circunstância em que é executado, possa prejudicar a saúde, a segurança e a moral do jovem” (OIT-IPEC, 2006, p.16)

No Brasil, as normas internacionais recomendadas pela OIT, por meio da Convenção nº 138, foram ratificadas por meio do Decreto Presidencial 4.134/2002 estabelecendo a idade mínima para admissão ao emprego em 16 anos, e 14 anos na condição de aprendiz.

A convenção 182, de 17 de junho de 1999, proíbe as piores formas de trabalho infantil. Esta convenção, no seu artigo 2º define que “o termo criança aplicar-se-á a toda pessoa menor de 18 anos” (OIT-IPEC, 2006, p.21). E, no artigo 3º, conceitua as piores formas de trabalho infantil:

- a) Todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, como venda e tráfico de crianças, sujeição por dívida, servidão, trabalho

- forçado ou compulsório, inclusive recrutamento forçado ou compulsório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados;
- b) Utilização, demanda e oferta de criança para fins de prostituição, produção de material pornográfico ou espetáculos pornográficos;
 - c) Utilização, demanda e oferta de criança para atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de drogas conforme definidos nos tratados internacionais pertinentes;
 - d) Trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são susceptíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança (OIT-IPEC, 2006, p.22).

No caso do Brasil, a convenção 182 sugerida pela OIT, foi regulamentada pelo Decreto Presidencial 6.481/2008. Esse mesmo decreto traz em anexo a lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP). A Lista TIP está dividida de acordo com os riscos em *Trabalhos prejudiciais à saúde e à segurança* (agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; pesca; indústria extrativa; indústria de transformação, produção e distribuição de eletricidade, gás e água; construção; comércio; transporte e armazenagem; saúde e serviços sociais; serviços coletivos; serviços domésticos) e *Trabalhos prejudiciais à moralidade*. Para cada segmento a Lista TIP apresenta os prováveis riscos ocupacionais da atividade e as prováveis repercussões a saúde do sujeito (Apêndice).

Veiga (1998) relata que outros órgãos além da OIT, tratam do emprego de crianças, como a Organização das Nações Unidas (ONU) em seu artigo 32 de 1998, que dispõe sobre mecanismos de defesa da criança contra a exploração econômica por meio do trabalho. Todavia, esse documento não define uma idade mínima para o trabalho. O autor relata que nos últimos anos a proibição ao trabalho infantil transformou-se em uma das mais importantes campanhas de conscientização e mobilização de órgãos multilaterais, governos, sindicatos de trabalhadores, empresas e organizações não-governamentais.

O autor supracitado afirma que esse tema era quase desconhecido até o final dos anos de 1980. A mudança de conduta social aconteceu baseada em três perspectivas que envolveram as discussões sobre o trabalho infantil:

- a) Vinculada às iniciativas da ONU, do Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Criança (Unicef) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), no que diz respeito à discussão e implementação dos programas de defesa dos direitos humanos;
- b) A estipulação de uma idade mínima para o trabalhador infantil sugerida pela Convenção 138 da OIT;

- c) O vínculo das relações de comércio que se intensificam a partir das relações econômicas entre os países através dos fluxos de comércio e investimentos alcançados com a globalização.

Veiga (1998, p.15) salienta que

Discutir o trabalho infantil a luz dessas três dimensões é ao mesmo tempo, mostrar como o processo de integração econômica entre países vem alterando profundamente as condições em que os governos executam suas políticas externas e, por meio delas, expressam seus interesses.

Segundo Garcia Oviedo (1934, *apud* NASCIMENTO, 2003), o trabalho do “menor” deve merecer especial proteção porque há razões fisiológicas, de segurança, de salubridade, de moralidade e de cultura a serem asseguradas ao “menor” para que seu desenvolvimento social, psíquico, moral e escolar seja adequado. Partindo desse pressuposto percebe-se porque nos últimos anos tem-se intensificado as campanhas de erradicação do trabalho infantil.

A discussão sobre o trabalho infantil, para Veiga (1998), ultrapassa o direito social e refere-se muito mais a uma discussão globalizada e de interesses econômicos, pois os padrões trabalhistas mínimos impostos nas relações de comércio entre os países transformou-se em propostas políticas apoiada nos interesses dos países desenvolvidos. Dessa forma, o interesse norte-americano em impor a erradicação do trabalho infantil seria uma maneira de defender seus interesses econômicos, pois os países que contam com superexploração do trabalho infantil têm baixos custos de mão-de-obra, não tem direitos trabalhistas e ocupa a vaga de um adulto no mercado de trabalho. Isso do ponto de vista dos países desenvolvidos é uma desvantagem.

Para discutir o trabalho infantil é necessário compreender os fatores que sujeitam a criança e o adolescente ao trabalho. E para isso, propõem-se o estudo dos fatores de risco para cada autor, conforme disposto a seguir. Faz-se necessário, porém compreender que não há uma certa linearidade entre os fatores, no sentido de ordená-los. Pois um fator pode ou não gerar outro fator de risco ou ser decorrente dele.

2.1 Fatores de risco que sujeitam o adolescente ao trabalho infantil

O dicionário Michaelis de Língua Portuguesa define risco como “possibilidade de perigo, incerto, mas previsível, que ameaça de dano a pessoa ou a coisa”. Diante dessa possibilidade buscou-se elencar nesse subitem os fatores que contribuem para o risco de trabalho infantil.

A pobreza, a escolaridade dos pais, o tamanho e a estrutura da família, o sexo do chefe, a idade em que os pais começaram a trabalhar e o local de residência são os fatores mais analisados e importantes para explicar os riscos de trabalho infantil. Esta afirmação é compactuada por vários autores das áreas sociais e do direito, a exemplo, pode-se citar Kassouf (2007), Souza (2006), Lieten (2007) e Tomasevski (2007).

Kassouf (2007, p. 342) salienta que “as principais consequências socioeconômicas do trabalho de crianças e de adolescentes são sobre a educação, o salário e a saúde dos indivíduos”. No que diz respeito à educação, o trabalho infantil pode prejudicar a frequência e o aproveitamento escolar. Quanto ao salário, é visto que a renda mensal do adolescente é inferior a de um adulto que ocupe o mesmo cargo. E sobre a saúde podem ocorrer sérios danos físicos, emocionais, morais e psíquicos.

Doek (2007) aponta a falta de vontade política, o abandono individual, tanto por parte dos pais, como dos profissionais e a pobreza como fatores de risco ao trabalho infantil. A ideia de pobreza também é compartilhada por Larsen (2007) e Lieten (2007) que apontam ainda a desigualdade, ausência de sindicato de trabalhadores forte, principalmente por se tratar de mão-de-obra dócil, barata e desqualificada.

Para Tomasevski (2007) em seu artigo “*Velho demais para a escola aos 12 anos?*”, os fatores de risco apontados são a exclusão escolar ou educacional e a ausência dos pais ou pais irresponsáveis.

A baixa escolaridade é apontada por Righetto (1999), como fator de risco de trabalho infantil, acompanhado do crescimento do setor de serviços, empregos de meio expediente, mão-de-obra flexível, dócil e barata.

O crescimento do setor de serviços e a forte concorrência do mercado capitalista acaba por explorar cada vez mais a mão-de-obra barata e dócil, como a

do adolescente. Pois, por se tratar de uma modalidade de trabalho que por sua ilegalidade não tem direitos, pode ser explorada sem prejuízos trabalhistas pelos setores econômicos. Evidenciando assim a fragilidade das crianças e adolescentes vítimas e cúmplices do trabalho infanto-juvenil.

O fator de risco para o trabalho infantil, para Lange (2007), é o desejo ou o que ele denominou “necessidades personalizadas”. Receber uma quantia em dinheiro é atrativo para muitos “menores” trabalhadores trocarem sua força de trabalho ainda em formação.

Souza (2006) e Glasinovich (2007) reforçam a ideia de que a pobreza é um fator de exploração de força de trabalho infantil, porém não exclusivo, havendo outros fatores que contribuem para essa prática, como a “forte tradição cultural” do trabalho.

Em seu trabalho, Righetto (1999) faz uma contribuição sobre o aspecto cultural como fator de risco de trabalho infantil, os quais ela chama de mito. Entre os mitos apontados estão “é necessário, pois a criança ajuda a família a sobreviver”; “a criança fica mais esperta [...] e tem condições de vencer quando adultos [...] o trabalho enobrece a criança, antes trabalhar que roubar” Righetto (1999 p. x). Matiola (2004), Corrêa e Gomes (2003) e Custódio e Veronese (2007) também compactuam que a cultura do “quanto mais cedo melhor” seja um fator de risco ao trabalho infantil.

Desemprego e subemprego dos pais acompanhadas da baixa renda familiar são apontados por Corrêa e Gomes (2003), como fatores que impulsionam as crianças e adolescentes a ingressarem na modalidade de trabalho infantil, sobretudo informal.

O setor agrícola é apontado por Herrera (2007) como um fator de risco para o trabalho infantil, porém de caráter sazonal, já que a utilização da mão-de-obra infantil é utilizada principalmente no período das colheitas.

Almeida Neto (2004), aponta a falta de fiscalização como fator de risco ao trabalho infantil, sobretudo pela baixa formação dos profissionais, precariedade na prestação desse serviço e principalmente pela clandestinidade desse serviço, que acontece escondido, geralmente no interior de residências, indústrias e propriedades agrícolas.

Souza (2006) referindo-se a espacialização da exploração de força de trabalho infantil aponta o espaço rural como forte concentradora dessa modalidade

de trabalho. Fato agravado pela ausência de registros de nascimentos e infrequência escolar, muitas vezes motivadas pelas grandes distâncias entre escola e trabalho. No espaço urbano, é sabido que desde a revolução industrial, a força de trabalho infantil é utilizada nas fábricas, tornando a criança um operário.

O abandono da escola nesses casos é inevitável “para que a criança se torne uma trabalhadora e cujos poucos rendimentos acabam por ser meio de sobrevivência da família” (SOUZA, 2006, p.266). A escola é apontada como um investimento de futuro muitas vezes difícil de ser mantida pelas famílias em razão das suas necessidades imediatas.

A escolaridade dos pais também é um fator de aproximação de seus filhos ao trabalho infantil quer na forma cultural, que na forma de subsistência. Crianças filhas de pais cuja escolaridade é maior têm menos risco de trabalho infantil “uma vez que pais mais educados tendem a ganhar mais e ser mais ricos” (KASSOUF, 2007, p.340).

Como visto o trabalho infantil, tem sido desde há muito tempo comum nas atividades rurais, sobretudo nas famílias cuja dependência familiar é maior. A distância de casa até a escola também contribui para aumentar a evasão escolar, principalmente em municípios cujas políticas públicas destinadas à educação não incluem transporte.

O risco de trabalho infantil é aumentado quando a escolaridade de seus pais é menor. E há também forte relação entre a cultura recebida pelos pais que iniciaram suas atividades no trabalho precocemente, essa ideia de trabalho precoce acaba sendo transmitida aos filhos como forma de sustento da família e negando a importância da educação básica como promotora de melhores condições de trabalho, renda e qualidade de vida.

3 CARTOGRAFIA

Duarte (1991 p.15) afirma que a cartografia é ciência e arte ao mesmo tempo. Ou técnica a serviço das várias ciências. Para Duarte, a “expressão artística” da cartografia é uma característica própria, pois, “no instante em que o cartógrafo busca fornecer uma informação”, por meio de uma linguagem gráfica, o objetivo é atingir o “ideal da beleza”.

Não bastando apenas garantir o lado artístico do objeto cartografado, mas comunicando a(s) ideia(s) sem dar margem às interpretações contraditórias e garantindo a harmonia dos diversos componentes do mapa para oferecer ao leitor as informações corretas e sua interpretação deve ser feita com o menor esforço mental e no menor tempo possível. O mapa deve ser um documento claro e de fácil entendimento.

Duarte (1991, p. 17) reforça a ideia de que o trabalho cartográfico é minucioso e técnico “constituindo-se em instrumento indispensável no trabalho do Geógrafo” e está organizado, dividido e sistematizado em ramos de especialização: Cartografias Aeronáutica, Cadastral, Hidrográfica, Medieval, Moderna, Geral, Urbana Topográfica e Temática, entre outras.

3.1 Cartografia Temática

Segundo Duarte (1991) discutir sobre qual seria o significado de Cartografia Temática não é tarefa recentes, e muitas vezes esse ramo da Cartografia se confunde com a Cartografia Geral.

Os trabalhos de Cartografia Temática, geralmente, partem de um “Fundo Básico ou Mapa de Fundo” que nada mais é do que o conjunto de traços que servirá de suporte para a informação a ser dada sobre determinado tema através de simbologia adequada é o que afirma Duarte (1991, p.23):

Podemos ousar uma conceituação para Cartografia Temática, dizendo que se trata da Cartografia que diz respeito ao planejamento, execução e impressão de mapas sobre um Fundo Básico, ao qual serão anexadas informações através de uma simbologia adequada, visando atender as necessidades de um público específico.

O autor acima citado elenca algumas características que diferem a Cartografia Geral da Cartografia Temática, das quais destaco duas principais: os elementos físicos estão mais frequentemente presentes na Cartografia Geral e, quanto à durabilidade da informação cartografada, geralmente na Cartografia Temática os dados são utilizados durante um período de tempo menor, devido a rapidez de superação da informação.

3.1.1 Diagramação

Diagramação é o “conjunto de operações visando dispor elementos de um documento de maneira estética e funcional” (DUARTE, 1991, p.34).

Dizer isso significa afirmar que a estética é importante na construção de um mapa agradável e eficiente, mantendo uma harmonia entre os seus componentes: cores, símbolos e letreiros. Ao mesmo tempo, ser funcional, ou seja, os signos utilizados devem portar uma mensagem clara e que não leve a interpretações ambíguas.

A mensagem deve ser codificada pelo leitor facilmente e com “menor esforço mental” expressão utilizada por Duarte (1991) ao se referir a captação da informação cartografada, por parte dos leitores.

Na diagramação para mapas temáticos, o autor supracitado, propõe que a ideia principal deve ser colocada em evidência, mantendo a harmonia entre o mapa-base ou “mapa fundo” e o tema a ser cartografado.

No que diz respeito ao título, deve ser curto e completo, não deixando de especificar o tema, o local e a data. Uma vez que mapas temáticos referem-se a temas com superação rápida e por isso, a data se faz primordial.

3.1.2 Regras básicas: cores e modos de implantação

O modo de organização dos componentes do mapa é muito importante, pois é ele que irá garantir o entendimento do leitor sobre o tema. Duarte (1991) contribui elencando algumas “regras básicas para a representação temática a saber:

- a) Um símbolo deve representar um único tema;
- b) Um valor maior deve ser representado por um sinal forte;
- c) Variações qualitativas são representadas pela variação dos sinais;
- d) Variações quantitativas são representadas pela variação de tamanho de um mesmo sinal.

As cores de um mapa não devem ser escolhidas aleatoriamente, para não prejudicar a harmonia do mapa. Deve se usar de bom senso e respeitar algumas regras básicas, as quais Duarte (1991) utilizando-se da rosa cromática, divide-a em cores quentes e cores frias.

Tabela 1: Atribuições das Cores Quentes e Cores Frias

	CORES QUENTES	CORES FRIAS
Poder	Estimulante	Quietude
Efeito	Vivacidade, atração excitação, calor e energia	Profundidade, tranquilidade, frescura
As cores	Amarelo: temperaturas quentes, climas áridos, baixas densidades	Verde: vegetação e relevo
	Laranja: mapas políticos, médias densidades.	Azul: ar e água
	Vermelho: temperatura elevada, fortes densidades	Violeta: temperaturas baixas e climas frios

Fonte: Organizado pela autora a partir de Duarte (1991).

Outra maneira de representar um tema sobre um mapa é utilizando os modos de implantação linear, cuja variação pode ser representada pela espessura do traço, combinação de traços duplos, descontinuidade do traço ou ainda incorporando símbolos secundários ao traço, como por exemplo: o traçado de uma estrada de ferro.

Quanto a quantidade de linhas, “a experiência tem mostrado que para

uma boa distinção dos símbolos lineares não se deve usar mais de quatro ou cinco espessuras” (DUARTE, 1991, p. 47)

O modo de implantação pontual constitui-se de símbolos que podem ser representados por pontos, tais como cidades, casas, animais, indústrias, aeroportos, produção agropecuária etc. “Os símbolos pontuais transmitem a ideia de localização exata no espaço territorial” (DUARTE, 1991, p. 49)

O modo de implantação zonal refere-se a distribuição de um fenômeno em determinada extensão. Esse modo é utilizado para representar vegetação, densidades, geologia entre outros. “Além da área que ocupa sobre a região, a intenção é mostrar também como certo fenômeno se distribui no espaço geográfico” (DUARTE, 1991, p. 52). Este será utilizado na composição do mapa de fatores de risco combinado às cores quentes.

Além das formas citadas acima, pode-se ainda utilizar da granulação, formas, hachuras, orientação e a combinação entre essas variações.

3.1.3 Bases estatísticas para a tradução gráfica

“Ao trabalharmos com uma tabela, uma das preocupações, em muitos casos, é o agrupamento dos dados, o que se pode obter por diversos métodos” (DUARTE, 1991, p. 71).

O autor supracitado apresenta um conjunto de métodos matemáticos variando entre amplitude (H), quintuplos de logaritmo de “n” e com base na fórmula de Sturges para a definição dos intervalos de classes e da quantidade de classes das quais certos dados serão agrupados.

Contudo, afirma que o bom censo é fundamental para escolher o intervalo e a quantidade de classes a serem aplicados em um conjunto de dados para posterior representação em um mapa.

4 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos da pesquisa envolveram duas fontes fundamentais: pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica foi realizada nos meses de fevereiro, março e abril, fundamentando esse trabalho.

A pesquisa bibliográfica envolveu autores engajados na temática do trabalho infantil: Almeida Neto (2004), Corrêa e Gomes (2003), Custódio e Veronese (2007), Doek (2007), Glasinovich (2007), Herrera (2007), Lange (2007), Larsen (2007), Lieten (2007), Matiola (2004), Righetto (1999), Souza (2006) e Tomasevski (2007). E outros que fundamentam os conceitos utilizados nesse trabalho buscando ampliar os conhecimentos científicos sobre o referido tema: Kassouf (2004), Nascimento (2003), Pires (1997), Stephan (2002), Veiga (2002).

A pesquisa de campo foi realizada por meio de questionários com perguntas fechadas. As entrevistas ocorreram no período de 06 de abril a 29 de maio de 2011 abordando aspectos como escolaridade e trabalho dos pais, renda familiar, família, forma de moradia, eletrodomésticos, acesso a internet, tempo de estudo e atividades a que os alunos se dedicam no período em que não estão na escola, bem como a participação dos pais nessas atividades (Anexo 4).

As entrevistas foram autorizadas pela Secretaria de Educação e Cultura e focaram um grupo de 358 alunos com idade de 12 e 13 anos das escolas públicas estaduais e municipais que contavam com alunos dessa faixa etária.

Foram visitadas as 12 escolas do município, porém os questionários foram aplicados apenas em 9 delas. As escolas municipais que participaram da pesquisa foram: E.E.B.M. Maurina de Souza Patrício, localizada no Bairro Graziela, onde foram entrevistados 33 alunos; E.E.B.M. Pietro Maccari, localizada no Bairro De Costa, foram entrevistados 62 alunos; E.E.B.M. Vicente Guollo, localizada no Bairro Napolini, entrevistados 57 alunos; E.E.B.M. Olívio Recco, localizada na Localidade de Linha Frasson, entrevistados 55 alunos; E.E.B.M. Luíz Casagrande, localizada na localidade de Mina Fluorita, 6 alunos foram entrevistados; E.E.B.M. Zuleima Búrigo Guglielmi, localizada no Centro, contou com apenas 1 aluno entrevistado; E.E.B.M. Agenor Bortolatto, localizada no Bairro Jussara, com apenas 1 aluno entrevistado. As escolas estaduais que participaram da pesquisa são: E.E.B.

Princesa Isabel, localizada no Centro de Morro da Fumaça, foram entrevistados 96 alunos e E.E.B. Vitória Búrigo, localizada no Distrito de Estação Cocal, foram entrevistados 47 alunos.

A escolha da idade, 12 e 13 anos, é justificada pelo trabalho de Vedova (2004) ao apontar a concentração de 18,5% de integrantes do PETI na faixa etária de 12 anos. A autora supracitada afirma que a partir dessa faixa etária, quanto maior a idade, menor a participação no programa. Fato este que pode indicar que essa criança/adolescente realiza algum tipo de trabalho infantil.

Há ainda, que se considerar que a escolha da idade, limitada aos 13 anos é fundamental, pois a partir dos 14 anos, o trabalho pode ser exercido em caráter de aprendizado. Fato este que não é objetivo dessa pesquisa.

Num segundo momento foram entrevistados os membros titulares e suplentes do Conselho Tutelar de Morro da Fumaça, a fim de averiguar o histórico de atuação dos conselheiros em relação ao trabalho infantil, a formação dos conselheiros e as atividades desenvolvidas pelo Conselho Tutelar, bem como a forma de eleição e os critérios para a candidatura.

Todos os questionários foram tabulados, no período de 10 a 20 de maio de 2011 no programa SPHINX, disponibilizado pelo IPESE/I-Parque², e por meio do cruzamento das respostas às perguntas “Você trabalha ou já trabalhou?” e “Você está trabalhando atualmente?” com as demais perguntas relacionadas ao trabalho e escolaridade dos pais, reprovações e evasão escolar, trabalho e renda do aluno, renda familiar, bairro onde residem e pais empregados no setor agrícola.

No cruzamento de perguntas foram selecionadas aquelas que mais caracterizavam os fatores de risco trabalho infantil, denominadas de perguntas índices, tais como: “Qual o seu gênero?”; “Qual a série você estuda atualmente?”, “Quantas vezes você foi reprovado?”, “Você já parou de estudar algum ano?” e “Você participa do PETI?”

Por meio das perguntas índices obtêm-se os valores percentuais para cada bairro de Morro da Fumaça. Esse valor percentual é a somatória dos percentuais de cada questão por bairro e que somando-os tem-se um resultado por bairro. Com os resultados de todos os bairros e seguindo a caracterização de classes de Sturges foram determinadas seis classes.

² O I-Parque, antigo Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas (IPAT) foi inaugurado em 11/07/2011.

A caracterização de classes de Sturges é um método obtido por meio de um modelo matemático que considera a amplitude entre o maior e o menor e divide-se pela quantidade de classes. Assim, no caso do “mapa de fatores de risco de trabalho infantil” para calcular a quantidade de classes, utilizou-se a fórmula abaixo:

$$K = 1 + 3,3 * \log 31 = 6$$

O valor 31 refere-se a quantidade de bairros e localidades dos adolescentes entrevistados. O total dessa fórmula estipula que o mapa deverá conter 6 classes de risco. De posse dessa informação calcula-se a amplitude, que é a diferença entre o maior e o menor percentual dos bairros. E divide-se o total pela quantidade de classes, obtendo o valor exato de cada intervalo. Assim:

$$200,0 - 66,6 = 133,4$$
$$133,4 / 6 = 22,23$$

Calculados os intervalos de classe (22,23), com base na amplitude da somatória dividido pelo número de classes, tem-se os intervalos das classes de risco de 1 a 6. A classe 1 refere-se ao menor risco de trabalho infantil, as classes 2, 3, 4 e 5 referem-se a riscos intermediários e a classe de risco 6 refere-se ao maior risco de trabalho infantil.

Por meio do resultado dessas classes por bairros temos como resultado da pesquisa, o mapa de risco de Trabalho Infantil do município de Morro da Fumaça. A classificação dos bairros e os intervalos e as classes de cada bairros estão disponíveis nos Anexos 2 e 3.

A diagramação do mapa de fatores de risco de trabalho infantil foi feita utilizando o modo de implantação zonal, distribuindo as classes de risco de acordo com os bairros de ocorrência. As classes foram divididas por cores quentes (marrom, vermelho, laranja e amarelo) que frequentemente são associadas às densidades.

Dos questionários aplicados nas escolas públicas, que deram respostas positivas para o trabalho infantil, extraiu-se o perfil do adolescente trabalhador, utilizando como método a resposta de maior frequência.

No perfil do adolescente trabalhador são apresentadas características relacionadas ao gênero, escolaridade dos adolescentes, escolaridade dos pais, frequência de trabalho, atividades laborais, evasão escolar, reprovações, rendimentos, finalidade do trabalho e a procedência dos adolescentes.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

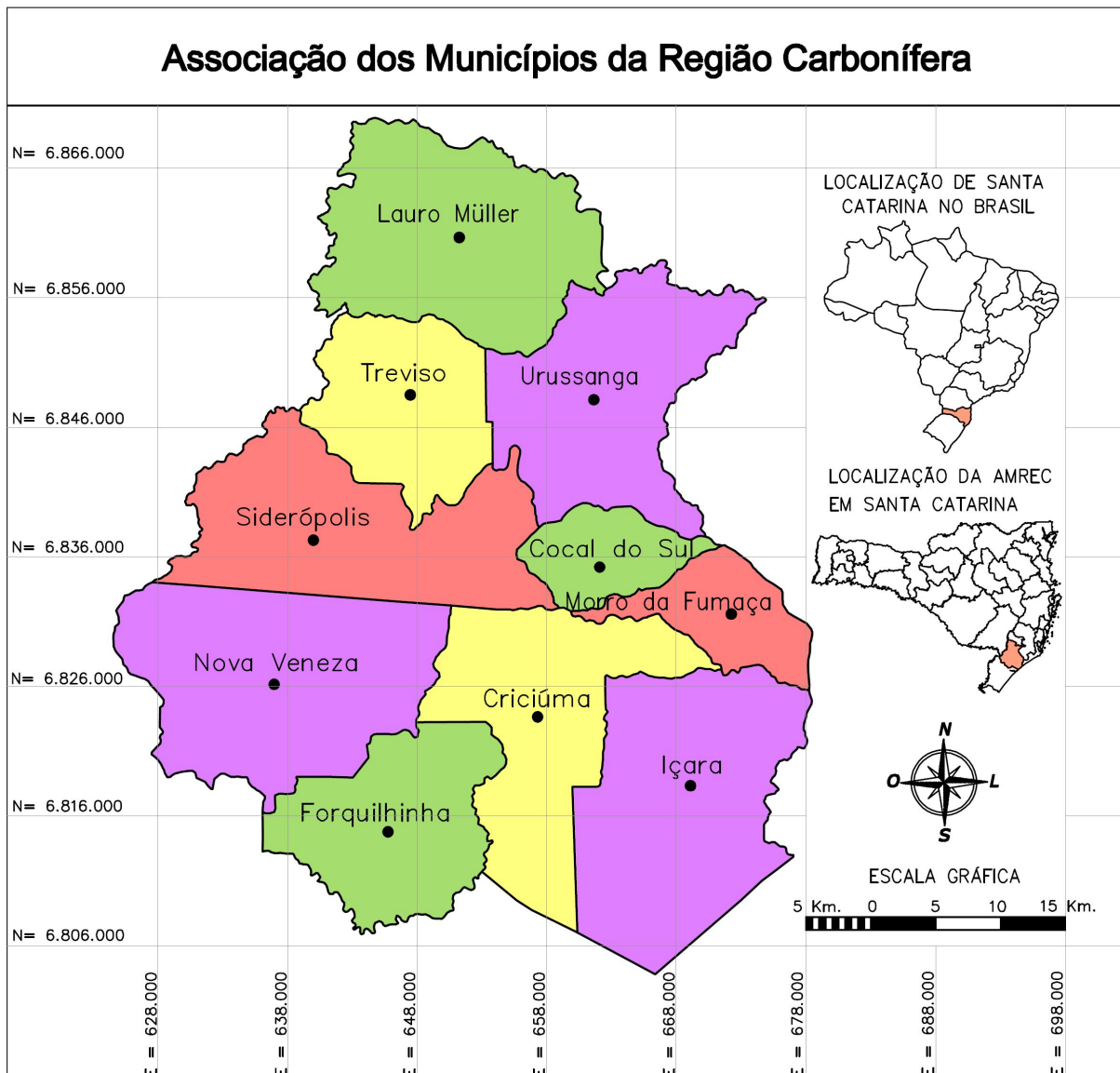
5.1 Caracterização da área de estudo

Conforme dados da Federação Catarinense dos Municípios (FECAM), o município de Morro da Fumaça está localizado na mesorregião Sul Catarinense. A mesorregião Sul Catarinense compreende a Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC), a Associação dos Municípios da Região de Laguna (AMUREL) e a Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC).

A AMREC está sediada em Criciúma (Figura 1). É composta atualmente por 11 municípios: Cocal do Sul, Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Müller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans³, Siderópolis, Treviso e Urussanga.

³ Para fins de entendimento, ressalva-se que à época da Pesquisa, o município de Orleans, havia deixado de participar da AMREC, para fundar a Associação dos Municípios da Encosta da Serra Geral (AMESG) cuja solicitação foi recusada pela FECAM, e por isso, Orleans não aparece no mapa da AMREC.

Figura 1: Mapa da Região Carbonífera.



Por meio dos dados populacionais do Censo Demográfico do IBGE estima-se que a AMREC conte com uma população de 390.791 habitantes (tabela 2). A área territorial é de aproximadamente 2.640,559 km².

O município mais populoso da região é Criciúma com 192.308 habitantes, segundo a contagem da população feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010. Em segundo e terceiro vêm Içara e Forquilha respectivamente.

Tabela 2: Municípios da AMREC e suas respectivas áreas e populações

Município	População	Área (km ²)
Cocal do Sul	15.159	71,209
Criciúma	192.308	235,627
Forquilha	22.548	181,915
Içara	58.833	294,132
Lauro Muller	14.367	270,511
Morro da Fumaça	16.126	82,935
Nova Veneza	13.309	293,540
Orleans	21.393	549,827
Siderópolis	12.998	262,718
Treviso	3.527	157,668
Urussanga	20.223	240,477

Fonte: Organizado pela autora a partir de IBGE – Cidades / Censo Demográfico 2010.

O município de Morro da Fumaça possui uma população de 16.126 habitantes, em aproximadamente 82,9 km², com uma densidade demográfica de aproximadamente 194 habitantes/km². Do total da população do município, 13.863 habitantes residem em áreas urbanas e 2.263 habitantes residem em áreas rurais. A área urbana concentra mais mulheres (50,2%) e a área rural concentra mais homens (51,7%) conforme a tabela 3.

Tabela 3: População do município de Morro da Fumaça

População	População Urbana		População Rural	
	Habitantes	Percentual	Habitantes	Percentual
Homens	6.909	49,8%	1.169	51,7%
Mulheres	6.954	50,2%	1.094	48,3%
TOTAL	13.863	100%	2.263	100%

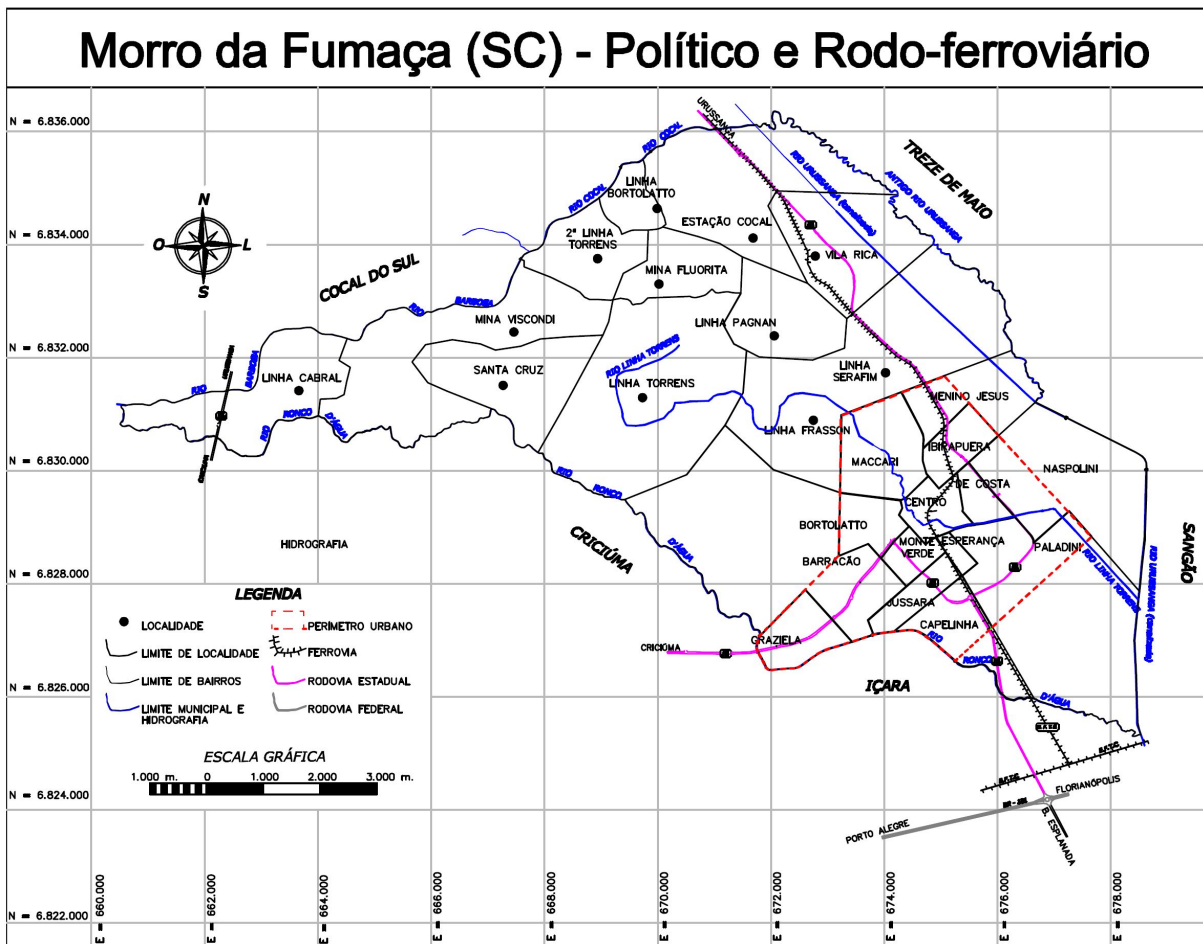
Fonte: Organizado pela autora a partir de IBGE – Cidades / Censo Demográfico 2010.

O município limita-se com os municípios de Cocal do Sul, Sangão, Treze de Maio, Içara e Criciúma, e conta com uma rede hidrográfica formada pelos rios: Linha Torrens, cuja nascente localiza-se no interior do município, Rio Cocal, Rio Barbosa e Rio Ronco d'Água. Excetuando-se o rio Linha Torrens, os demais circundam os limites territoriais, conforme observado na figura 2. Rios estes que fazem parte da Bacia do Rio Urussanga.

A divisão política do município de Morro da Fumaça, proposta pela Secretária de Obras, define 16 bairros na Área Urbana, a saber: Barracão, Capelinha, Centro, De Costa, Esperança, Floral, Graziela, Ibirapuera, Jussara, Menino Jesus, Mina Fluorita, Monte Verde, Maccari, Napoline, Paladine e Vila Rica. Já na área rural existem 8 localidades: Linha Bortolato, Linha Cabral, Linha Frasson, Linha Pagnan, Linha Serafim, Linha Torrens, Mina Visconde e Santa Cruz.

A principal via de acesso ao município é a rodovia Federal BR 101 através de Içara. A rodovia estadual que funciona como acesso ao município é a SC 445 a partir de Urussanga e a SC-443 por Criciúma e Sangão. A cidade é cortada pelo ramal da malha Ferroviária Tereza Cristina.

Figura 2: Mapa político e rodo-ferroviário do município de Morro da Fumaça.



Fonte: Organizado pela autora a partir de Mapa de divisão de Bairros, disponibilizado pela Secretaria de Obras de Morro da Fumaça – SC.

A economia de Morro da Fumaça, conforme Zanelatto (2003), é marcada pelo desenvolvimento de quatro ciclos. O ciclo das fábricas de banha, iniciado em 1916, com a criação de suínos, cuja carne era exportada para o Rio de Janeiro. O ciclo da farinha de mandioca, iniciado em 1939, com inúmeros engenhos construídos e cuja produção também destinava-se ao Rio de Janeiro. O meio de escoamento dessa produção era o trem, até os portos de Imbituba e Laguna. Um outro ciclo é o das estufas de fumo, iniciado em 1953, cuja produção foi incentivada pela empresa Souza Cruz. E o ciclo das cerâmicas iniciado em 1932, ganhando destaque em 1970 com a conclusão da BR-101, ligando os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A construção da BR-101 aumentou significativamente o mercado consumidor de tijolos e telhas produzidos no município.

A Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) na publicação “*Santa Catarina em dados – 2010*” informa que o município contava no ano de 2009 com 211 indústrias. Os estabelecimentos comerciais somavam 198 e o setor de prestação de serviços contava com 133 estabelecimentos. O total de empresas cadastradas no município considerando-se todos os setores totalizava 572 estabelecimentos (tabela 4).

No ano de 2007 o PIB do município foi de R\$ 256.705,00 e o PIB *per capita* foi de R\$ 16.641,00. No ano de 2008, conforme dados do IBGE, o município apresentou um PIB de R\$ 346.791,00 e o PIB *per capita* de R\$ 21.682,59, segundo os 2008. Indicando assim um crescimento econômico no município.

Tabela 4: Dados econômicos do município de Morro da Fumaça – SC

Atividade	Número de estabelecimentos – 2009	Número de trabalhadores – 2009	PIB total 2007 – R\$	PIB <i>per capita</i> 2007 – R\$
Indústria	211	3.615		
Comércio	198	648		
Serviços	133	1.093		
Total	572	5.382	256.705,00	16.641,00

Fonte: Organizado pela autora a partir de FIESC, 2010

A FIESC possui sindicatos filiados a ela, a exemplo tem-se o Sindicato da Indústria da Cerâmica Vermelha (SINDICER), sediado em Morro da Fumaça. O SINDICER conta com 154 indústrias de cerâmica vermelha (olarias) associadas (tabela 5). Dos estabelecimentos associados ao SINDICER, 99 encarregam-se da

fabricação de tijolos e blocos cerâmicos; 41 fabricam telhas cerâmicas; 8 fabricam tijolos a vista; 2 fabricam tijolos maciços. A cerâmica artesanal também está associada ao SINDICER representada por 3 estabelecimentos.

Tabela 5: Estabelecimentos de cerâmica vermelha associados ao SINDICER

Tipo de cerâmica	Quantidade de estabelecimentos
Tijolo de vedação/ Bloco cerâmico	99
Telha cerâmica	41
Tijolo de parede a vista	8
Cerâmica artística	3
Tijolo maciço	2
Refratários	1

A atividade agropecuária, em expressão de área ocupada, predomina até hoje. Por meio da tabela 6 percebe-se a produção agropecuária fumacense. Os cultivos permanentes de banana, laranja e uva, com destaque para a banana em quantidade produzida, 50 toneladas e em área cultivada de 5 hectares. Em termos de lavoura temporária produz-se arroz, cana-de-açúcar, cebola, feijão, fumo, mandioca e milho, com destaque para o milho em quantidade produzida, 1.824 toneladas e para o fumo em área cultivada, 433 hectares.

No setor pecuário possui rebanhos bovinos, equinos, suínos, caprinos, ovinos e frangos. É destaque na produção de frangos e bovinos, com 145.000 e 6.487 cabeças respectivamente.

Tabela 6: Produção agropecuária do município de Morro da Fumaça - 2009

	Produto	Quantidade cultivada	Área cultivada (hectares)
Permane	Banana	50 toneladas	5
	Laranja	39 toneladas	3
	Uva	40 toneladas	4
Temporário	Arroz	1248 toneladas	300
	Cana-de-açúcar	825 toneladas	15
	Cebola	20 toneladas	2
	Feijão	359 toneladas	350
	Fumo	903 toneladas	433
	Mandioca	1440 toneladas	80
	Milho	1824 toneladas	360
Rebanho	Bovinos	6.487 cabeças	
	Equinos	85 cabeças	
	Suínos	550 cabeças	
	Caprinos	65 cabeças	
	Ovinos	350 cabeças	
	Frangas e frangos	145.000 cabeças	

Fonte: Organizado pela autora a partir de Produção Agrícola Municipal, IBGE, 2009, disponível no canal IBGE-Cidades.

O Plano Local de Habitação de Interesse Social (2009, p.28) ao citar o estoque de empregos do município utiliza a base de dados do MTE: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Essas bases de dados configuraram as vagas de empregos por setor de atividades, no município conforme a tabela 7. O total da oferta de empregos era de 4.504 vagas, em 2005, distribuídos entre as atividades primárias, secundárias e terciárias.

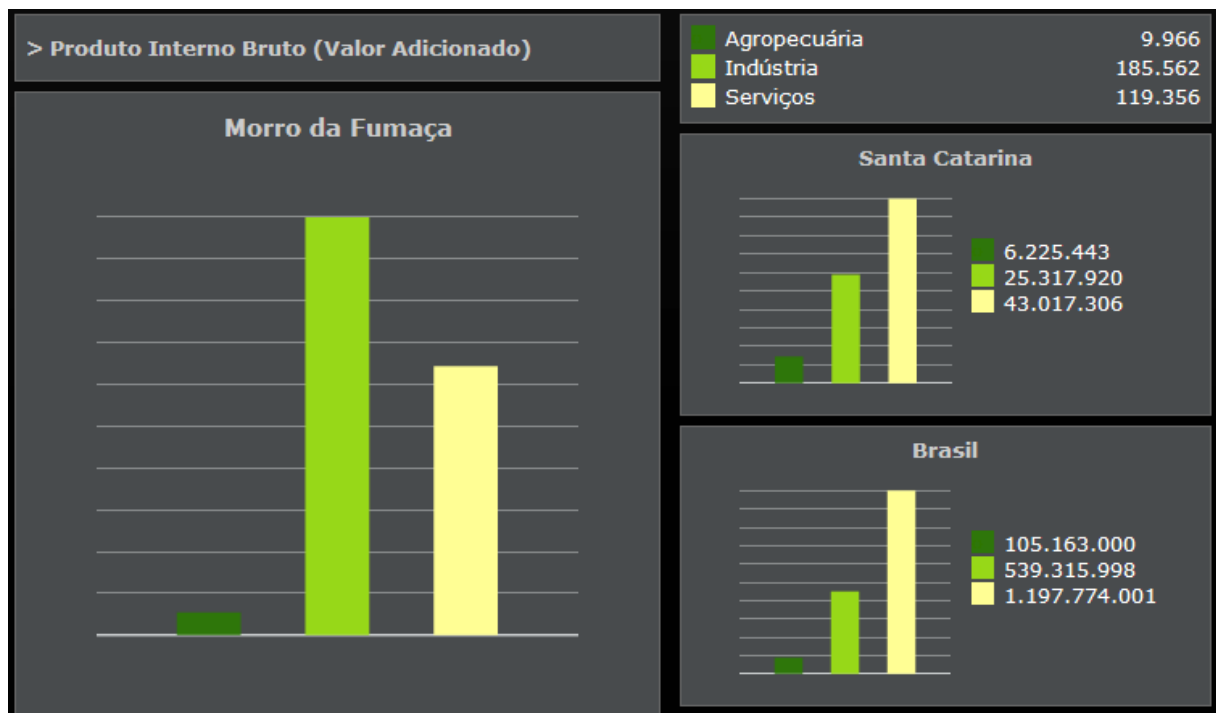
Tabela 7: Estoque de empregos por setor - Morro da Fumaça/2005.

Extrativa mineral	52
Indústria de Transformação	3.122
Serviços Industriais de Utilidade Pública	59
Construção Civil	30
Comércio	477
Serviços	412
Administração Pública	349
Agropecuária	3

Fonte: Adaptado de Plano Local de Habitação de Interesse Social, 2009.

O canal IBGE Cidades dispõe de infográficos sobre a economia do município de Morro da Fumaça (figura 3). Percebe-se por meio dos gráficos abaixo que o setor de serviços é o que tem maior PIB no Estado de Santa Catarina e no Brasil. Porém, para o município de Morro da Fumaça, o maior PIB está relacionado às atividades industriais. Quanto ao setor agropecuário, tanto nas escalas local, estadual e nacional, este apresenta o menor PIB.

Figura 3: Comparativo entre o Produto Interno Bruto (PIB) de Morro da Fumaça.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

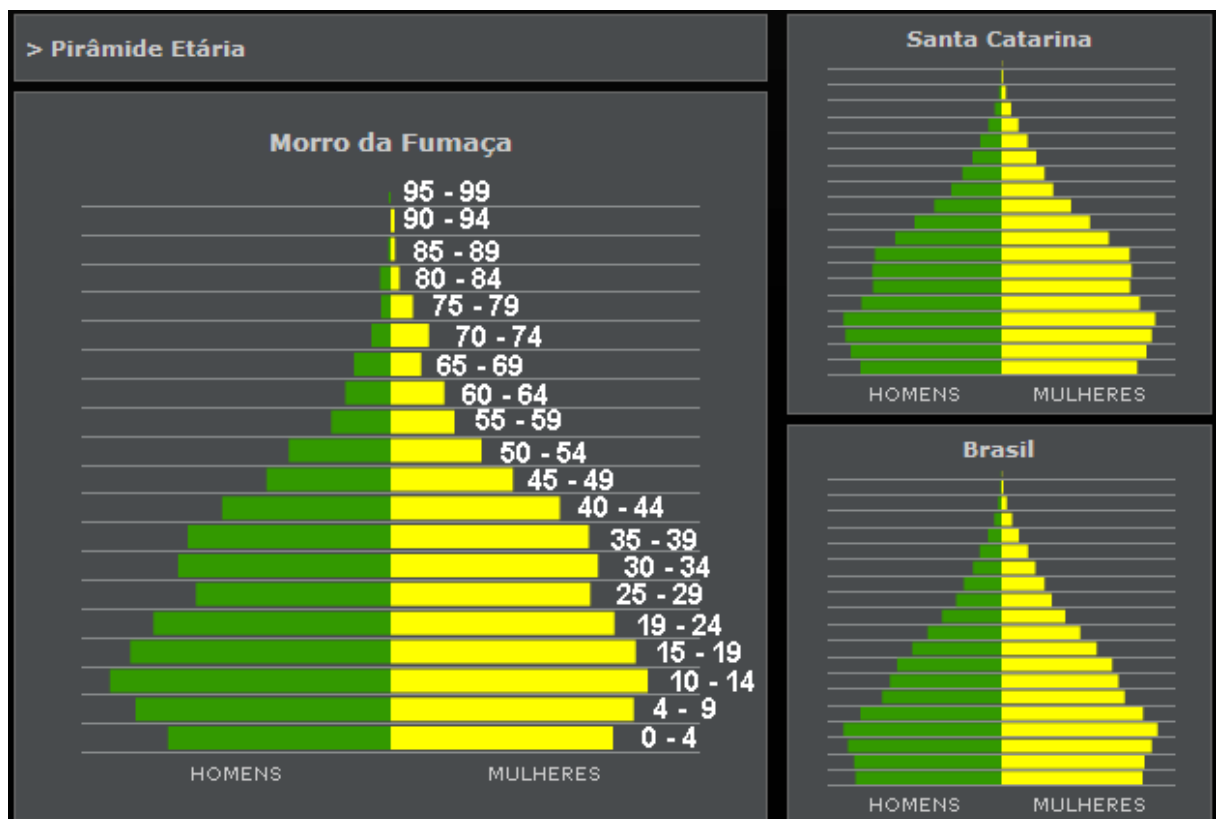
Em termos de educação a tabela 8 apresenta os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) para os anos de 2005, 2007 e 2009. De acordo com esses dados, as matrículas do ensino fundamental considerando o total de estudantes matriculados tiveram um decréscimo de 3.020 no ano 2005 para 2.791 matrículas em 2007 e 2.685 matrículas em 2009. Se analisado em separado o ensino fundamental municipal, estadual e particular, a tendência de diminuição continua ocorrendo. Com exceção apenas para as matrículas do ensino público estadual no ano de 2009 teve 733 estudantes matriculados superando o ano de 2007 com 732 matrículas.

Tabela 8: Distribuição das matrículas do ensino fundamental

Município de Morro da Fumaça				
Ensino Fundamental (total)	Público Estadual	Público Municipal	Particular	
2005	3.020	763	2.113	144
2007	2.791	732	1.939	120
2009	2.685	733	1.883	69

Fonte: Dados do INEP 2005, 2007 e 2009 *apud* IBGE Cidades.

É importante ressaltar que a diminuição das matrículas ao longo dos anos não deve ser entendida como evasão escolar, mas como uma tendência de diminuição das taxas de natalidade e fecundidade do município e brasileira, conforme os dados censitários do IBGE. Fato que implica na diminuição da base da pirâmide etária constituída pelas idades de 0-4 anos, 4-9 anos e 10-14 anos. Como pode ser observado na figura 4.

Figura 4: Pirâmide etária do município de Morro da Fumaça-SC

Fonte: Adaptado pela autora a partir de Infográficos do Censo Demográfico (IBGE-2010)

A Secretaria de Educação e Cultura do município declarou contar com uma rede de ensino composta por 5 creches para atender a Educação Infantil, são

elas: Creche Municipal, C.E.I Honorata Pavei Maccari, C.E.I. Maria Pagnan Maragno, C.E.I COHAB e PROFAS - Programa Fumacense de Ação Social.

Os anos iniciais do Ensino Fundamental são oferecidos por 6 escolas de 1º ao 5º ano: E.E.B.M. Agenor Bortolatto, E.E.B.M. Biázio Maragno, E.E.B.M. Ignácio Mrotskouski, E.E.B.M. Linha Torrens, E.E.B.M. Luiz Casagrande e E.E.B.M. Zuleima Búrigo Guglielmi.

Os anos finais do Ensino Fundamental são oferecidos por 4 escolas que atendem os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano): E.E.B.M. Maurina de Souza Patrício, E.E.B.M. Olívio Recco, E.E.B.M. Pietro Maccari e E.E.B.M. Vicente Guollo.

O município conta ainda com duas escolas estaduais, que atendem o Ensino Fundamental e Médio: a Escola de Educação Básica Princesa Isabel e a Escola de Ensino Fundamental Vitório Búrigo.

Há 1 escola profissionalizante: Escola Profissional Idalina Machado de Freitas; 1 escola de educação de jovens e adultos; 1 escola de ensino especial, a APAE; 1 escola particular, o Colégio Interação; 2 escolas de informática e 2 escolas de idiomas, a Access e o Wizard.

O Ensino Superior é representado por 4 instituições que oferecem cursos no município: UNISUL / SINDICER; FAEL / EDUCON; UDESC; e FUCAP.

A pesquisa do trabalho infantil no município de Morro da Fumaça será analisada levando em consideração os fatores de risco discutidos na fundamentação teórica: gênero, pobreza, abandono individual dos profissionais, ausência dos pais, baixa escolaridade, reprovações, evasão, desejo ou “necessidades personalizadas”, baixa escolaridade dos pais, emprego e subemprego dos pais, setor agrícola e sazonalidade e flexibilidade dos horários de trabalho.

Ressalva-se que, para composição do mapa de fatores de risco de trabalho infantil do município de Morro da Fumaça, foram entrevistados todos os adolescentes matriculados na rede municipal e estadual de ensino de Morro da Fumaça.

As 9 escolas envolvidas na pesquisa, em ordem alfabética e os respectivos números de adolescentes entrevistados: E.E.B. Princesa Isabel (96 adolescentes); E.E.B. Vitório Búrigo (47 adolescentes); E.E.B.M. Agenor Bortolatto (1 adolescente); E.E.B.M. Luiz Casagrande (6 adolescentes); E.E.B.M. Maurina De Souza Patrício (33 adolescentes); E.E.B.M. Olívio Recco (55 adolescentes);

E.E.B.M. Pietro Maccari (62 adolescentes); E.E.B.M. Vicente Guollo (57 adolescentes) e E.E.B.M. Zuleima Búrigo Guglielmi (1 adolescente). Totalizando 358 entrevistas com adolescentes de 12 e 13 anos.

Ressalva-se que nas escolas que atendem apenas os anos iniciais do Ensino Fundamental e, portanto, crianças, os adolescentes que nela foram entrevistados pertencem ao grupo em defasagem escolar.

5.2 Morro da Fumaça e seus pequenos trabalhadores

Doravante, será utilizado o termo adolescente para se referir às pessoas de 12 e 13 anos, conforme o artigo 2º da Lei 8.069/1990 que instituiu o ECA. Este artigo define que o termo criança aplicar-se-á a toda pessoa com idade inferior a 12 anos e adolescente aqueles entre 12 e 18 anos de idade

Nas 9 escolas foram entrevistados 176 meninos e 182 meninas entre 12 e 13 anos. (tabela 9). Entre os 358 adolescentes abordados nessa entrevista, 90 deles declaram-se trabalhadores. Entre os adolescentes trabalhadores, que recebem rendimentos, 77,6% são meninos e 22,4% são meninas. Considerando-se inclusive aqueles que declararam não ter rendimentos, 70% são meninos e 30% meninas.

O percentual de meninos trabalhadores que informaram não ter rendimentos é de 28,6% enquanto as meninas somam 71,4%. No grupo dos adolescentes não trabalhadores 42,2% são meninos e 57,8% são meninas. Fato esse que confirma a presença maior de meninos no grupo de adolescentes trabalhadores no município de Morro da Fumaça.

O Resumo Executivo referente às estimativas de erradicação do trabalho infantil fornecido pela OIT, revela que “as crianças do sexo masculino trabalham sempre em maior número (quase o dobro), do que as crianças do sexo feminino” (OIT, 2004, p.). Esse fato deve-se, segundo a referida organização, pelo fato das meninas dedicarem-se com maior frequência às atividades domésticas. Essas atividades culturalmente não são consideradas trabalho, por constituírem-se em forma de ajuda as famílias, ocultando assim muitas adolescentes trabalhadoras.

Tabela 9: Frequência de trabalho infantil por gênero

Gênero	Adolescente Trabalhador				Adolescente Não-trabalhador	
	Com Rendimentos		Sem Rendimentos		Frequência	Percentual
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual		
Masculino	59	77,6%	4	28,6%	113	42,2%
Feminino	17	22,4%	10	71,4%	155	57,8%

A renda familiar foi o dado analisado para identificar o fator de risco pobreza (tabela 10). Entre os adolescentes trabalhadores com rendimentos, 3,9% tem renda familiar de até 1 salário mínimo. Da mesma faixa salarial recebem as famílias de 14,3% dos adolescentes que compõem o grupo de trabalhadores sem rendimentos. E 5,2% das famílias de adolescentes não-trabalhadores.

A maior frequência de respostas está na faixa de 1 a 2 salários mínimos. Nesse grupo estão 39,5% dos adolescentes trabalhadores que tem renda, 42,9% dos adolescentes trabalhadores sem rendimentos e 38,4% dos adolescentes não-trabalhadores.

No grupo familiar que recebe de 2 a 5 salários mínimos tem-se 28,9% de adolescentes trabalhadores com renda, 21,4% dos adolescentes trabalhadores sem rendimentos e 31% dos adolescentes não-trabalhadores.

A partir de 5 salários mínimos, quanto maior a renda, menor a frequência, tanto no grupo de adolescentes trabalhadores quanto dos adolescentes não-trabalhadores. 11,8% dos adolescentes trabalhadores com rendimentos, 14,3% dos adolescentes trabalhadores sem rendimentos e 15,3% dos adolescentes não-trabalhadores declararam que a renda familiar varia de 5 a 10 salários mínimos.

A renda familiar de 10 a 30 salários mínimos apresentou 7,9% dos adolescentes com rendimentos e 3,4% dos adolescentes não-trabalhadores. Foi citado por 0,7% dos adolescentes que a família não possuía renda. E outros não souberam informar.

No que se refere ao fator de risco pobreza apontados por Doek (2007) como um dos fatores de risco ao trabalho infantil. A ideia de pobreza também é compartilhada por Larsen (2007) e Lieten (2007) que apontam ainda a desigualdade. A questão da renda familiar é apontada por esses autores como um dos fatores de risco que sujeitam o adolescente ao trabalho infantil, porém, a amostra analisada não evidenciou esse fator.

As entrevistas revelam que não há diferenças exageradas entre a renda das famílias de estudantes que declaram-se trabalhadores daqueles que não trabalham. A renda familiar em questão teve uma frequência maior de 1 a 2 salários mínimos, e de 2 a 5 salários mínimos, uma renda baixa, dado o número de pessoas que compõem a família.

Quanto maior a renda familiar, em qualquer classe, diminui o trabalho infantil, então a renda baixa é um fator de risco. Porém, há que se observar dois fatos: nas famílias de adolescentes não-trabalhadores a renda familiar também é baixa; e entre as famílias com renda superior a 5 salários mínimos também há adolescentes trabalhadores.

A existência de adolescentes trabalhadores em famílias cuja renda ultrapassa 5 salários mínimos pode estar relacionada a fatores culturais, assim como o baixo percentual de não-trabalhadores em famílias de baixa renda. Conclui-se, então, que a renda familiar é um fator de risco que não pode ser analisado isoladamente.

Tabela 10: Frequência de rendimento familiar do adolescente trabalhador.

Renda Familiar	Adolescente Trabalhador				Adolescente Não- Trabalhador	
	Com Rendimentos		Sem Rendimentos		Frequência	Percentual
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual		
Até 1 salário mínimo	3	3,9%	2	14,3%	14	5,2%
De 1 a 2 salários mínimos	30	39,5%	6	42,9%	103	38,4%
De 2 a 5 salários mínimos	22	28,9%	3	21,4%	83	31,0%
De 5 a 10 salários mínimos	9	11,8%	2	14,3%	41	15,3%
De 10 a 30 salários mínimos	6	7,9%	0	0,0%	9	3,4%
Nenhuma renda	0	0,0%	0	0,0%	2	0,7%
Não informado	6	7,9%	1	7,1%	16	6,0%

Os dados apontados na figura 5 foram obtidos por meio dos relatórios fornecidos pelo Conselho Tutelar, nos meses de fevereiro, março, abril e maio de 2011 e referem-se a frequência de encaminhamentos do APÓIA por escola e servem para analisar o fator de risco abandono individual dos profissionais.

A análise dos dados do APÓIA (aviso, retorno e encaminhamento) indica a incidência de focos de risco de trabalho infantil, uma vez que a criança que deixa de frequentar a escola pode estar trabalhando.

Esses dados evidenciam os encaminhamentos de evasão e/ou infrequência de 8 das 12 escolas do município, bem como as atitudes pós encaminhamento a saber: o Conselho Tutelar mediante visita ao domicílio verifica a situação (pessoal, familiar e social) da criança e de sua família dialogando com os pais ou responsáveis e outros familiares e parentes acerca da necessidade da criança retornar a escola. Quando o retorno não acontece, dá-se o encaminhamento da situação de evasão/infrequência para que o Ministério Público tome as medidas legais cabíveis.

A E.E.B.M Vicente Guollo registrou o maior número de encaminhamentos para o Conselho Tutelar. Foram 25 encaminhamentos, com 18 retornos e 7 encaminhados para o Ministério Público.

Na sequência foi a E.E.B. Princesa Isabel com 18 encaminhamentos, com 12 retornos e 6 encaminhados para o Ministério Público.

A E.E.B.M. Agenor Bortolatto registrou 17 encaminhamentos, com 15 retornos e 2 encaminhados para o Ministério Público.

A E.E.B Vitório Búrigo registrou 6 encaminhamentos, sendo que destes 3 adolescentes retornaram a escola e 3 foram encaminhados para o Ministério Público.

Na E.E.B.M. Maurina de Souza Patrício, foram 3 encaminhamentos, com 2 retornos e 1 encaminhamento para o Ministério Público.

A E.E.B.M. Luiz Casagrande encaminhou 1 aluno ao Conselho Tutelar, e este não retornou à escola. O caso foi então, encaminhado para o Ministério Público.

Nas escolas analisadas o número de retornos a escola foi maior que o número de encaminhamentos para o Ministério Público, exceto na E.E.B.M. Pietro Maccari que realizou 12 encaminhamentos para o Conselho Tutelar municipal. Destes, 5 crianças retornaram a escola e 7 foram encaminhadas para o Ministério Público.

Ressalta-se ainda, que não houve avisos de evasão/infrequência nas seguintes escolas: E.E.B.M. Linha Torrens, localizada na localidade de Linha Torrens; E.E.B.M. Ignácio Mrotskouski, localizada na localidade de Vila Rica; E.E.B.M. Zuleima Búrigo Guglielmi. Localizada no Centro de Morro da Fumaça; e E.E.B.M. Biázio Maragno, localizada no Distrito de Estação Cocal. Ambas escolas dispõem apenas de salas de Ensino Fundamental I.

Não se pode afirmar, os motivos pelos quais essas escolas não possuem registros de APÓIA, porém, nota-se que as escolas citadas acima, apesar de três delas estarem em áreas classificadas como Classe de risco 1, no que diz respeito ao trabalho infantil, de acordo com o mapa (ANEXO 1), e uma em Classe de risco 3, todas têm apenas o Ensino Fundamental I, fato que, apesar de impreciso, sugere hipóteses acerca da inexistência de trabalhadores em idades inferiores a 11 anos e/ou acerca do descuido dos profissionais da educação em relação aos avisos por evasão/infrequência, nessas escolas.

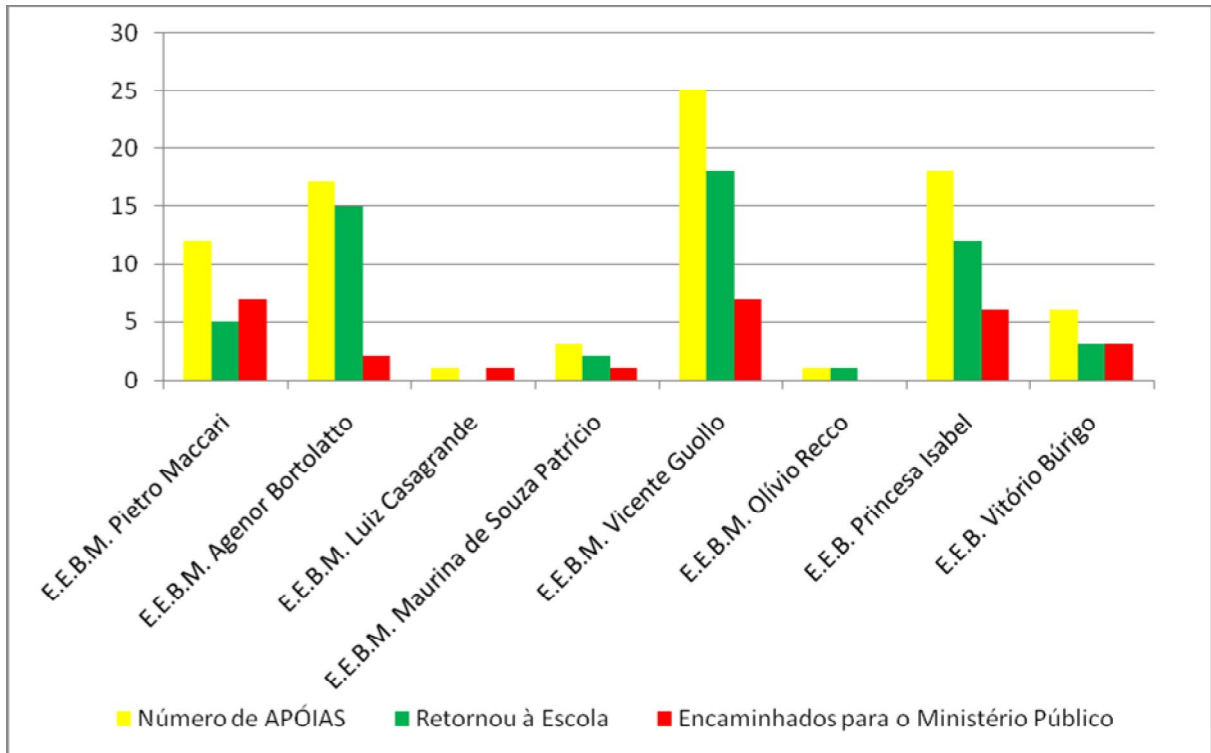
Os dados de encaminhamentos do APÓIA, revelam que na maior parte dos avisos, o Conselho Tutelar municipal consegue fazer retornar à escola o adolescente evadido e/ou infrequente. Porém, chama a atenção a situação da E.E.B.M. Pietro Maccari, localizada no Bairro de Costa, cujo número de encaminhamentos para o Ministério Público é maior do que os casos de retornos resolvidos pelo órgão municipal.

E, no caso do fator de risco abandono individual dos profissionais, a pesquisa apontou que não se pode afirmar que ocorra, dado ao grande número de encaminhamentos do APÓIA. Porém algumas escolas não mantêm registros (cópias) dos encaminhamentos, fato este, que casou imprecisão na coleta de dados.

Cabe mencionar aqui que, para que a família receba a quantia em dinheiro garantida pelo programa Bolsa Família é necessário assumir e cumprir o compromisso alguns compromissos para continuar recebendo o benefício. O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) informa que no âmbito educacional o compromisso da família é em manter os filhos frequentando a escola e garantindo uma frequência mínima mensal de 85% para os menores de 15 anos e 75% para de 16 e 17 anos. No âmbito social crianças e adolescentes com até 15 anos em situação de risco ou retiradas do trabalho infantil, devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)⁴ do PETI e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal. No que tange ao Ministério Público, cabe a ele garantir que as famílias tenham acesso aos serviços.

Diante dessa integração família-governo, no cumprimento dos condicionantes propostos pelo MDS, é possível afirmar que o abandono individual é um fator de risco que não deveria ocorrer.

⁴ Nomenclatura utilizada em substituição ao antigo PETI, uma vez que o PETI é um Programa e não uma instituição.

Figura 5: Frequência de encaminhamentos do APÓIA por escola

Fonte: Organizado pela autora a partir de dados do Conselho Tutelar.

A ausência dos pais é apontada por Tomasevski (2007) como um dos fatores de risco de trabalho infantil. Analisando a tabela 11, pode-se perceber, que 78,9% dos adolescentes trabalhadores possuem uma figura paterna na família, representada pelo pai ou pelo padrasto. E dos 90 adolescentes trabalhadores 88,9% possuem uma figura materna na família, representada pela mãe ou pela madrasta. No grupo dos adolescentes não-trabalhadores 84,3% dos adolescentes possuem uma figura paterna. E 96,6% possuem uma figura materna.

Analisando as famílias dos 358 entrevistados, é possível afirmar a existência de famílias monoparentais. A incidência maior é de famílias monoparentais, com ausência do pai, 17%. E de famílias monoparentais com ausência da mãe é de 5,3%.

É notável, uma maior ausência do pai e da mãe no grupo de adolescentes trabalhadores comparado aos adolescentes não-trabalhadores. Sendo que dos adolescentes trabalhadores, 21,1% não tem pai/padrasto. E 11,1% não tem mãe/madrasta.

Tabela 11: Frequência de adolescentes em famílias monoparentais

	Adolescentes trabalhadores		Adolescentes Não-trabalhadores		Família Monoparental	
	Frequência	Percentual ¹	Frequência	Percentual ²	Frequência	Percentual ³
Pai / Padrasto	71	78,9%	226	84,3%	61	17,0%
Mãe/ madrasta	80	88,9%	259	96,6%	19	5,3%

¹. Percentual obtido considerando os 90 adolescentes trabalhadores.

². Percentual obtido considerando os 268 adolescentes não-trabalhadores.

³. Percentual obtido considerando os 358 adolescentes entrevistados.

Outro fator de risco de trabalho infantil é a baixa escolaridade. A análise da frequência escolar por ano do Ensino Fundamental nas 9 escolas apresentou adolescentes trabalhadores nas turmas de 3º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

Foram identificados 1,3% dos adolescentes trabalhadores com rendimentos no 3º ano do Ensino Fundamental; 1,3% no 4º ano; 13,2% no 5º ano; 9,2% no 6º ano; 35,5% no 7º ano; 36,8% no 8º ano e 2,6% no 9º ano.

Os adolescentes trabalhadores que declararam não ter rendimentos foram identificados a partir do 6º ano do Ensino Fundamental. Destes, 7,1% frequentam o 6º ano; 35,7% frequentam o 7º ano; 35,7% no 8º ano e 21,4% no 9º ano.

E os adolescentes que declaram não trabalhar foram identificados a partir do 5º ano. Sendo que 5,2% frequentam o 5º ano, 5,6% o 6º ano; 37,7% o 7º ano; 42,2% o 8º ano e 9,3% o 9º ano (tabela 12).

Tendo em vista que os entrevistados, que se declararam trabalhadores, devem ter de 12 e 13 anos e que estes de acordo com a faixa etária frequentariam o 7º e o 8º Ano, percebe-se uma desafagem escolar ou distorção idade-série. Os alunos que apresentaram as maiores defasagens no que diz respeito à escolaridade, fazem parte do grupo de adolescentes trabalhadores.

É importante destacar que fazem parte do grupo de adolescentes não-trabalhadores, aqueles que declararam já ter trabalhado, os que nunca trabalharam e os que estão procurando emprego. Esse fato ajuda a explicar o índice de reprovações entre os adolescentes que se declararam não-trabalhadores. O ano escolar frequentado pelo adolescente está relacionado às reprovações ou evasão.

Tabela 12: Frequência de nível escolar dos trabalhadores e não-trabalhadores

Ano do Ensino Fundamental	Adolescente Trabalhador				Adolescente Não – Trabalhador	
	Com rendimento		Sem rendimento			
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
3º ano	1	1,3%	0	0,0%	0	0,0%
4º ano	1	1,3%	0	0,0%	0	0,0%
5º ano	10	13,2%	0	0,0%	14	5,2%
6º ano	7	9,2%	1	7,1%	15	5,6%
7º ano	27	35,5%	5	35,7%	101	37,7%
8º ano	28	36,8%	5	35,7%	113	42,2%
9º ano	2	2,6%	3	21,4%	25	9,3%

Analisando as reprovações dos adolescentes trabalhadores temos 47,8% dos adolescentes que nunca reprovaram; 33,3% dos adolescentes reprovaram 1 vez; 7,8% reprovaram 2 vezes; 8,9% reprovaram 3 vezes e 2,2% reprovaram 4 vezes.

Entre os adolescentes não trabalhadores, 69,4% informaram nunca ter reprovado; 24,3% reprovaram 1 vez; 6,0% reprovaram vezes e 0,4% reprovaram 3 vezes (tabela 13)

Tomando por base os 90 adolescentes trabalhadores independente de ter rendimentos ou não, tem-se 52,2% dos adolescentes com no mínimo uma reprovação. Mas, entre esses trabalhadores também observou-se adolescentes com até quatro reprovações, expressando um percentual de 2,2%.

A reprovação escolar é considerada um fator que gera exclusão escolar. E a exclusão escolar, enquanto fator de risco apontado, tal como foi coletado e analisado, carece de respostas para a dúvida se a origem do trabalho infantil é a reprovação ou se a reprovação é consequência do trabalho infantil. Porém, é fato que reprovação/ exclusão estão relacionadas ao trabalho infantil.

A distorção idade-série proveniente das reprovações e evasão escolar poderia contribuir para a exclusão escolar das crianças e adolescentes, sobretudo dos adolescentes trabalhadores. Pois, é este grupo que mais apresenta reprovações e, portanto risco de exclusão e trabalho infantil.

Tabela 13: Frequência de reprovação

Reprovações	Adolescente Trabalhador		Adolescente Não Trabalhador	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Nunca reprovou	43	47,8%	186	69,4%
1 reprovação	30	33,3%	65	24,3%
2 reprovações	7	7,8%	16	6,0%
3 reprovações	8	8,9%	1	0,4%
4 reprovações	2	2,2%	0	0,0%
5 reprovações ou mais	0	0,0%	0	0,0%

Analisando os dados de evasão escolar dos adolescentes não trabalhadores, temos 100% de adolescentes de nunca pararam de estudar. A entre os adolescentes trabalhadores 3,3% informaram ter parado de estudar por 1 ano (tabela 14).

No índice de evasão escolar, dos 90 adolescentes trabalhadores, três (3) informaram terem parado de estudar por no mínimo um (1) ano. Quando questionados sobre o motivo que contribuiu para que estes parassem de estudar, os três adolescentes informaram que o motivo foi mudança de município.

Nenhum deles informou que o motivo teria sido para trabalhar. Este fato que gera reflexões acerca da flexibilidade de horários para o trabalho, empregos de meio expediente, e sobre a atuação dos órgãos de proteção a infância e adolescência.

A análise dos fatores relacionados à escolaridade como o ano que o adolescente frequenta, as reprovações e a evasão escolar, mostram que estes são os fatores mais relacionados ao trabalho infantil. Sem, contudo, afirmar que as reprovações são resultado do trabalho, ou trabalho é consequência das reprovações.

Para Souza (2006) o abandono da escola é inevitável “para que a criança se torne uma trabalhadora e cujos poucos rendimentos acabam por ser meio de sobrevivência da família”. A escola é apontada como um investimento de futuro muitas vezes difícil de ser mantida pelas famílias em razão das suas necessidades imediatas.

Tabela 14: Frequência de evasão escolar

Evasão	Adolescente Trabalhador		Adolescente não trabalhador	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Nunca parou	87	96,7%	268	100,0%
Parou 1 ano	3	3,3%	0	0,0%
Parou 2 anos	0	0,0%	0	0,0%
3 anos ou mais	0	0,0%	0	0,0%

A distância de casa até a escola também contribui para aumentar a evasão escolar, principalmente em municípios cujas políticas públicas destinadas à educação não incluem transporte, fato que não é observado em Morro da Fumaça.

Nesse estudo não foi possível precisar a ausência de registros de nascimentos e infrequência escolar de crianças e adolescentes não matriculados, cujo motivo, seja a distância entre escola e trabalho.

Na tabela 15, considerando o grupo de adolescentes trabalhadores, 46,7% dos entrevistados declararam ir à escola a pé; 4,4% utilizam carro como meio de deslocamento casa-escola; 42,2% dos entrevistados apontaram ir para a escola utilizando transporte público; 5,6% vão à escola de bicicleta; e 1,1% apontaram utilizar outra forma de deslocamento.

No grupo de adolescentes não-trabalhadores, 50,0% dos entrevistados declararam ir à escola a pé; 4,5% utilizam carro como meio de deslocamento casa-escola; 42,2% dos entrevistados apontaram ir para a escola utilizando transporte público; 0,4% utilizam o transporte particular; e 2,6% vão à escola de bicicleta.

A pesquisa com os adolescentes carece de informações, sobre a existência de adolescentes que não frequentam a escola, pois as pesquisas foram realizadas nas escolas. E, portanto, não há como verificar a existência de menores evadidos.

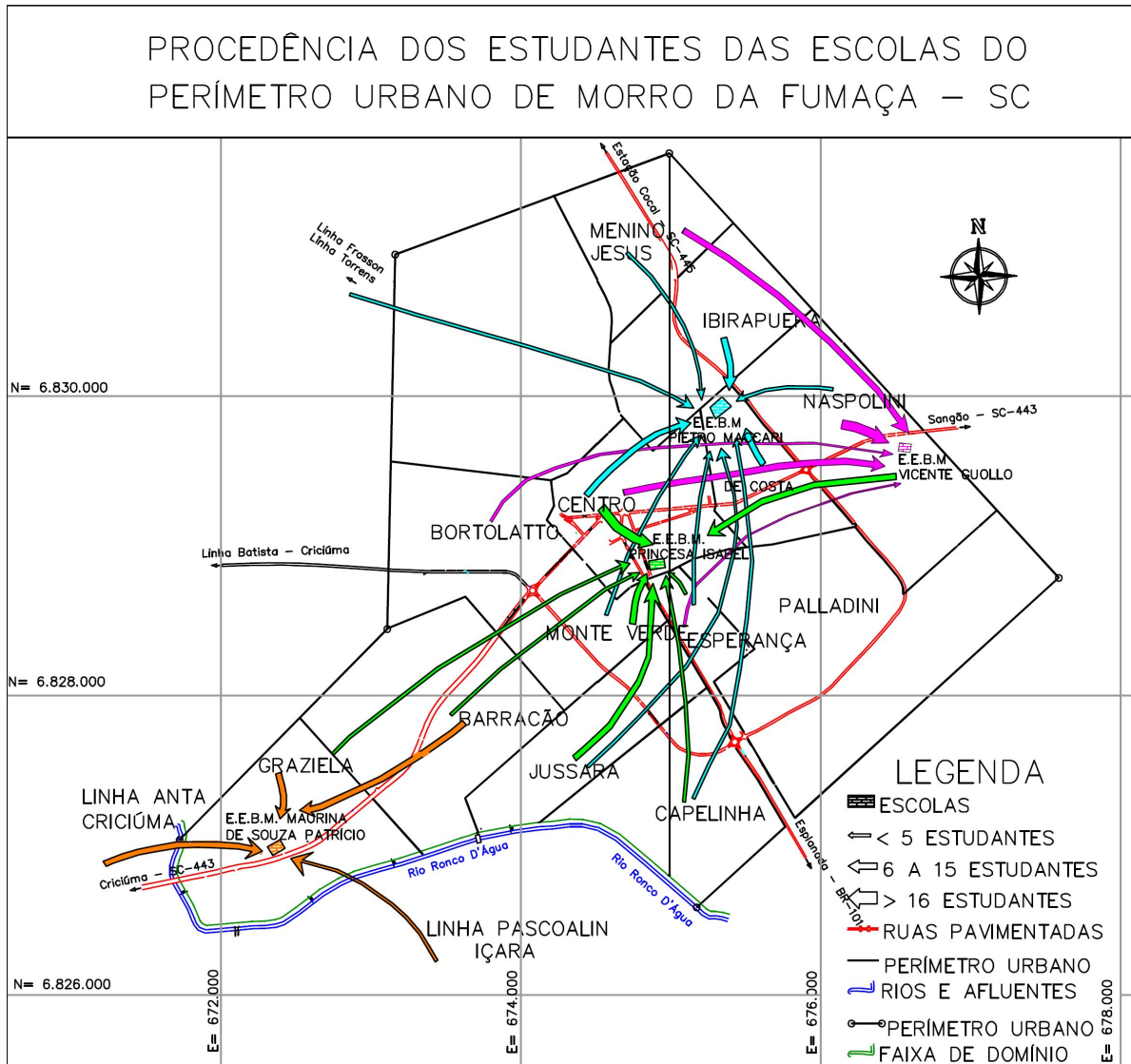
Tabela 15: Frequência de forma de deslocamento dos adolescentes.

Como você chega até a escola?				
	Adolescentes Trabalhadores		Adolescentes Não-Trabalhadores	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
A pé	42	46,7%	135	50,4%
De carro	4	4,4%	12	4,5%
De ônibus da prefeitura	38	42,2%	113	42,2%
De van, topic	0	0,0%	1	0,4%
Bicicleta	5	5,6%	7	2,6%
Outros	1	1,1%	0	0,0%

Analisando os questionários e comparando o local de moradia e a escola onde estudam, percebe-se que esse deslocamento casa-escola, muitas vezes parece desnecessário, pois muitos estudantes deixam de estudar em escolas localizadas em seus bairros de moradia para estudar em bairros mais distantes, demandando transporte público ofertado pela Prefeitura Municipal. Esse fato está ilustrado na figura 6, onde foram considerados os deslocamentos de adolescentes no perímetro urbano de Morro da Fumaça.

Nota-se que, adolescentes deslocam-se do bairro Napolini, onde está instalada a E.E.B.M. Vicente Guollo para estudar nas E.E.B.M. Pietro Maccari e E.E.B. Princesa Isabel, localizadas no Bairro de Costa e no Centro respectivamente. Também há ocorrência de estudantes que deslocam-se do bairro Graziela onde está instalada a E.E.B.M. Maurina de Souza Patrício para estudar na E.E.B. Princesa Isabel. Outros deslocam-se da localidade de Linha Frasson, próximo a E.E.B.M. Olívio Recco, para estudar na E.E.B.M. Pietro Maccari.

Figura 6: Mapa de deslocamento dos adolescentes considerando as escolas do perímetro urbano de Morro da Fumaça.



Fonte: Organizado pela autora a partir de Mapa de divisão de Bairros, disponibilizado pela Secretaria de Obras de Morro da Fumaça – SC.

Para Lange (2007) o fator de risco para o trabalho infantil é o desejo ou o que ele denominou “necessidades personalizadas”. Receber uma quantia em dinheiro é atrativo para que crianças e adolescentes troquem sua força de trabalho ainda em formação.

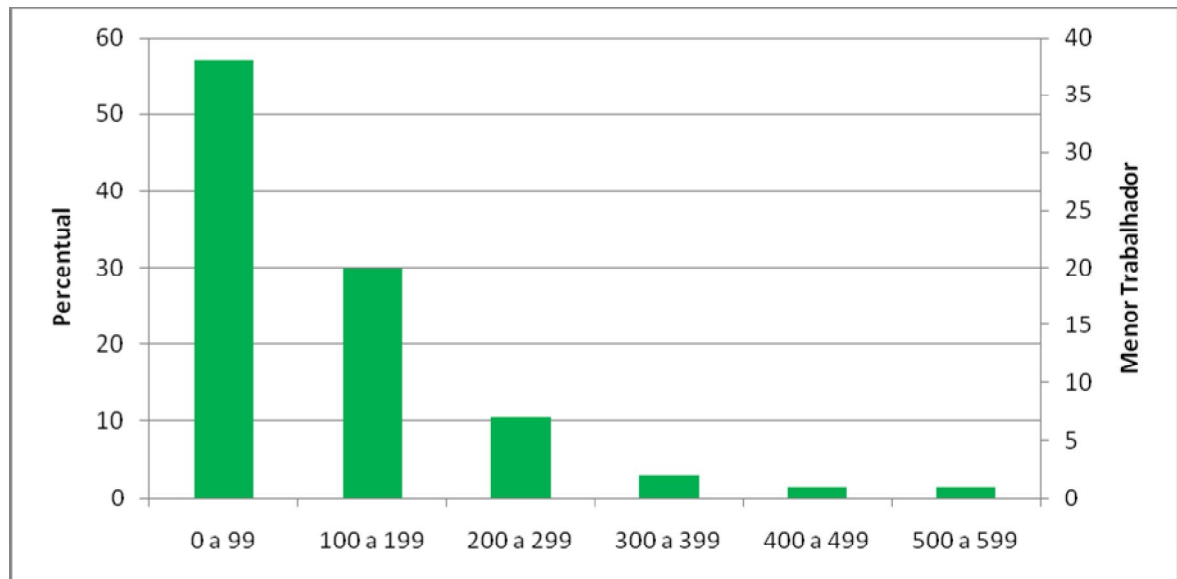
O índice de rendimentos do adolescente, representado pela figura 7, mostra que a renda individual dos 90 (noventa) adolescentes trabalhadores abordados pela entrevista varia de R\$ 0,00 (dez reais) a R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais). O valor mínimo foi R\$ 10,00. Entre esses trabalhadores, 55,1% recebem até R\$ 99,00; 29,0% recebem quantias de R\$ 100,00 a R\$ 199,00; 10,1%

quantias de R\$ 200,00 a R\$ 299,00; 2,9% de R\$ 300,00 a R\$ 399,00; 1,4% recebem de R\$ 400,00 a R\$ 499,00 e 1,4% de R\$ 500,00 a R\$ 599,00.

Ressalva-se que dos 90 adolescentes trabalhadores 14 informaram não receber nenhuma renda, e 7 não informaram opção alguma.

A análise dos dados permite perceber que as menores quantias em reais agrupam o maior percentual de trabalhadores, e que a partir desses valores, quanto maior a renda menor a frequência de adolescentes trabalhadores. Ou seja, tem muitos adolescentes ganhando pouco e poucos ganhando quantias próximas ao salário mínimo.

Figura 7: Renda mensal do adolescente trabalhador expressa em reais (R\$)



Analisando a tabela 16, obtêm-se respostas para os motivos que condicionam o adolescente ao trabalho. No grupo dos adolescentes trabalhadores sem renda, 71,4% declaram trabalhar para ajudar os pais; 7,1% para ser independente; 7,1% para ajudar a comunidade; 7,1% não informou. Para os adolescentes trabalhadores que possuem renda, 31,6% declarou trabalhar para ajudar os pais; 48,7% para ser independente; 10,5% para adquirir experiência; 1,3% para ajudar a comunidade; 5,3% declarou trabalhar para atingir outra finalidade.

Os motivos que sujeitam o adolescente ao trabalho infantil apontam para o que Lange (2007) chamou de “necessidades personalizadas”, dado pela frequência de 55,8% de respostas relacionadas à independência financeira. A necessidade de ter o próprio dinheiro constitui-se num fator de risco muito

significativo quando se trata de trabalho infantil.

É importante elucidar aqui, que 71,4% dos adolescentes trabalhadores, considerando ambos os gêneros, informaram não receber rendimentos. Esse fato “desconstrói o mito de que o trabalho ajuda economicamente as famílias” (SOUZA, 2010, p.42). Outro fato que ajuda a desconstruir o mito de ajuda as famílias é dado pelos apenas, 31,6% de adolescentes que trabalham para ajudar os pais com as despesas familiares.

Chama a atenção, o fato de quatro informarem que o motivo de exercer um trabalho, seja para “outra finalidade”. Qual finalidade seria essa senão independência financeira, ajudar os pais e/ou adquirir experiência? É impreciso afirmar, mas Souza (2006) ao discutir a questão do trabalho infantil refere-se às atividades fumageiras e calçadistas como um contato direto do adolescente com produtos tóxicos e afirma que entre os adolescentes trabalhadores “o acesso às drogas é mais frequente quando a criança dispõe de algum recurso financeiro, geralmente obtido por meio do trabalho” (SOUZA, 2006 p.269).

O fato de esses adolescentes terem informado outra finalidade para justificar o seu trabalho remunerado, pode indicar um contato com as drogas (sejam ela licitas ou ilícitas). Mas, a pesquisa torna-se imprecisa, e essa é apenas uma hipótese.

Tabela 16: Motivos que sujeitam ao trabalho infantil.

Por que você trabalha?	Trabalho e tenho rendimento		Trabalho, mas não tenho rendimento	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Para ajudar meus pais	24	31,6%	10	71,4%
Para ser independente	37	48,7%	1	7,1%
Para adquirir experiência	8	10,5%	1	7,1%
Para ajudar comunidade	1	1,3%	1	7,1%
Outra finalidade	4	5,3%	0	0,0%
NÃO INFORMADO	2	2,6%	1	7,1%

A baixa escolaridade dos pais é apontada como fator de risco de trabalho infantil. A tabela 17, referente à escolaridade dos pais dos adolescentes entrevistados, foi elaborada tomando por base a informação cedida pelos

adolescentes. Considerou-se em separado a escolarização da figura paterna e materna.

No grupo dos adolescentes trabalhadores considerando apenas a figura paterna, 1,1% afirmaram que o pai nunca estudou; 45,6% estudaram de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental (antigo Ensino Primário); 26,7% estudaram de 5ª a 8ª série; 5,6% cursaram o Ensino Médio (antigo 2º grau), porém não concluíram; 6,7% concluíram o Ensino Médio. Considerando o ensino Superior, apenas 1,1% dos adolescentes informaram que o pai conclui algum curso de nível superior. Outros 13,3% declaram não saber informar sobre a escolaridade do pai.

Considerando a escolaridade da figura materna dos adolescentes trabalhadores 50% declararam que a mãe estudou de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental; 26,7% estudaram de 5ª a 8ª série; 2,2% cursaram o Ensino Médio, mas não concluíram; 8,9% concluíram o Ensino Médio. Considerando-se o Ensino Superior, 1,1% das mães concluíram algum curso de nível superior e 1,1% das mães são pós-graduadas. E, 10% dos adolescentes trabalhadores não souberam informar a escolaridade da mãe.

No grupo dos adolescentes que declaram-se não-trabalhadores e considerando a escolaridade da figura paterna, tem-se 1,5% de pais que não estudaram; 43,7% estudaram de 1ª a 4ª série; 25,4% estudaram de 5ª a 8ª série; 5,2% não concluíram o Ensino Médio e 4,1% concluíram o Ensino Médio. Na modalidade de Ensino Superior, 0,4% não concluíram o curso superior; 1,1% concluíram algum curso superior e 0,4% possuem pós-graduação. Não souberam informar sobre a escolaridade do pai 18,3% dos adolescentes.

Considerando a escolaridade da mãe dos adolescentes não trabalhadores tem-se 3,7% que não estudaram; 41,0% estudaram de 1ª a 4ª série; 26,1% de 5ª a 8ª série; 6,0% não concluíram o Ensino Médio; 6,0% concluíram o Ensino Médio; 0,4% iniciaram um curso de nível superior, mas não concluíram; 2,6% concluíram o nível superior; 2,6% possuem pós-graduação e 11,6% não souberam informar a escolaridade da mãe.

Kassouf (2007) aponta que a escolaridade dos pais também é um fator de aproximação de seus filhos ao trabalho infantil quer na forma cultural, que na forma de subsistência. Crianças filhas de pais cuja escolaridade é maior têm menos risco

de trabalho infantil, “uma vez que pais mais educados⁵ tendem a ganhar mais e ser mais ricos”. Porém, é importante ressaltar que “a baixa escolaridade dos pais influencia o consentimento e até o incentivo do trabalho infantil, pois a cultura do trabalho operário é muito forte no modelo de sociedade capitalista” (SOUZA, 2006, p.273).

Este trabalho não se propôs a investigar se os pais e/ou responsáveis concordam com os mitos acima citados, ou se os pais e/ou responsáveis incentivam os filhos e filhas ao trabalho. Porém a baixa escolaridade dos pais poderia ser um forte indicativo de que os mitos da cultura do trabalho precoce estejam presentes, porém essa informação carece de respostas. Também, quanto maior a escolaridade dos pais menor o número de trabalhadores, porém talvez seja difícil identificar se isso se deve a ter um menor número de pais nestas condições.

O risco de trabalho infantil é aumentado quando a escolaridade de seus pais é menor. E há também forte relação entre a cultura recebida pelos pais que iniciaram suas atividades no trabalho precocemente. Essa ideia de trabalho precoce acaba sendo transmitida aos filhos como forma de sustento da família e negando a importância da educação básica como promotora de melhores condições de trabalho, renda e qualidade de vida.

É importante também salientar a grande quantidade de adolescentes que não sabem informar sobre a escolaridade, o local de trabalho e/ou profissão dos pais, assim como a renda familiar. Fato este que demonstra o pouco envolvimento dos pais nas atividades realizadas pelos filhos e dos filhos em relação aos seus pais.

Souza (2006) e Glasinovich (2007) reforçam a ideia de que a “forte tradição cultural” seria um dos fatores de exploração de força de trabalho infantil. Righetto (1999) também aponta o aspecto cultural como fator de risco de trabalho infantil, os quais ela chama de mito.

Entre os mitos estão “[...] a criança ajuda a família a sobreviver”; “a criança fica mais esperta [...] e tem condições de vencer quando adultos” e “o trabalho enobrece a criança, antes trabalhar que roubar”. Matiola (2004), Corrêa e Gomes (2003) e Custódio e Veronese (2007) também compactuam que a cultura do “quanto mais cedo melhor” seja um fator de risco ao trabalho infantil.

⁵ O termo utilizado pela autora deve ser entendido como sinônimo de escolarizados.

Tabela 17: Escolaridade do pai e da mãe.

Escolaridade	Adolescente Trabalhador				Adolescente Não Trabalhador			
	PAI	Percentual	MÃE	Percentual	PAI	Percentual	MÃE	Percentual
Não estudou	1	1,1%	0	0,0%	4	1,5%	10	3,7%
1ª - 4ª série E.F.	41	45,6%	45	50,0%	117	43,7%	110	41,0%
5ª - 8ª série E.F.	24	26,7%	24	26,7%	68	25,4%	70	26,1%
E.M. incomplet	5	5,6%	2	2,2%	14	5,2%	16	6,0%
E.M. completo	6	6,7%	8	8,9%	11	4,1%	16	6,0%
E.S. incompleto	0	0,0%	0	0,0%	1	0,4%	1	0,4%
E.S. completo	1	1,1%	1	1,1%	3	1,1%	7	2,6%
Pós-graduação	0	0,0%	1	1,1%	1	0,4%	7	2,6%
Não sei	12	13,3%	9	10,0%	49	18,3%	31	11,6%

Legenda: E.F. Ensino Fundamental; E.M. Ensino Médio; E.S. Ensino Superior.

Outro item pesquisado foi a frequência em que as atividades escolares, domésticas, esportivas, de lazer e de trabalho são realizadas juntamente com os pais e/ou responsáveis (tabela 18).

As maiores frequências apontadas pela pesquisa com os adolescentes, considerando os trabalhadores e não-trabalhadores dizem respeito às atividades diárias como tarefas escolares 39,4%; tarefas domésticas 48,6%; trabalho 12,0%; e assistir TV 78,8%.

É elevado também o percentual de adolescentes que mencionaram “nunca” realizar tarefas com os pais. Entre estes, 36,6% apontaram nunca fazer tarefas escolares com auxílio dos pais; 62,3% não trabalham acompanhados pelos pais; 56,7% nunca pescaram juntos; 49,7% nunca jogaram futebol juntos; 60,3% nunca fizeram caminhadas acompanhados ou acompanhando os pais; e 16,8% dos adolescentes entrevistados declaram nunca ir à igreja acompanhados pelos pais.

Pode-se perceber que o momento apontado com mais frequência, em que pais e filhos se encontram dividindo o mesmo espaço e fazendo a mesma atividade, é quando assistem algum programa de televisão. Seguido com menos frequência pelas tarefas domésticas e tarefas escolares.

Quando questionados, se faziam outra atividade com os pais, apenas 3 (três) alunos afirmaram fazer outras atividades. Dois adolescentes apontaram fazer compras com os pais, referindo-se a ir ao supermercado. Outro informou conversar com os pais. Este fator talvez não contribua como risco ao trabalho infantil. Porém, é importante de ser analisado no que diz respeito à formação da família e do caráter do sujeito.

Tabela 18: Participação dos pais/responsáveis nas atividades dos filhos

Com que frequência seus pais/responsáveis participam das atividades abaixo?	Não resposta	Diariamente		Semanalmente		Quinzenalmente		Mensalmente		Nunca	Percentual	
		Percentual	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual					
Tarefas escolares	9	2,5%	141	39,4%	48	13,4%	11	3,1%	18	5,0%	131	36,6%
Afazeres domésticos	15	4,2%	174	48,6%	79	22,1%	5	1,4%	8	2,2%	77	21,5%
Trabalham	39	10,9%	44	12,3%	30	8,4%	7	2,0%	15	4,2%	223	62,3%
Pescam	28	7,8%	25	7,0%	31	8,7%	19	5,3%	52	14,5%	203	56,7%
Jogam futebol	21	5,9%	53	14,8%	54	15,1%	19	5,3%	33	9,2%	178	49,7%
Caminhadas	21	5,9%	39	10,9%	39	10,9%	17	4,7%	26	7,3%	216	60,3%
Vão à igreja	16	4,5%	122	34,1%	114	31,8%	14	3,9%	32	8,9%	60	16,8%
Assistem TV	15	4,2%	282	78,8%	23	6,4%	6	1,7%	13	3,6%	19	5,3%

Considerando a frequência em que as atividades escolares, domésticas, esportivas, de lazer e de trabalho são realizadas juntamente com os pais e/ou responsáveis no grupo de adolescentes trabalhadores. Nesse grupo as atividades que mais se destacam são o auxílio às tarefas escolares com 60,0%; os afazeres domésticos com 62,2%; o trabalho com 58,5%; e as práticas relacionadas à religiosidade, como ir a igreja com 72,2%. Em menor proporção estão as atividades de pesca com 38,9%; o futebol com 47,8% e as caminhadas com 31,3%.

Considerando a não-participação dos pais nas atividades dos adolescentes trabalhadores, 40% informaram não receber auxílio para fazer as tarefas escolares; 37,8% não são auxiliados para fazer as tarefas domésticas; 41,1% não trabalham acompanhados dos pais; e 27,8% não vão a igreja acompanhados pelos pais. Os maiores índices estão relacionados a atividades de lazer e esportiva como a pesca, com 61,1%; as caminhadas com 68,9%; e o futebol com 52,2% (tabela 19).

É importante destacar que entre os adolescentes trabalhadores é frequente a não participação dos pais em atividades de entretenimento, esporte e lazer.

Mas, no que se refere aos afazeres domésticos e as tarefas escolares a frequência de acompanhamento dos pais é maior. Os dados da entrevista mostram que 58,5% dos adolescentes trabalhadores exercem a função juntamente com seus

pais e responsáveis; 62,2% dos entrevistados realizam tarefas domésticas juntamente com seus pais e responsáveis; e 60,0% dos pais dos acompanham as tarefas escolares dos filhos.

Quando as tarefas domésticas ganham frequência diária podem ser consideradas trabalho mesmo que realizadas em casa. Assim, o elevado percentual de menores que realizam atividades domésticas caracterizam-se como trabalhadores. E, como afirma (Souza, 2010), “o trabalho sem remuneração da criança e do adolescente constitui uma forma exploração”.

Tabela 19: Frequência de atividades realizados

	Acompanhamento dos pais		Não acompanhados dos pais	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Tarefas escolares	54	60,0%	36	40,0%
Afazeres domésticos	56	62,2%	34	37,8%
Trabalham	53	58,5%	37	41,1%
Pescam	35	38,9%	55	61,1%
Jogam Futebol	43	47,8%	47	52,2%
Fazem caminhadas	18	31,1%	62	68,9%
Vão a Igreja	65	72,2%	25	27,8%

O desemprego e o subemprego dos pais são outros fatores de risco. E serão tratados de acordo com a tabela 20, sobre a frequência de emprego do pai e da mãe dos adolescentes trabalhadores e não trabalhadores. Para fins de entendimentos, ressalva-se que o setor primário corresponde às atividades agropecuárias, extrativistas e de pesca; o setor secundário à indústria, o setor terciário ao comércio e a prestação de serviço; o trabalho informal corresponde às atividades informais (pintor, electricista, encanador, feirante, ambulante, catador de lixo, etc.), as atividades realizadas em casa (alfaiataria, cozinha, aulas particulares, artesanato, etc.) e trabalhador doméstico (faxineiro, cozinheiro, motorista, acompanhante de idosos, babá, vigia, jardineiro, etc.).

Analisando a tabela percebe-se que no setor primário estão ocupados apenas 6,6% dos pais e 5,4% das mães dos adolescentes trabalhadores. No grupo de pais dos adolescentes trabalhadores a maior frequência de emprego está no setor secundário com 34,1% dos pais e 33,7% das mães. Seguido do setor terciário

com 38,5% dos pais e em menor percentual de mães com 14,1%. As mães desses adolescentes trabalhadores ocupam-se do trabalho informal expressando um percentual de 37,0% delas.

No grupo dos adolescentes não trabalhadores a maior frequência de emprego dos pais está no setor secundário com 31,0% dos pais e 27,6% das mães. Seguido do setor terciário com 28,8% dos pais e 17,3% das mães. E o trabalho informal conta com 13,7% dos pais e 22,4% das mães. O setor primário ocupa apenas 6,3% de pais e 2,6% de mães.

A quantidade de mães “donas de casa” é maior no grupo de adolescentes não-trabalhadores com 21,0% delas e 3,3% no grupo de adolescentes trabalhadores.

O percentual de pais aposentados também é maior no grupo de adolescentes não-trabalhadores com 6,3% dos pais e 2,6% das mães. No grupo de adolescentes trabalhadores tem-se 2,2% de pais aposentados e 1,1% de mães aposentadas.

O desemprego e o subemprego dos pais apontados por Corrêa e Gomes (2003) como fatores que impulsionam os adolescentes a ingressarem na modalidade de trabalho infantil. Porém, a pesquisa realizada não evidenciou grandes diferenças entre o grupo dos adolescentes trabalhadores e não- trabalhadores, no que diz respeito ao trabalho dos pais.

Chama a atenção os 37,0% de mães trabalhadoras informais no grupo de adolescentes trabalhadores, mostrando uma relação entre trabalho da mãe e trabalho do adolescente. E os 21,0% de mães “donas de casa” no grupo de adolescentes não-trabalhadores contra 3,3% no grupo de adolescentes trabalhadores, levando hipóteses sobre a proteção da mãe distanciando a criança do trabalho e/ou sobre a ausência de necessidade do trabalho da mãe e consequentemente do adolescente.

Tabela 20: Frequência de emprego do pai e da mãe

Ocupação	Adolescente Trabalhador				Adolescente Não-trabalhador			
	PAI	Percentual	MÃE	Percentual	PAI	Percentual	MÃE	Percentual
Setor Primário	6	6,6%	5	5,4%	17	6,3%	7	2,6%
Setor Secundário	31	34,1%	31	33,7%	84	31,0%	75	27,6%
Setor Terciário	35	38,5%	13	14,1%	78	28,8%	47	17,3%
Trabalho Informal	7	7,7%	34	37,0%	37	13,7%	61	22,4%
No Lar	0	0,0%	3	3,3%	0	0,0%	57	21,0%
Desempregado	0	0,0%	3	3,3%	3	1,1%	7	2,6%
Aposentado	2	2,2%	1	1,1%	17	6,3%	7	2,6%
Não sei	6	6,6%	2	2,2%	28	10,3%	10	3,7%
Outros	4	4,4%	0	0,0%	7	2,6%	1	0,4%

OBS. Há incidência de pais e mães com mais de um emprego/serviço.

Na ocupação dos adolescentes trabalhadores no que diz respeito ao trabalho, e considerando-se os setores econômicos (tabela 21) tem-se o setor primário com 10,0% e o setor secundário com 7,8% dos adolescentes trabalhadores.

O setor terciário, representando a maior incidência de adolescentes trabalhadores, apresenta adolescentes ocupados no comércio e trabalho remunerado em casa com 14,4% e panfletagem, vendedores ambulantes e catadores de papel com 31,1%. O trabalho remunerado em casa está representado além das atividades domésticas pelos adolescentes que “tiram fio” para as facções do município.

12,2% dos adolescentes informaram trabalhar em casa de terceiros e 6,7 informaram trabalhar no lar sem rendimentos. Outros 3,3% não informaram o local de trabalho.

No serviço de panfletagem, os adolescentes trabalhadores, recebem quantias em dinheiro diariamente. Esse fator é um indicativo importante de ser analisado, principalmente, quando da necessidade de dinheiro rápido.

O trabalho no lar, sem rendimentos, também foi apontado. Apesar de não receber quantias em dinheiro, esses adolescentes afirmam a importância de seu trabalho como forma de ajudar a família nas despesas da casa, evitando a contratação de uma terceira pessoa. Destaca-se a incidência de meninas nessa atividade. A clandestinidade dessa modalidade de trabalho doméstico e prestação de serviços realizadas no interior de residências, propriedades agrícolas e indústrias, contribui para que a fiscalização seja difícil ou quase inexistente e constitui-se num fator de risco, tal como apontado por Almeida Neto (2004).

Em relação ao trabalho nas indústrias, é impreciso afirmar se essa atividade está relacionada às olarias. Porém, considerando-se o contexto de trabalho infantil no município, o local de moradia, a clandestinidade desse trabalho e a quantidade de olarias, é possível que o termo indústria seja empregado como sinônimo de olaria.

Vedova (2004) verifica que o fato do município possuir inúmeras cerâmicas de tijolos (olarias), muitas famílias se deslocam para Morro da Fumaça em busca de melhores condições de vida:

(...) várias famílias se deslocam para Morro da Fumaça em busca de melhores condições de vida, mas sempre se deparam com a mesma realidade. Na sua grande maioria, vivem em domicílios inadequados, com condições precárias de abastecimento de água e saneamento, expondo-se a riscos biológicos, que significam doenças infecciosas espoliadoras. Visto que as famílias têm renda de, no máximo, dois salários mínimos (VEDOVA, 2004, p.17).

A Presidente do Conselho Tutelar e a Secretária de Família do município informaram que ocorre com frequência, o adolescente ser encaminhado para o APÓIA e quando verificado o caso, o adolescente estava trabalhando. Pois, os responsáveis por eles, precisavam de dinheiro para completar a renda mensal. Ou mesmo para que o adolescente adquira algo que os seus responsáveis não poderiam lhe oferecer.

Para Herrera (2007) o setor agrícola também se coloca como um fator de risco para o trabalho infantil, de caráter sazonal, e geralmente do período das colheitas. A participação dos adolescentes nas atividades do setor primário é fortemente caracterizada pelo uso de sua parca mão-de-obra no setor agrário, principalmente nas áreas rurais do município.

Nota-se ainda uma forte relação entre a quantidade de adolescentes trabalhadores que se ocupam o setor agrícola - 10,0% dos adolescentes trabalhadores - com a ocupação dos pais, também nesse setor somando 12% dos responsáveis pelos adolescentes trabalhadores. Esse fato reafirma que filhos de pais agricultores, tendem a ser ocupados como mão-de-obra mais facilmente.

Essa ideia é defendida também por Souza (2006) referindo-se a espacialização da exploração de força de trabalho infantil aponta o espaço rural como forte concentradora dessa modalidade de trabalho. Fato agravado pela ausência de registros de nascimentos e infrequência escolar, muitas vezes

motivadas pelas grandes distâncias entre escola e trabalho. Porém, essa não é a realidade desse grupo de entrevistados do município de Morro da Fumaça, cuja maior ocupação dos adolescentes é o trabalho informal representado pela panfletagem, vendedores ambulantes e catadores de papel com 31,1%.

Tabela 21: Frequência de ocupação laboral dos adolescentes

Ocupação	Frequência	Percentual
Agropecuária, extrativismo e pesca	9	10,0%
Indústria	7	7,8%
Comércio	13	14,4%
Panfletagem, ambulantes, catador	28	31,1%
Trabalha em casa em serviços	13	14,4%
Trabalho doméstico em casa de terceiros	11	12,2%
No Lar (sem rendimentos)	6	6,7%
Não informado	3	3,3%

Entre os adolescentes trabalhadores, quando questionados sobre o local de moradia, antes de residirem no município, 33,6% declararam ter morado em outros municípios. Desses 28,2% declararam que vieram de municípios de Santa Catarina (Araranguá, Blumenau, Bom Jardim da Serra, Cocal do Sul, Criciúma, Florianópolis, Forquilha, Içara, Imaruí, Itajaí, Jaguaruna, Joinville, Laguna, Lauro Müller, Maracajá, Nova Veneza, Orleans, Palhoça, Pedras Grandes, Rancho Queimado, Urussanga, Sangão, Siderópolis, Sombrio, Treze de Maio, Tubarão e Turvo). 2,7% vieram do Estado do Paraná (Ampere, Cascavel, Curitiba, Galvão e Marialva). 2% do Estado do Rio Grande do Sul (Bagé, Cachoeirinha e Porto Alegre) e apenas 0,7% do município de São Paulo (tabela 22).

É importante registrar, que nesta, estão tabulados, todos os adolescentes que declaram trabalhar atualmente, assim como aqueles que declararam já ter trabalhado, mas que atualmente não estão trabalhando.

Os outros 66,4% dos adolescentes trabalhadores, declararam-se moradores do município desde seu nascimento, dado esse que carece de informação sobre a procedência de seus pais.

Tabela 22: Estado de procedência dos adolescentes trabalhadores.

Procedência	Adolescentes Trabalhadores e adolescentes que já trabalharam	
	Frequência	Percentual
PARANÁ	4	2,7%
SANTA CATARINA	42	28,2%
RIO GRANDE DO SUL	3	2%
SÃO PAULO	1	0,7%

Os dados da pesquisa apontam que 33,3% do total de adolescentes trabalhadores afirmaram trabalhar diariamente. Em ordem percentual decrescente, 22,2% dos adolescentes afirmam trabalhar duas vezes por semana; 13,3% trabalham quatro vezes por semana; 12,2% trabalham 5 vezes por semana; 8,9% trabalham apenas uma vez por semana e; 5,6% dos adolescentes trabalhadores trabalham 3 vezes por semana (tabela 23).

Entre os adolescentes trabalhadores com rendimentos 25% deles afirmam trabalhar duas vezes por semana. Nas entrevistas, ficou evidente essa flexibilidade de tempo principalmente nos serviços de panfletagem, geralmente para os mercados da cidade, que possuem uma forte concorrência, e lançam semanalmente suas promoções em panfletos.

Se analisar em separado os dados dos trabalhadores sem rendimentos, tem-se um percentual maior, 57,1% dos adolescentes trabalhadores que declararam não receber quantias em dinheiro por sua força de trabalho, o fazem diariamente. Um percentual elevado de trabalhadores adolescentes com uma frequência de trabalho diária, podendo comprometer seriamente sua saúde e em termos de escolaridade, comprometeria a frequência e o rendimento escolar desses adolescentes acarretando prejuízos futuros.

Tabela 23: Frequência de trabalho dos adolescentes trabalhadores.

	Total de Trabalhadores		Trabalhadores com rendimentos		Trabalhadores sem rendimentos	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
1 vez por semana	8	8,9%	8	10,5%	0	0,0%
2 vezes por semana	20	22,2%	19	25,0%	1	7,1%
3 vezes por semana	5	5,6%	4	5,3%	1	7,1%
4 vezes por semana	12	13,3%	12	15,8%	0	0,0%
5 vezes por semana	11	12,2%	9	11,8%	2	14,3%
Diariamente	30	33,3%	22	28,9%	8	57,1%
NÃO INFORMADO	4	4,4%	2	2,6%	2	14,3%
Total	90	100,0%	76	100,0%	14	100,0%

Almeida Neto (2004) aponta a falta de fiscalização como fator de risco ao trabalho infantil, sobretudo pela baixa formação dos profissionais, precariedade na prestação desse serviço e principalmente pela clandestinidade desse serviço, que acontece escondido, geralmente no interior de residências, indústrias e propriedades agrícolas.

O questionário aplicado, no Conselho Tutelar municipal, evidencia algumas falhas que prejudicam a operação de órgão e poderia aumentar o risco de trabalho infantil, sobretudo pela baixa formação e qualificação dos profissionais.

O Conselho Tutelar de Morro da Fumaça, conta atualmente com cinco conselheiros titulares e cinco conselheiros suplentes. Dos conselheiros titulares, dois tem experiência de quatro anos e três tem apenas seis meses de atuação. Considerando o nível de escolaridade, dos membros titulares, observa-se que dois tem nível fundamental, dois tem nível médio (Magistério e Técnico em Contabilidade) e um tem formação no nível superior com habilitação em Pedagogia.

Quando questionado sobre os requisitos para a candidatura de membros para ocupar o cargo de conselheiro no Conselho Tutelar, foi informado que os requisitos seriam: Ter experiência na área da criança e do adolescente; Ter nível mínimo de escolaridade (nível médio); Ter idade superior a vinte e um anos; Residir no município; Ter reconhecida idoneidade moral e; Possuir CNH.

Ressalva-se que pelo menos uma das exigências para a candidatura, na prática não ocorreu, pois é notado que a escolaridade de dois membros titulares não atende a exigência de escolaridade mínima. Talvez pelo desinteresse da população em candidatar-se a conselheiro e pelos baixos salários oferecidos para uma jornada

de 20 horas de trabalho.

Em relação à qualificação/capacitação dos membros do Conselho Tutelar a entrevista deixou evidente que não houve formação ou capacitação específica para o cargo, nem mesmo após terem sido eleitos. O Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência (SIPIA) foi instalado, mas atualmente não está em atividade. Porém, os conselheiros informaram que não foram treinados para operar esse sistema.

Considerando as medidas de proteção listadas no questionário (Anexo 5), o Conselho Tutelar tem determinado, com baixa frequência, o encaminhamento aos pais ou responsáveis, mediante termo de responsabilidade; Inclusão em programa de auxílio à família, criança e adolescente; Inclusão em programa de auxílio a toxicômanos. Com média frequência tem determinado a Requisição de tratamento de saúde e saúde mental e Abrigo em entidade.

A frequência maior de atividades realizadas pelo Conselho Tutelar incide sobre a Orientação, apoio e acompanhamento temporários e Matrícula e frequência obrigatórias em escola. Esta última medida de proteção evidencia a infrequência e/ou evasão das crianças.

O Conselho Tutelar informa ainda que é solicitado sua presença nas escolas, para resolver problemas de indisciplina escolar.

Em relação à população o Conselho Tutelar informa ser médio o conhecimento sobre a atuação do conselho, bem como sobre o ECA. E quando se trata do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente o Conselho informa que a população tem conhecimentos nulos.

Cabe sugerir aos conselheiros, que tomem algumas medidas, por meio da utilização de folders, material informativo e palestras, para que a população conheça o seu trabalho, dê respaldo as suas atitudes e atue em parceria com esse órgão, tanto na divulgação do seu trabalho, como nas denúncias de trabalho infantil e outras atividades e práticas ilegais.

5.3 Pequeno trabalhador fumacense: perfil do adolescente trabalhador

Agrupando os adolescentes trabalhadores do município de Morro da Fumaça por gênero, tem-se 77,6% meninos e 22,4% de meninas.

No que diz respeito à escolaridade dos pais 45,6% são filhos de pais cuja escolaridade máxima é a 4ª série e 50% de mães com a mesma escolaridade.

Quanto à escolaridade, a série de maior frequência dos adolescentes trabalhadores é a 6ª série/7º ano, contando com 35,5% e a 7ª série/8º ano com 36,8% dos trabalhadores.

Entre os adolescentes trabalhadores 52,2% reprovaram de 1 a 4 vezes, sendo que a maior frequência é de 33,3% para os que reprovaram uma única vez.

Apenas 3,3% dos adolescentes trabalhadores pararam de estudar, por um período de um ano e o motivo alegado foi mudança de cidade.

A renda familiar dos adolescentes trabalhadores evidenciou um percentual de 40% das famílias vivendo com uma renda variando de 1 a 2 salários mínimos.

Quanto ao status ocupacional dos pais, 38,5% dos pais dos adolescentes trabalhadores trabalham em atividades terciárias 37,0% das mães exercem atividades informais.

O tempo de trabalho dos adolescentes é bem diverso. Mas os percentuais maiores com 33,3% para os que trabalham diariamente e 22,2% para os que trabalham duas vezes por semana.

A pesquisa aponta que dos adolescentes trabalhadores que não possuem rendimentos, 28,6% são meninos e 71,4% são meninas.

Quanto aos valores, há uma variação de R\$ 10,00 (dez reais) a R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) por mês. Com um percentual modal de 15,9% deles recebem R\$ 50,00 (cinquenta reais) mensais.

Utilizando o agrupamento de R\$ 0,0 a R\$ 99,00 (noventa e nove reais) tem-se 55,1% dos adolescentes.

Em tratando-se da renda do adolescente, é importante ressaltar aqui que, a renda mencionada refere-se apenas a obtida por meio do trabalho, excetuando-se o valor obtido por meio do programa Bolsa Família, cujo condicionantes para

obtenção desse valor está vinculado à renda familiar, quantidade de filhos, garantias de participação na escola e no SCFV.

Estes adolescentes estão exercendo atividades informais, no comércio e na indústria com percentuais respectivos de 31,1%, 14,4% e 7,8%.

Do total dos adolescentes trabalhadores 48,7% declararam trabalhar para ter seu próprio dinheiro e ser independente.

Das atividades diárias 58,5% declararam trabalhar com os pais, 62,2% declararam fazer atividades domésticas com os pais e 60,0% declararam fazer as tarefas escolares com os pais.

Quando questionados sobre o local de residência anterior ao atual, 66,4% dos adolescentes afirmam sempre ter morado no município. Os 33,6% restantes procedem de municípios do Estado de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo.

5.4 Composição do mapa de fatores de risco de trabalho infantil

Os dados que compõem o mapa de risco não foram escolhidos aleatoriamente, passaram por um critério de escolha do qual se descreve em seguida.

É importante, recordar que se trata de um mapa de fatores de risco e não de um mapa de trabalho infantil. A diferença é simples, quando se propõe mapear as áreas de trabalho infantil, o que se leva em conta é a existência de crianças e adolescentes trabalhadores. Enquanto que um mapa de fatores de risco leva em consideração os fatores que contribuem para que crianças e adolescentes exerçam algum tipo de trabalho. O mapa de fatores de risco demandado nessa pesquisa, propõe um comparativo entre os percentuais de risco de trabalho adolescente entre os bairros e localidades de Morro da Fumaça.

Os fatores de risco pesquisados foram: pobreza, escolaridade dos pais, exclusão escolar ou educacional, ausência dos pais ou pais irresponsáveis, necessidades personalizadas, tradição cultural, desemprego e subemprego dos pais, setor agrícola, abandono da escola, distância de casa até a escola.

Para compor o mapa de fatores de risco de trabalho infantil do município de Morro da Fumaça optou-se pelo cruzamento das respostas às seguintes perguntas: “Você trabalha ou já trabalhou?” e “Em que bairro você mora?”

Desse cruzamento utilizaram-se as questões que possuíam resultado mais significativo. Fez-se três tentativas de mapeamento antes de chegar ao resultado final.

Na primeira tentativa, utilizou-se como índice as questões: gênero, série que estuda, quantidade de reprovações e evasão escolar. Mas, percebeu-se que incluir o PETI, seria significativo.

Na segunda tentativa, além das utilizadas pela primeira, acrescentou-se a participação no PETI. Porém, achou-se cabível acrescentar a ocupação do pai no setor agrícola, uma vez que essa questão possuía uma contribuição significativa para o mapeamento.

Percebendo, que a agricultura estava intimamente relacionada com o trabalho do adolescente nessa atividade, elaborou-se a terceira tentativa, acrescentando a ocupação do pai no setor agrícola.

Contudo, o mapa de risco de trabalho infantil, ficou a desejar, pois considerar a agricultura mascararia a realidade dos bairros localizados no perímetro urbano, que teriam suas classes de risco de trabalho infantil reduzidas, e o índice dessa questão seria zerado.

Os índices totais de cada bairro onde os alunos moram, foram definidos em intervalos e classes. Para cada classe, escolheu-se uma cor que a representaria: Classe de Risco 1 - amarelo claro; Classe de Risco 2 - amarelo; Classe de Risco 3 - alaranjado; Classe de Risco 4 - vermelho; Classe de Risco 5 - marrom claro; e Classe de Risco 6 - marrom.

Ao concluir o mapa temático, percebeu-se que uma das classes não aparecia no mapa, por se tratar de um bairro localizado em um município vizinho. Percebe-se que, as respostas tabuladas consideravam inclusive bairros localizados em municípios vizinhos, pois estas crianças estudam em Morro da Fumaça.

O mapa concluído precisou ser reavaliado, optando por desconsiderar na classificação dos bairros aqueles que não pertenciam a Morro da Fumaça, a saber: Ronco d’água; Linha Pascoalini, Linha Anta, Ribeirão da Areia, São Pedro e Urussanga Baixa.

Os bairros acima citados, por terem uma classificação de risco elevada, contribuíam para elevar a classificação dos bairros de Morro da Fumaça, assim, o município na classificação que na classificação anterior era Risco 4 e após a exclusão desses bairros limítrofes passou à Classe de Risco 2.

Assim, o mapa de fatores de risco de trabalho infantil do município de Morro da Fumaça, dividido de acordo com 6 classes de risco e de acordo com os fatores: gênero, série que estuda, quantidade de reprovações, evasão escolar e participação no PETI.

De acordo com o mapa, a classe de Risco 1 é composta pelas localidades de Linha Cabral, Linha Torrens, Vila Rica, Linha Frasson. E pelos bairros Bortolatto, Centro e Capelinha. A classe de risco 2 é formada pelas localidades de Mina Viscondi, Linha Pagnan e Linha Serafim. E pelos bairros Graziela, Barracão, Jussara, Monte Verde, De Costa, Ibirapuera e Esperança. A classe de risco 3 é composta pelo Distrito de Estação Cocal e pelos bairros Menino Jesus e Naspoline. A classe de risco 4 é composta pelo bairro Paladini. Já a classe de risco 5 é composta pelo bairro Maccari. E a classe de risco 6 é composta pelas localidades de 2ª Linha Torrens e Mina Fluorita (anexo 1).

É notável também que as áreas de maior risco de trabalho infantil (classe de risco 6) está fora do perímetro urbano do município. E que a maior quantidade de áreas de risco está dentro do perímetro urbano. Este fato evidencia que o espaço urbano de Morro da Fumaça é forte concentrador de risco de trabalho.

Considerando a soma das áreas de risco de trabalho infantil no município de Morro da Fumaça, tem-se uma média de risco de trabalho infantil de classe 2. Fato este que não desobriga o município de planejar em ações de bem estar social para as crianças e os adolescentes.

A espacialização dos fatores de risco de trabalho infantil no município de Morro da Fumaça mostrou-se importante e como método, pode-se dizer que funciona podendo ser aplicada a outros municípios.

6 CONCLUSÃO

Denominada promocionalmente como “capital do tijolo” por suas olarias, Morro da Fumaça também perpetua, desde muito tempo, o título de exploradora de trabalho infantil, principalmente em atividades do setor cerâmico (olarias).

O MTE informa no Mapa de indicativos do trabalho da criança e do adolescente, que o trabalho infantil em olarias no município tem reduzido ao longo dos anos. Porém, o que pode ter ocorrido é uma mudança no local de trabalho, evidenciado pelas ruas da cidade onde há uma concentração maior de crianças e adolescentes trabalhadores em atividades não relacionadas às olarias.

Percebe-se que houve mudanças no que diz respeito à utilização dessa força de trabalho tão protegida pelas leis, mas que socialmente, muitas vezes pela própria cultura do trabalho, é ainda utilizada no município. É comum, por exemplo, observar crianças e adolescentes, sobretudo meninos, saltando de veículos e distribuindo panfletos de comerciais, principalmente de mercados, pelas residências do município

Em Morro da Fumaça, os dados obtidos por meio da pesquisa concordam com o apontado pela OIT de que as crianças do sexo masculino (77,6%) trabalham em maior número que as crianças do sexo feminino (22,4%). Isso não significa que as meninas não estejam trabalhando, o que pode acontecer está relacionado a um fator cultural e conceitual. Cultural no sentido de que elas começam “ajudando” as mães e logo exercem atividades em outras residências e eternizando vários mitos relacionados ao trabalho. Mitos esses de que quando trabalha “a criança fica mais esperta”; “tem condições de vencer quando adultos”; “o trabalho enobrece a criança”; “antes trabalhar que roubar” e “quanto mais cedo melhor”.

Para a OIT, trabalhar em casa de terceiros, é uma das piores formas de trabalho, sem fiscalização, obscura, muitas vezes sem remuneração e de risco emocional, social, educacional e físico. Essa modalidade de trabalho oculta muitas crianças e adolescentes trabalhadores e mascara essa realidade social. Esse evento é comum entre as meninas, principalmente porque são elas que na maioria das vezes fazem os trabalhos domésticos e culturalmente essa atividade não é considerada trabalho. Em Morro da Fumaça, do total de adolescentes trabalhadores sem rendimentos 71,4% são meninas e 28,6% são meninos.

Em termos de renda, a pobreza, a desigualdade e os baixos salários são fatores de risco que contribuem para a inserção da criança no trabalho. No município de Morro da Fumaça, onde a maioria das famílias do grupo de adolescentes entrevistados tem rendas mensais de 1 a 2 salários mínimos, tornou-se difícil evidenciar esse fator. Principalmente porque há adolescentes com rendas familiar superiores trabalhando e ao mesmo tempo adolescentes com renda familiar inferior que não trabalham. Então, a renda familiar é um fator de risco que não pode ser analisado isoladamente.

A ideia de que a pobreza não deve ser analisada isoladamente é compartilhada também por Souza (2010) ao afirmar que “é preciso reconhecer que o fenômeno do trabalho infantil é constituído por diversos fatores, apesar de as pesquisas ainda insistirem numa visão determinista vinculada à exclusividade da condição de pobreza, ocultando a multiplicidade das causas da exploração do trabalho infantil.

É notório também que a renda está relacionada à escolaridade. Assim, famílias cujos pais têm uma escolaridade maior, tenderiam a uma maior renda familiar. A escolaridade dos pais do grupo entrevistado evidenciou uma maioria de pais que estudaram até a 4ª série, seguida de um grupo menor que estudou até a 8ª série. O ensino médio e superior é quase inexistente no grupo entrevistado. Mas, é importante enfatizar que a escolaridade dos pais é baixa tanto no grupo de adolescentes trabalhadores quanto entre os adolescentes não trabalhadores e que entre os pais com escolaridade maior o número de adolescentes trabalhadores diminuiu.

A baixa escolaridade dos pais pode indicar que os mitos da cultura do trabalho precoce estejam presentes entre os entrevistados, pois a baixa escolaridade poderia influenciar e/ou incentivar o trabalho infantil. Porém, não foi possível analisar esse fator, uma vez que necessitaria entrevistar os pais desses estudantes, tarefa inexecutável devido à falta de tempo para a pesquisa e para reunir os pais dos estudantes. Analisar também a idade em que os pais desses adolescentes iniciaram suas atividades laborais seria um bom indicativo para averiguar a tradição cultural do trabalho, pois a educação que esses pais receberam poderia se perpetuar entre os filhos.

Outro fator que chama a atenção nessa pesquisa é a grande quantidade de adolescentes que não sabem informar sobre a escolaridade, o local de trabalho

e/ou profissão dos pais, assim como a renda familiar. Esse é um elemento importante que indica uma falta de envolvimento, abandono, desinteresse e falta de convivência familiar.

Nesses termos também, é importante registrar que os profissionais que atuam na educação e nos órgãos de defesa da infância no município têm realizado o APOIA, visitas domiciliares e encaminhamentos ao Ministério Público e que na maioria das vezes os órgãos de defesa da infância conseguem resolver o problema da evasão. Somente nos meses de fevereiro, março e abril de 2011 foram 83 encaminhamentos, destes 56 crianças retornaram as escolas e 27 foram encaminhadas ao Ministério Público.

Os adolescentes entrevistados apresentaram desafagem escolar ou distorção idade-série, em número maior estão os que constituem o grupo dos adolescentes trabalhadores. Essa distorção idade-série proveniente das reprovações e evasão escolar poderia contribuir para a exclusão escolar dos adolescentes. Esse fator de risco tal como foi coletado e analisado carece de respostas quanto se a origem do trabalho infantil é a reprovação ou se a reprovação é consequência do trabalho infantil. Porém é fato que reprovação/evasão estão relacionadas ao trabalho infantil.

Portanto, os fatores relacionados à escolaridade como o ano que o adolescente frequenta, as reprovações e a evasão escolar são os fatores mais relacionados ao trabalho infantil. Sem, contudo, afirmar que as reprovações são resultado do trabalho, ou trabalho é consequência das reprovações.

Mas por que o adolescente trabalha? O interesse em trabalhar para a maior parte dos entrevistados é o desejo ou as necessidades personalizadas, marcadas pela independência financeira, e 58,8% dos adolescentes apontaram trabalhar junto com os pais, no mínimo uma vez por mês. Essa necessidade de dinheiro é atrativa para muitos adolescentes. Principalmente na forma de trabalho diarista, aqui caracterizada pela panfletagem (31,1% dos adolescentes). Esse tipo de trabalho, além de oferecer pagamentos diários, também é flexível e executada duas vezes por semana. Os adolescentes trabalhadores que alegaram trabalhar diariamente somam 33,3%. Além da panfletagem, aparece o trabalho no comércio e em casa realizando serviços (ambos com 14,4% dos adolescentes) e nas olarias (7,8% dos adolescentes). Desmistificando assim, que as olarias seriam as maiores

empregadoras de mão-de-obra infantil. Pelo menos não é, para esse grupo de entrevistados.

Sobre a hipótese de esses adolescentes trabalhadores serem de outros municípios, a pesquisa aponta que 66,4% dos adolescentes trabalhadores, declararam-se moradores do município desde seu nascimento. Porém, carece de informação sobre a procedência de seus pais.

No que diz respeito à distribuição espacial do trabalho, o setor agrícola é apontado como fator de risco para o trabalho infantil. Em Morro da Fumaça 10,0% dos adolescentes trabalhadores e 12% dos responsáveis pelos adolescentes trabalhadores estão ocupados nesse setor. Esse fato reafirma que filhos de pais agricultores, tendem a ser ocupados como mão-de-obra mais facilmente. Porém, optou-se por não utilizar esse fator de risco como índice para o mapa de risco de trabalho infantil, pois seus dados mascarariam a realidade dos bairros localizados dentro do perímetro urbano.

O trabalho infantil é frequentemente relacionado às atividades agrícolas e industriais. Mas, em Morro da Fumaça, para o grupo de entrevistados em questão as atividades desenvolvidas com maior frequência não estão associadas a essas. É comum o trabalho no comércio, em restaurantes e distribuindo panfletos.

Quanto aos rendimentos dos adolescentes trabalhadores a renda apontada por eles, varia de R\$ 10,00 a R\$ 550,00. E a maior frequência é de R\$ 50,00 representada por 15,9% dos adolescentes. É cabível ressaltar que em idades maiores, e devido à necessidade de maiores quantias em dinheiro as atividades desenvolvidas pelas crianças sejam outras.

A composição do mapa de fatores de risco de trabalho infantil de Morro da Fumaça utilizou-se o cruzamento das respostas às seguintes perguntas: “Você trabalha ou já trabalhou?” e “Em que bairro você mora?” resultou muitas tabelas as quais não foram utilizadas dado a grande quantidade de questões aplicadas nas escolas.

Foram utilizadas como índices para a classificação dos bairros as questões relacionadas ao gênero, série que estuda, quantidade de reprovações, evasão escolar e frequência no PETI.

Entre os fatores de risco de trabalho infantil, nenhum deve ser analisado isoladamente, pois estão relacionados, principalmente se o propósito for o mapeamento de determinado território.

A pesquisa mostrou que não é só em Morro da Fumaça que tem trabalhador infantil, dado o número de adolescentes trabalhadores que residem em localidades extremantes ao município.

A metodologia empregada na produção do mapa foi adequada e ele traduz bem a realidade do trabalho infantil no município de Morro da Fumaça. Portanto, esta metodologia pode ser aplicada em outros municípios auxiliando o planejamento de ações de combate ao trabalho infantil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA NETO, Honor de. **Trabalho infantil**: formação da criança jornalreira de Porto Alegre. Canoas, RS: ULBRA - Universidade Luterana do Brasil, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm

BRASIL. Mapa de indicativos do trabalho da criança e do adolescente – 3. Ed. Brasília: MTE, SIT, 2005. Disponível em http://www.mte.gov.br/trab_infantil/pub_7746.pdf . Capturado em 20/02/2011.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos. **DECRETO Nº 6.481, DE 12 DE JUNHO DE 2008**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Decreto/D6481.htm

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos. **DECRETO Nº 4.134, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2002**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4134.htm

CORRÊA, Claudia Peçanha; GOMES, Raquel Salinas. **Trabalho infantil**: as diversas faces de uma realidade. Petrópolis, RJ: Viana & Mosley, 2003.

CUSTÓDIO, André Viana; VERONESE, Josiane Rose Petry. O trabalho infantil no Brasil. *In*: LIETEN, Georges Kristoffel. **O problema do trabalho infantil**: temas e soluções. Curitiba, PR: Multidéia, 2007.

DAMÁZIO, Cheiene; ROCHA, Fernando Goularti; ADAMI, Rose Maria. **O trabalho infantil nas olarias do município de Morro Da Fumaça (SC)**. Revista De Iniciação Científica, 2009, vol. 4 (1). Capturado em 01/03/2011. Disponível em <http://periodicos.unesc.net/index.php/iniciacaocientifica/article/view/48>

DOEK, Jaap. A CDC: desafios futuros. *In*: LIETEN, Georges Kristoffel (org.) **O problema do trabalho infantil**: temas e soluções. Curitiba, PR: Multidéia, 2007.

DUARTE, Paulo Araújo. Cartografia Temática. Florianópolis: Ed. da UFSC. 1991.

FECAM - Federação Catarinense dos Municípios. Disponível em http://www.fecam.org.br/municipios/?cod_municipio=113. Capturado em 05/06/2011.

Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. **Santa Catarina em Dados – 2010**. Unidade de Política Econômica e Industrial. Florianópolis: FIESC, 2010.

GLASINOVICH, Walter Alarçón. Reflexões sobre o trabalho infantil na América Latina. LIETEN, Georges Kristoffel. **O problema do trabalho infantil: temas e soluções.** Curitiba, PR: Multidéia, 2007.

HERRERA, Virgina Murillo. Cinco anos depois da aprovação da OIT 182. *In:* KASSOUF, Ana Lúcia (coord). O Brasil e o Trabalho Infantil no início do século 21. Brasília: OIT, 2004.

LANGE, Albertine de. Traficando crianças – observações sobre Burkina Faso. LIETEN, Georges Kristoffel. **O problema do trabalho infantil: temas e soluções.** Curitiba, PR: Multidéia, 2007.

LARSEN, Peter Bille. Enfrentando o trabalho infantil entre meninos e meninas indígenas e tribais. LIETEN, Georges Kristoffel. **O problema do trabalho infantil: temas e soluções.** Curitiba, PR: Multidéia, 2007.

LIETEN, Georges Kristoffel. Globalização e Trabalho Infantil. *In:* LIETEN, Georges Kristoffel. **O problema do trabalho infantil: temas e soluções.** Curitiba, PR: Multidéia, 2007.

MDS. Condicionalidades do Programa Bolsa Família. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades> Capturado em 06/07/2011.

MATIOLA, Cristina Zappelini Berti. **A atuação do ministério público do trabalho no combate ao trabalho infantil.** 2004. 46 f. Monografia (Especialização em Direito Processual) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2004.

Ministério Público de Santa Catarina – Programa APÓIA - http://www.mp.sc.gov.br/portal/site/portal/portal_detalhe.asp?Campo=2131&secao_id=136

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho, relações individuais e coletivas do trabalho.** 18 ed. atual. São Paulo: Ed. Saraiva, 2003.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. **Convenção nº 138:** Sobre idade mínima para admissão a emprego. 06/06/1973. Disponível em http://www.oitbrasil.org.br/info/download/conv_138.pdf Capturado em 15/03/2011.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. O Brasil sem trabalho infantil! Quando? Projeção de estimativas de erradicação do trabalho infantil, com base em dados de 1992 – 2003 – Resumo Executivo – 2004. Disponível em <http://www.oit.org.br/info/downloadfile.php?fileId=189> Capturado em 15/03/2011

OIT-IPEC. Legislação comparada sobre o trabalho de crianças e adolescentes nos países do Mercosul. Brasília:OIT, 2006.

PIRES, Rosemary de Oliveira. **O trabalho do menor.** *In:* Curso de Direito do Trabalho: estudos em memória de Célio Goyatá. 3ª ed. São Paulo: LTr, 1997.

PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL. Morro da Fumaça, agosto, 2009.

RIBEIRO, Jeferson **SC tem 93 mil crianças em atividades.** Jornal A Notícia: Santa Catarina, 17/06/2004. Disponível em <http://www1.an.com.br/2004/jun/17/Opai.htm>
Capturado em 20/02/2011.

RIGHETTO, Maria Bárbara Teixeira. **O direito da criança de ser criança:** não ao trabalho infantil. 55 p. Monografia (Especialização em Fundamentos teóricos e Metodológicos do pré-escolar às séries iniciais do ensino) Universidade do Extremo Sul Catarinense, 1999.

SANTA CATARINA. **A erradicação do trabalho infantil e a proteção do adolescente do trabalho.** Fórum estadual de erradicação do trabalho infantil e proteção do adolescente no trabalho. Caderno I. Florianópolis, jun. 1997.

SOUZA, Ismael Francisco de. Causas, mitos e consequências do trabalho infantil no Brasil. **Amicus Curiae:** Revista do Curso de Direito da UNESC, Criciúma, SC, v.3,n.3 , p.259-276, dez. 2006.

SOUZA, Ismael Francisco de; SOUZA, Marli Palma. **O Conselho tutelar e a Erradicação do Trabalho Infantil.** Criciúma: UNESC, 2010.

STEPHAN, Cláudia Coutinho. **Trabalhador adolescente:** em face das alterações da emenda constitucional n.20/98. São Paulo: Editora LTR, 2002.

TOMASEVSKI, Katarina. Velho demais para a escola aos 12 anos? *In:* LIETEN, Georges Kristoffel. **O problema do trabalho infantil:** temas e soluções. Curitiba, PR: Multidéia, 2007.

VEDOVA, J. D. **Caracterização dos beneficiários do núcleo Ido PETI de Morro da Fumaça - SC.** UDESC. Programa de Mestrado em Educação. 2004.

VEIGA, João Paulo Cândia. **A questão do trabalho infantil.** São Paulo: ABET, 1998.

ZANELATTO, João Henrique. . **As condições de vida dos trabalhadores de olarias de Morro da Fumaça.** Criciúma, SC: FUCRI, 1993. 34 p.

APÊNDICE: Piores Formas de Trabalho Infantil (LISTA TIP)

LISTA DAS PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL (LISTA TIP)

I. TRABALHOS PREJUDICIAIS À SAÚDE E À SEGURANÇA

Atividade: Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Exploração Florestal

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
1.	Na direção e operação de tratores, máquinas agrícolas e esmeris, quando motorizados e em movimento	Acidentes com máquinas, instrumentos ou ferramentas perigosas	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites), mutilações, esmagamentos, fraturas
2.	No processo produtivo do fumo, algodão, sisal, cana-de-açúcar e abacaxi	Esforço físico e posturas viciosas; exposição a poeiras orgânicas e seus contaminantes, como fungos e agrotóxicos; contato com substâncias tóxicas da própria planta; acidentes com animais peçonhentos; exposição, sem proteção adequada, à radiação solar, calor, umidade, chuva e frio; acidentes com instrumentos perfuro-cortantes	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); pneumoconioses; intoxicações exógenas; cânceres; bissinose; hantavírus; urticárias; envenenamentos; intermações; queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; ceratoses actínicas; ferimentos e mutilações; apagamento de digitais
3.	Na colheita de cítricos, pimenta malagueta e semelhantes	Esforço físico, levantamento e transporte manual de peso; posturas viciosas; exposição, sem proteção adequada, à radiação solar, calor, umidade, chuva e frio; contato com ácido da casca; acidentes com instrumentos perfuro-cortantes	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); intermações; queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; ceratoses actínicas; apagamento de digitais; ferimentos; mutilações
4.	No beneficiamento do fumo, sisal, castanha de caju e cana-de-açúcar	Esforço físico, levantamento e transporte de peso; exposição a poeiras orgânicas, ácidos e substâncias tóxicas	Fadiga física; afecções músculo-esqueléticas, (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); intoxicações agudas e crônicas; rinite; bronquite; vômitos; dermatites ocupacionais; apagamento das digitais
5.	Na pulverização, manuseio e aplicação de agrotóxicos, adjuvantes, e produtos afins, incluindo limpeza de equipamentos, descontaminação, disposição e retorno de recipientes vazios	Exposição a substâncias químicas, tais como, pesticidas e fertilizantes, absorvidos por via oral, cutânea e respiratória	Intoxicações agudas e crônicas; poli-neuropatias; dermatites de contato; dermatites alérgicas; osteomalácias do adulto induzidas por drogas; cânceres; arritmias cardíacas; leucemias e episódios depressivos
6.	Em locais de armazenamento ou de beneficiamento em que haja livre desprendimento de poeiras de cereais e de vegetais	Exposição a poeiras e seus contaminantes	Bissinose; asma; bronquite; rinite alérgica; enfizema; pneumonia e irritação das vias aéreas superiores
7.	Em estábulos, cavalariças, currais, estrebarias ou pocilgas, sem condições adequadas de higienização	Acidentes com animais e contato permanente com vírus, bactérias, parasitas, bacilos e fungos	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); contusões; tuberculose; carbúnculo; brucelose; leptospirose; tétano; psitacose; dengue; hepatites virais; dermatofitoses; candidíases; leishmanioses cutâneas e cutâneo-mucosas e blastomicoses
8.	No interior ou junto a silos de estocagem de forragem ou grãos com atmosferas tóxicas, explosivas ou com deficiência de oxigênio	Exposição a poeiras e seus contaminantes; queda de nível; explosões; baixa pressão parcial de oxigênio	Asfixia; dificuldade respiratória; asma ocupacional; pneumonia; bronquite; rinite; traumatismos; contusões e queimaduras
9.	Com sinalizador na aplicação aérea de produtos ou defensivos agrícolas	Exposição a substâncias químicas, tais como pesticidas e fertilizantes, absorvidos por via oral, cutânea e respiratória	Intoxicações exógenas agudas e crônicas; polineuropatias; dermatites; rinite; bronquite; leucemias; arritmia cardíaca; cânceres; leucemias; neurastenia e episódios depressivos.
10.	Na extração e corte de madeira	Acidentes com queda de árvores, serra de corte, máquinas e ofidismo	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); esmagamentos; amputações; lacerações; mutilações; contusões; fraturas; envenenamento e blastomicose
11.	Em manguezais e lamaçais	Exposição à umidade; cortes; perfurações; ofidismo, e contato com excrementos	Rinite; resfriados; bronquite; envenenamentos; intoxicações exógenas; dermatites; leptospirose; hepatites virais; dermatofitoses e candidíases

Atividade: PESCA

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
12.	Na cata de iscas aquáticas	Trabalho noturno; exposição à radiação solar, umidade, frio e a animais carnívoros ou peçonhentos; afogamento	Transtorno do ciclo vigília-sono; queimaduras na pele; envelhecimento precoce; hipotermia; lesões; envenenamentos; perfuração da membrana do tímpano; perda da consciência; labirintite e otite média não supurativa e apnéia prolongada
13.	Na cata de mariscos	Exposição à radiação solar, chuva, frio; posturas inadequadas e movimentos repetitivos; acidentes com instrumentos perfuro-cortantes; horário flutuante, como as marés; águas profundas	Queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; ceratose actínicas; hipertemia; fadiga física; dores musculares nos membros e coluna vertebral; ferimentos; fadiga; distúrbios do sono; afogamento
14.	Que exijam mergulho, com ou sem equipamento	Apnéia prolongada e aumento do nitrogênio circulante	Afogamento; perfuração da membrana do tímpano; perda de consciência; barotrauma; embolia gasosa; síndrome de Raynaud; acrocianose; otite barotraumática; sinusite barotraumática; labirintite e otite média não supurativa
15.	Em condições hiperbáricas	Exposição a condições hiperbáricas, sem períodos de compressão e descompressão	Morte; perda da consciência; perfuração da membrana do tímpano; intoxicação por gases (oxigênio ou nitrogênio); barotrauma; embolia gasosa; síndrome de Raynaud; acrocianose; otite barotraumática; sinusite barotraumática; labirintite; otite média não supurativa; osteonecrose asséptica e mal dos caixões (doença descompressiva)

Atividade: INDÚSTRIA EXTRATIVA

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
16.	Em cantarias e no preparo de cascalho	Esforço físico; posturas viciosas; acidentes com instrumentos perfuro-cortantes; exposição a poeiras minerais, inclusive sílica	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); DORT/LER; ferimentos e mutilações; rinite; asma; pneumoconioses; tuberculose
17.	De extração de pedras, areia e argila (retirada, corte e separação de pedras; uso de instrumentos contuso-cortantes, transporte e arrumação de pedras)	Exposição à radiação solar, chuva; exposição à sílica; levantamento e transporte de peso excessivo; posturas inadequadas e movimentos repetitivos; acidentes com instrumentos perfuro-cortantes; condições sanitárias precárias; corpos estranhos	Queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; hipertermia; fadiga física; dores musculares nos membros e coluna vertebral; lesões e deformidades osteomusculares; comprometimento do desenvolvimento psicomotor; ferimentos; mutilações; parasitoses múltiplas e gastroenterites; ferimentos nos olhos (córnea e esclera)
18.	De extração de mármore, granitos, pedras preciosas, semipreciosas e outros minerais	Levantamento e transporte de peso excessivo; acidentes com instrumentos contudentes e perfuro-cortantes; exposição a poeiras inorgânicas; acidentes com eletricidade e explosivos; gases asfixiantes	Fadiga física; afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); esmagamentos; traumatismos; ferimentos; mutilações; queimaduras; silicose; bronquite; bronquiolite; rinite; tuberculose; asma ocupacional; enfisema; fibrose pulmonar; choque elétrico; queimaduras e mutilações; asfixia
19.	Em escavações, subterrâneos, pedreiras, garimpos, minas em subsolo e a céu aberto	Esforços físicos intensos; soterramento; exposição a poeiras inorgânicas e a metais pesados;	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); asfixia; anóxia; hipóxia; esmagamentos; queimaduras; fraturas; silicoses; tuberculose; asma ocupacional; bronquites; enfisema pulmonar; cânceres; lesões oculares; contusões; ferimentos; alterações mentais;

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
			fadiga e estresse
20.	Em locais onde haja livre desprendimento de poeiras minerais	Exposição a poeiras inorgânicas	Pneumoconioses associadas com tuberculose; asma ocupacional; rinite; silicose; bronquite e bronquiolite
21.	Em salinas	Esforços físicos intensos; levantamento e transporte manual de peso; movimentos repetitivos; exposição, sem proteção adequada, à radiação solar, chuva e frio	Fadiga física; stress; afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); DORT/LER; intermações; queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; ceratoses actínicas

Atividade: INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
22.	De lixa nas fábricas de chapéu ou feltro	Acidentes com máquinas e instrumentos perigosos; exposição à poeira	Ferimentos; lacerações; mutilações; asma e bronquite
23.	De jateamento em geral, exceto em processos enclausurados	Exposição à poeira mineral	Silicose; asma; bronquite; bronquiolite; stress e alterações mentais
24.	De douração, prateação, niquelação, galvanoplastia, anodização de alumínio, banhos metálicos ou com desprendimento de fumos metálicos	Exposição a fumos metálicos (cádmio, alumínio, níquel, cromo, etc), névoas, vapores e soluções ácidas e cáusticas; exposição a altas temperaturas; umidade	Intoxicações agudas e crônicas; asma ocupacional; rinite; faringite; sinusite; bronquite; pneumonia; edema pulmonar; estomatite ulcerativa crônica; dermatite de contato; neoplasia maligna dos brônquios e pulmões; ulceração ou necrose do septo nasal; queimaduras
25.	Na operação industrial de reciclagem de papel, plástico e metal	Exposição a riscos biológicos (bactérias, vírus, fungos e parasitas), como contaminantes do material a ser reciclado, geralmente advindo de coleta de lixo	Dermatoses ocupacionais; dermatites de contato; asma; bronquite; viroses; parasitoses; cânceres
26.	No preparo de plumas e crinas	Exposição ao mercúrio e querosene, além de poeira orgânica	Transtornos da personalidade e de comportamento; episódios depressivos; neurastenia; ataxia cerebelosa; encefalopatia; transtorno extrapiramidal do movimento; gengivite crônica; estomatite ulcerativa e arritmias cardíacas
27.	Na industrialização do fumo	Exposição à nicotina	Intoxicações exógenas; tonturas e vômitos
28.	Na industrialização de cana de açúcar	Exposição a poeiras orgânicas	Bagaçose; asma; bronquite e pneumonite
29.	Em fundições em geral	Exposição a poeiras inorgânicas, a fumos metálicos (ferro, bronze, alumínio, chumbo, manganês e outros); exposição a altas temperaturas; esforços físicos intensos;	Intoxicações; siderose; saturnismo; beriliose; estanhose; bronquite crônica; bronquite asmática; bronquite obstrutiva; sinusite; cânceres; ulceração ou necrose do septo nasal; desidratação e intermação; afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites)
30.	Em tecelagem	Exposição à poeira de fios e fibras mistas e sintéticas; exposição a corantes; postura inadequadas e esforços repetitivos	Bissinose; bronquite crônica; bronquite asmática; bronquite obstrutiva; sinusite; fadiga física; DORT/LER
31.	No beneficiamento de mármore, granitos, pedras preciosas, semipreciosas e outros bens minerais	Esforços físicos intensos; acidentes com máquinas perigosas e instrumentos perfuro-cortantes; exposição a poeiras inorgânicas; acidentes com eletricidade	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); traumatismos; ferimentos; mutilações; silicose; bronquite; bronquiolite; rinite; tuberculose; asma ocupacional; enfisema; fibrose pulmonar; choque elétrico
32.	Na produção de carvão vegetal	Exposição à radiação solar, chuva; contato com amianto; picadas de insetos e animais peçonhentos; levantamento e transporte de peso excessivo; posturas inadequadas e movimentos repetitivos; acidentes com instrumentos perfuro-cortantes; queda de toras; exposição à	Queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; hipertemia; reações na pele ou generalizadas; fadiga física; dores musculares nos membros e coluna vertebral; lesões e deformidades osteomusculares; comprometimento

		vibração, explosões e desabamentos; combustão espontânea do carvão; monotonia; estresse da tensão da vigília do forno; fumaça contendo subprodutos da pirólise e combustão incompleta: ácido pirolenhoso, alcatrão, metanol, acetona, acetato, monóxido de carbono, dióxido de carbono e metano	do desenvolvimento psicomotor; DORT/LER; ferimentos; mutilações; traumatismos; lesões osteomusculares; síndromes vasculares; queimaduras; sofrimento psíquico; intoxicações agudas e crônicas
33.	Em contato com resíduos de animais deteriorados, glândulas, vísceras, sangue, ossos, couros, pêlos ou dejetos de animais	Exposição a vírus, bactérias, bacilos, fungos e parasitas	Tuberculose; carbúnculo; brucelose; hepatites virais; tétano; psitacose; ornitose; dermatoses ocupacionais e dermatites de contato
34.	Na produção, processamento e manuseio de explosivos, inflamáveis líquidos, gasosos ou liquefeitos	Exposição a vapores e gases tóxicos; risco de incêndios e explosões	Queimaduras; intoxicações; rinite; asma ocupacional; dermatoses ocupacionais e dermatites de contato
35.	Na fabricação de fogos de artifícios	Exposição a incêndios, explosões, corantes de chamas (cloreto de potássio, antimônio trissulfeto) e poeiras	Queimaduras; intoxicações; enfisema crônico e difuso; bronquite e asma ocupacional
36.	De direção e operação de máquinas e equipamentos elétricos de grande porte	Esforços físicos intensos e acidentes com sistemas; circuitos e condutores de energia elétrica	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); mutilações; esmagamentos; fraturas; queimaduras; perda temporária da consciência; carbonização; parada cardíaco-respiratória
37.	Em curtumes, industrialização de couros e fabricação de peles e peiças	Esforços físicos intensos; exposição a corantes, alvejantes, álcalis, desengordurantes, ácidos, alumínio, branqueadores, vírus, bactérias, bacilos, fungos e calor	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); tuberculose; carbúnculo; brucelose; antrax; cânceres; rinite crônica; conjuntivite; pneumonite; dermatites de contato; dermatose ocupacional e queimaduras
38.	Em matadouros ou abatedouros em geral	Esforços físicos intensos; riscos de acidentes com animais e ferramentas perfuro-cortantes e exposição a agentes biológicos	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); contusões; ferimentos; tuberculose; carbúnculo; brucelose e psitacose; antrax
39.	Em processamento ou empacotamento mecanizado de carnes	Acidentes com máquinas, ferramentas e instrumentos perfuro-cortantes; esforços repetitivos e riscos biológicos	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); contusão; amputação; corte; DORT/LER; tuberculose; carbúnculo; brucelose; psitacose
40.	Na fabricação de farinha de mandioca	Esforços físicos intensos; acidentes com instrumentos perfuro-cortantes; posições inadequadas; movimentos repetitivos; altas temperaturas e poeiras	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); contusão; amputações; cortes; queimaduras; DORT/LER; cifose; escoliose; afecções respiratórias e dermatoses ocupacionais
41.	Em indústrias cerâmicas	Levantamento e transporte de peso; posturas inadequadas e movimentos repetitivos; exposição ao calor e à umidade; exposição à poeira; acidentes com máquinas e quedas	Fadiga física; dores musculares nos membros e coluna vertebral; lesões e deformidades osteomusculares; comprometimento do desenvolvimento psicomotor; desidratação; intermação; doenças respiratórias, com risco de silicose; fraturas; mutilações; choques elétricos
42.	Em olarias nas áreas de fornos ou com exposição à umidade excessiva	Levantamento e transporte de peso; posturas inadequadas e movimentos repetitivos; exposição ao calor e à umidade; exposição à poeira; acidentes com máquinas e quedas	Fadiga física; dores musculares nos membros e coluna vertebral; lesões e deformidades osteomusculares; comprometimento do desenvolvimento psicomotor; desidratação; intermação; doenças respiratórias, com risco de silicose; fraturas; mutilações; choques elétricos
43.	Na fabricação de botões e outros artefatos de nácar, chifre ou osso	Acidentes com máquinas e ferramentas perfuro-cortantes; esforços repetitivos e vibrações, poeiras e ruídos	Contusões; perfurações; cortes; dorsalgia; cervicalgia; síndrome cervicobraquial; tendinites; bursites; DORT/LER; alterações temporária do limiar auditivo; hipoacusia e perda da audição
44.	Na fabricação de cimento ou cal	Esforços físicos intensos; exposição a poeiras (sílica); altas temperaturas; efeitos abrasivos sobre a pele	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); silicose; asma ocupacional; bronquite; dermatites; dermatoses ocupacionais; intermação; ferimentos; mutilações; fadiga e estresse
45.	Na fabricação de colchões	Exposição a solventes orgânicos, pigmentos de chumbo, cádmio e manganês e poeiras	Encefalopatias tóxicas agudas e crônicas; hipertensão arterial; arritmias cardíacas; insuficiência renal; hipotireoidismo; anemias

			dermatoses ocupacionais e irritação da pele e mucosas
46.	Na fabricação de cortiças, cristais, esmaltes, estopas, gesso, louças, vidros ou vernizes	Esforços físicos intensos; exposição a poeiras (sílica), metais pesados, altas temperaturas, corantes e pigmentos metálicos (chumbo, cromo e outros) e calor	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); queimaduras; catarata; silicose; asma ocupacional; bronquite; enfisema; intoxicação; dermatoses ocupacionais; intermação
47.	Na fabricação de porcelanas	Exposição a poeiras minerais e ao calor; posições inadequadas	Pneumoconioses e dermatites; fadiga física e intermação; afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); DORT/LER
48.	Na fabricação de artefatos de borracha	Esforços físicos intensos; exposição a produtos químicos, antioxidantes, plastificantes, dentre outros, e ao calor	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); câncer de bexiga e pulmão; asma ocupacional; bronquite; enfisema; intoxicação; dermatoses ocupacionais; intermação e intoxicações; queimaduras
49.	Em destilarias de álcool	Exposição a vapores de etanol, metanol e outros riscos químicos; risco de incêndios e explosões	Cânceres; dermatoses ocupacionais; dermatites de contato; intermação; asma ocupacional; bronquites; queimaduras
50.	Na fabricação de bebidas alcoólicas	Exposição a vapores de etanol e a poeira de cereais; exposição a bebidas alcoólicas, ao calor, à formação de atmosferas explosivas; incêndios e outros acidentes	Queimaduras; asfixia; tonturas; intoxicação; irritação das vias aéreas superiores; irritação da pele e mucosas; cefaléia e embriaguez
51.	No interior de resfriadores, casas de máquinas, ou junto de aquecedores, fornos ou alto-fornos	Exposição a temperaturas extremas, frio e calor	Frio; hipotermia com diminuição da capacidade física e mental; calor; hipertermia; fadiga; desidratação; desequilíbrio hidroeletrólítico e estresse
52.	Em serralherias	Exposição a poeiras metálicas tóxicas, (chumbo, arsênico cádmio), monóxido de carbono, estilhaços de metal, calor, e acidentes com máquinas e equipamentos	Neoplasia maligna dos brônquios e pulmões; bronquite; pneumonite; edema pulmonar agudo; enfisema intersticial; queimaduras; cortes; amputações; traumatismos; conjuntivite; catarata e intoxicações
53.	Em indústrias de móveis	Esforços físicos intensos; exposição à poeira de madeiras, solventes orgânicos, tintas e vernizes; riscos de acidentes com máquinas, serras e ferramentas perigosas	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); neoplasia maligna dos brônquios e pulmões; bronquite; pneumonite; edema pulmonar agudo; enfisema intersticial; asma ocupacional; cortes; amputações; traumatismos; dermatose ocupacional; anemias; conjuntivite
54.	No beneficiamento de madeira	Esforços físicos intensos; exposição à poeira de madeiras; risco de acidentes com máquinas, serras, equipamentos e ferramentas perigosas	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); asma ocupacional; bronquite; pneumonite; edema pulmonar agudo; enfisema intersticial; asma ocupacional; dermatose ocupacional; esmagamentos; ferimentos; amputações; mutilações; fadiga; stress e DORT/LER
55.	Com exposição a vibrações localizadas ou de corpo inteiro	Vibrações localizadas ou generalizadas	Síndrome cervicobraquial; dor articular; moléstia de Dupuytren; capsulite adesiva do ombro; bursites; epicondrite lateral; osteocondrose do adulto; doença de Kohler; hérnia de disco; artroses e aumento da pressão arterial
56.	De desmonte ou demolição de navios e embarcações em geral	Esforços físicos intensos; exposição a fumos metálicos (ferro, bronze, alumínio, chumbo e outros); uso de ferramentas pesadas; altas temperaturas	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); asfixia; perda da consciência; fibrilação ventricular; queimaduras; fraturas; contusões; intermação; perfuração da membrana do tímpano

Atividade: PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
57.	Em sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica	Exposição à energia de alta tensão; choque elétrico e queda de nível.	Eletrochoque; fibrilação ventricular; parada cardíaco-respiratória; traumatismos; escoriações fraturas

Atividade: CONSTRUÇÃO

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
58.	Construção civil e pesada, incluindo construção, restauração, reforma e demolição	Esforços físicos intensos; risco de acidentes por queda de nível, com máquinas, equipamentos e ferramentas; exposição à poeira de tintas, cimento, pigmentos metálicos e solventes; posições inadequadas; calor; vibrações e movimentos repetitivos	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); mutilações; fraturas; esmagamentos; traumatismos; afecções respiratórias; dermatites de contato; intermação; síndrome cervicobraquial; dores articulares; intoxicações; polineuropatia periférica; doenças do sistema hematopoiético; leucocitose; episódios depressivos; neurastenia; dermatoses ocupacionais; DORT/LER; cortes; contusões; traumatismos

Atividade: COMÉRCIO (REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS)

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
59.	Em borracharias ou locais onde sejam feitos recapeamento ou recauchutagem de pneus	Esforços físicos intensos; exposição a produtos químicos, antioxidantes, plastificantes, entre outros, e calor	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); queimaduras; câncer de bexiga e pulmão; asma ocupacional; bronquite; enfisema; intoxicação; dermatoses ocupacionais; intermação e intoxicações

Atividade: TRANSPORTE E ARMAZENAGEM

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
60.	No transporte e armazenagem de álcool, explosivos, inflamáveis líquidos, gasosos e liquefeitos	Exposição a vapores tóxicos; risco de incêndio e explosões	Intoxicações; queimaduras; rinite e dermatites de contato
61.	Em porão ou convés de navio	Esforços físicos intensos; risco de queda de nível; isolamento, calor e outros riscos inerentes às cargas transportadas	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); lesões; fraturas; contusões; traumatismos; fobia e transtorno do ciclo vigília-sono
62.	Em transporte de pessoas ou animais de pequeno porte	Acidentes de trânsito	Ferimentos; contusões; fraturas; traumatismos e mutilações

Atividade: SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
63.	No manuseio ou aplicação de produtos químicos, incluindo limpeza de equipamentos, descontaminação, disposição e retorno de recipientes vazios	Exposição a quimioterápicos e outras substâncias químicas de uso terapêutico	Intoxicações agudas e crônicas; polineuropatia; dermatites de contato; dermatite alérgica; osteomalácia do adulto induzida por drogas; cânceres; arritmia cardíaca; leucemias; neurastenia e episódios depressivos
64.	Em contato com animais portadores de doenças infecto-contagiosas e em postos de vacinação de animais	Exposição a vírus, bactérias, parasitas e bacilos	Tuberculose; carbúnculo; brucelose; psitacose; raiva; asma; rinite; conjuntivite; pneumonia; dermatite de contato e dermatose ocupacional
65.	Em hospitais, serviços de emergência, enfermarias, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados ao cuidado da saúde humana, em que se tenha contato direto com os pacientes ou se manuseie objetos de uso dos pacientes não previamente esterilizados	Exposição a vírus, bactérias, parasitas e bacilos; stress psíquico e sofrimento; acidentes com material biológico	Tuberculose; AIDS; hepatite; meningite; carbúnculo; toxoplasmose; viroses, parasitoses; zoonose; pneumonias; candidiases; dermatoses; episódios depressivos e sofrimento mental
66.	Em laboratórios destinados ao preparo de soro, de vacinas e de outros produtos similares	Exposição a vírus, bactérias, parasitas, bacilos e contato com animais de laboratório	Envenenamentos; cortes; lacerações; hepatite; AIDS; tuberculose; carbúnculo; brucelose; psitacose; raiva; asma; rinite crônica; conjuntivite; zoonoses; ansiedade e sofrimento mental

Atividade: SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS, PESSOAIS E OUTROS

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
67.	Em lavanderias industriais	Exposição a solventes, cloro, sabões, detergentes, calor e movimentos repetitivos	Polineurites; dermatoses ocupacionais; blefarites; conjuntivites; intermação; fadiga e queimaduras
68.	Em tinturarias e estamparias	Exposição a solventes, corantes, pigmentos metálicos, calor e umidade	Hipotireoidismo; anemias; polineuropatias; encefalopatias; hipertensão arterial; arritmia cardíaca; insuficiência renal; infertilidade masculina; queimaduras; intermação e depressão do Sistema Nervoso Central.
69.	Em esgotos	Esforços físicos intensos; exposição a produtos químicos utilizados nos processos de tratamento de esgoto, tais como cloro, ozônio, sulfeto de hidrogênio e outros; riscos biológicos; espaços confinados e riscos de explosões	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); escolioses; disfunção olfativa; alcoolismo; asma; bronquite; lesões oculares; dermatites; dermatoses; asfixia; salmoneloses; leptospirose e disfunções olfativas
70.	Na coleta, seleção e beneficiamento de lixo	Esforços físicos intensos; exposição aos riscos físicos, químicos e biológicos; exposição a poeiras tóxicas, calor; movimentos repetitivos; posições antiergonômicas	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); ferimentos; lacerações; intermações; resfriados; DORT/LER; deformidades da coluna vertebral; infecções respiratórias; piodermites; desidratação; dermatoses ocupacionais; dermatites de contato; alcoolismo e disfunções olfativas
71.	Em cemitérios	Esforços físicos intensos; calor; riscos biológicos (bactérias, fungos, ratos e outros animais, inclusive peçonhentos); risco de acidentes e estresse psíquico	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); ferimentos; contusões; dermatoses ocupacionais; ansiedade; alcoolismo; desidratação; câncer de

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
			pele; neurose profissional e ansiedade
72.	Em serviços externos, que impliquem em manuseio e porte de valores que coloquem em risco a sua segurança (Office-boys, mensageiros, contínuos)	Acidentes de trânsito e exposição à violência	Traumatismos; ferimentos; ansiedade e estresse
73.	Em ruas e outros logradouros públicos (comércio ambulante, guardador de carros, guardas mirins, guias turísticos, transporte de pessoas ou animais, entre outros)	Exposição à violência, drogas, assédio sexual e tráfico de pessoas; exposição à radiação solar, chuva e frio; acidentes de trânsito; atropelamento	Ferimentos e comprometimento do desenvolvimento afetivo; dependência química; doenças sexualmente transmissíveis; atividade sexual precoce; gravidez indesejada; queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; hipertemia; traumatismos; ferimentos
74.	Em artesanato	Levantamento e transporte de peso; manutenção de posturas inadequadas; movimentos repetitivos; acidentes com instrumentos perfuro-cortantes; corpos estranhos; jornadas excessivas	Fadiga física; dores musculares nos membros e coluna vertebral; lesões e deformidades osteomusculares; comprometimento do desenvolvimento psicomotor; DORT/LER; ferimentos; mutilações; ferimentos nos olhos; fadiga; estresse; distúrbios do sono
75.	De cuidado e vigilância de crianças, de pessoas idosas ou doentes	Esforços físicos intensos; violência física, psicológica e abuso sexual; longas jornadas; trabalho noturno; isolamento; posições antiergonômicas; exposição a riscos biológicos.	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); DORT/LER; ansiedade; alterações na vida familiar; síndrome do esgotamento profissional; neurose profissional; fadiga física; transtornos do ciclo vigília-sono; depressão e doenças transmissíveis.

Atividade: SERVIÇO DOMÉSTICO

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
76.	Domésticos	Esforços físicos intensos; isolamento; abuso físico, psicológico e sexual; longas jornadas de trabalho; trabalho noturno; calor; exposição ao fogo, posições antiergonômicas e movimentos repetitivos; tracionamento da coluna vertebral; sobrecarga muscular e queda de nível	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); contusões; fraturas; ferimentos; queimaduras; ansiedade; alterações na vida familiar; transtornos do ciclo vigília-sono; DORT/LER; deformidades da coluna vertebral (lombalgias, lombociatalgias, escolioses, cifoses, lordoses); síndrome do esgotamento profissional e neurose profissional; traumatismos; tonturas e fobias

Atividade: TODAS

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
77.	De manutenção, limpeza, lavagem ou lubrificação de veículos, tratores, motores, componentes, máquinas ou equipamentos, em que se utilizem solventes orgânicos ou inorgânicos, óleo diesel, desengraxantes ácidos ou básicos ou outros produtos derivados de óleos minerais	Exposição a solventes orgânicos, neurotóxicos, desengraxantes, névoas ácidas e alcalinas	Dermatoses ocupacionais; encefalopatias; queimaduras; leucocitoses; elaiconiose; episódios depressivos; tremores; transtornos da personalidade e neurastenia
78.	Com utilização de instrumentos ou ferramentas perfurocortantes, sem proteção adequada capaz de controlar o risco	Perfurações e cortes	Ferimentos e mutilações

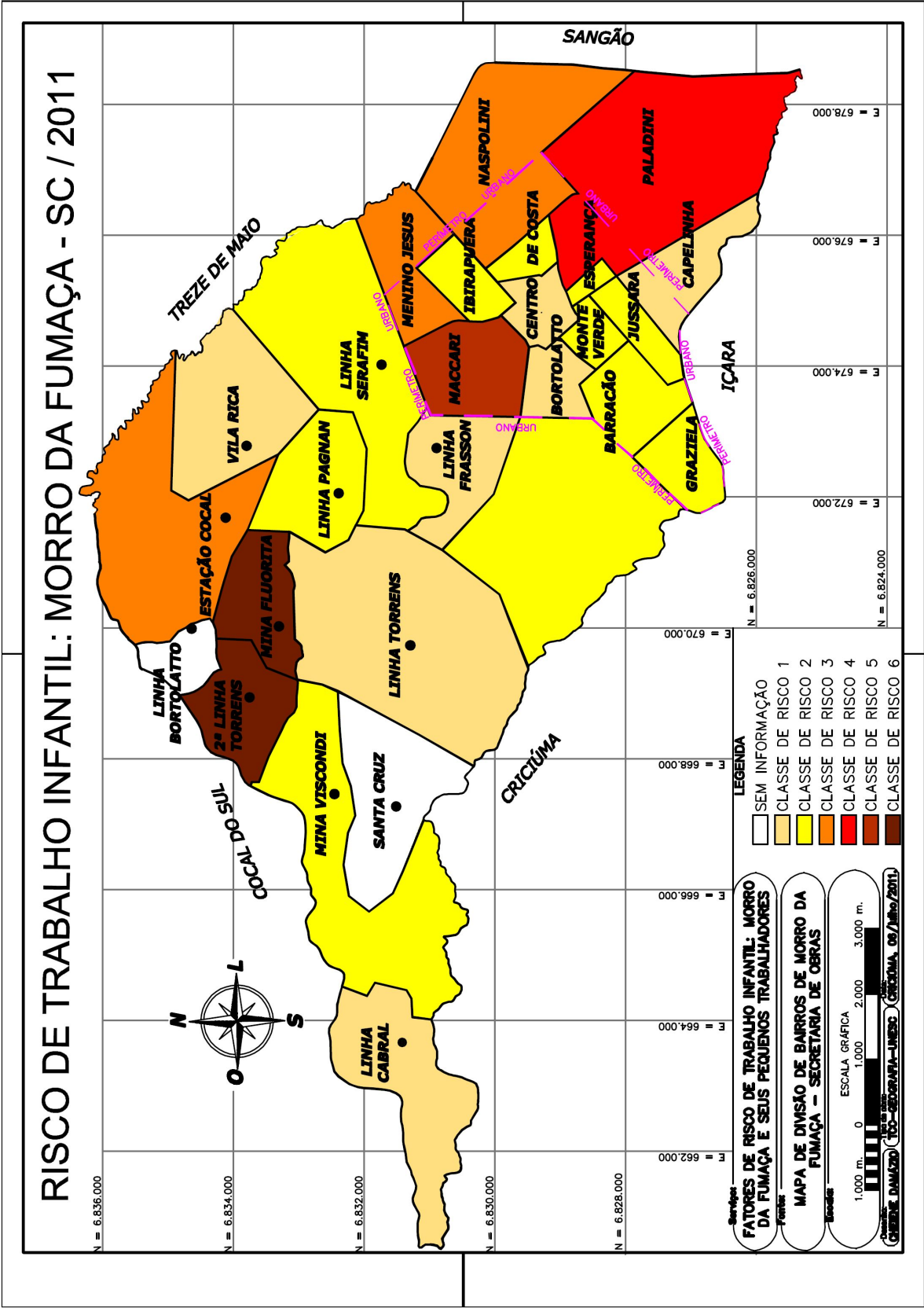
Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
79.	Em câmaras frigoríficas	Exposição a baixas temperaturas e a variações súbitas	Hipotermia; eritema pérmio; geladura (Frostbite) com necrose de tecidos; bronquite; rinite; pneumonias
80.	Com levantamento, transporte, carga ou descarga manual de pesos, quando realizados raramente, superiores a 20 quilos, para o gênero masculino e superiores a 15 quilos para o gênero feminino; e superiores a 11 quilos para o gênero masculino e superiores a 7 quilos para o gênero feminino, quando realizados freqüentemente	Esforço físico intenso; tracionamento da coluna vertebral; sobrecarga muscular	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); lombalgias; lombociatalgias; escolioses; cifoses; lordoses; maturação precoce das epífises
81.	Ao ar livre, sem proteção adequada contra exposição à radiação solar, chuva, frio	Exposição, sem proteção adequada, à radiação solar, chuva e frio	Intermações; queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; ceratoses actínicas; hipertemia; dermatoses; dermatites; conjuntivite; queratite; pneumonite; fadiga; intermação
82.	Em alturas superiores a 2,0 (dois) metros	Queda de nível	Fraturas; contusões; traumatismos; torturas; fobias
83.	Com exposição a ruído contínuo ou intermitente acima do nível previsto na legislação pertinente em vigor, ou a ruído de impacto	Exposição a níveis elevados de pressão sonora	Alteração temporária do limiar auditivo; hipoacusia; perda da audição; hipertensão arterial; ruptura traumática do tímpano; alterações emocionais; alterações mentais e estresse
84.	Com exposição ou manuseio de arsênico e seus compostos, asbestos, benzeno, carvão mineral, fósforo e seus compostos, hidrocarbonetos, outros compostos de carbono, metais pesados (cádmio, chumbo, cromo e mercúrio) e seus compostos, silicatos, ácido oxálico, nítrico, sulfúrico, bromídrico, fosfórico, pícrico, álcalis cáusticos ou substâncias nocivas à saúde conforme classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS)	Exposição aos compostos químicos acima dos limites de tolerância	Neoplasia maligna dos brônquios e pulmões; angiosarcoma do fígado; polineuropatias; encefalopatias; neoplasia maligna do estômago, laringe e pleura; mesoteliomas; asbestoses; arritmia cardíaca; leucemias; síndromes mielodisplásicas; transtornos mentais; cor pulmonale; silicose e síndrome de Caplan
85.	Em espaços confinados	Isolamento; contato com poeiras, gases tóxicos e outros contaminantes	Transtorno do ciclo vigília-sono; rinite; bronquite; irritabilidade e estresse
86.	De afiação de ferramentas e instrumentos metálicos em afiadora, rebolo ou esmeril, sem proteção coletiva contra partículas volantes	Acidentes com material cortante e com exposição a partículas metálicas cortantes desprendidas da afiadora	Ferimentos e mutilações
87.	De direção, operação, de veículos, máquinas ou equipamentos, quando motorizados e em movimento (máquinas de laminação, forja e de corte de metais, máquinas de padaria, como misturadores e cilindros de massa, máquinas de fatiar, máquinas em trabalhos com madeira, serras circulares, serras de fita e guilhotinas, esmeris, moinhos, cortadores e misturadores, equipamentos em fábricas de papel, guindastes ou outros similares)	Esforços físicos; acidentes com ferramentas e com sistemas condutores de energia elétrica	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); mutilações; esmagamentos; fraturas; queimaduras e parada cárdio-respiratória
88.	Com exposição a radiações ionizante e não-ionizantes (microondas, ultravioleta ou laser)	Exposição a radiações não-ionizante e ionizante (raios X, gama, alfa e beta) em processos industriais, terapêuticos ou propedêuticos (em saúde humana ou animal) ou em prospecção; processamento, estocagem e transporte de materiais radioativos	Carcinomas baso-celular e espino-celular; neoplasia maligna da cavidade nasal, brônquios, pulmões, ossos e cartilagens articulares; sarcomas ósseos; leucemias; síndrome mielodisplásicas; anemia aplástica; hemorragias; agranulocitose; polineuropatia; blefarite; conjuntivite; catarata; gastroenterite; afecções da pele e do tecido conjuntivo relacionadas com a radiação, osteonecrose e infertilidade masculina
89.	De manutenção e reparo de máquinas e equipamentos elétricos, quando energizados	Esforços físicos intensos; exposição a acidentes com sistemas, circuitos e condutores de energia elétrica e acidentes com equipamentos e	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); mutilações; esmagamentos; fraturas;

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
		ferramentas contuso-cortantes	queimaduras; perda temporária da consciência; carbonização; parada cardíaco-respiratória

II. TRABALHOS PREJUDICIAIS À MORALIDADE

Item	Descrição dos Trabalhos
1.	Aqueles prestados de qualquer modo em prostíbulos, boates, bares, cabarés, danceterias, casas de massagem, saunas, motéis, salas ou lugares de espetáculos obscenos, salas de jogos de azar e estabelecimentos análogos
2.	De produção, composição, distribuição, impressão ou comércio de objetos sexuais, livros, revistas, fitas de vídeo ou cinema e cds pornográficos, de escritos, cartazes, desenhos, gravuras, pinturas, emblemas, imagens e quaisquer outros objetos pornográficos que possam prejudicar a formação moral
3.	De venda, a varejo, de bebidas alcoólicas
4.	Com exposição a abusos físicos, psicológicos ou sexuais.

ANEXO 1 – Mapa de risco de trabalho infantil de Morro da Fumaça, 2011



ANEXO 2 – Classificação dos bairros de acordo com as perguntas índices

BAIRRO	Gênero	Que série estuda?				Quantas reprovações?				Parou de estudar?			Vai ao PETI?	TOTAL
	Masc.	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	1	2	3	4	1 ano	2 anos	3 anos	SIM	
2ª LINHA TORRENS	66,70%	0,00%	0,00%	66,70%	0,00%	33,30%	0,00%	33,30%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	200,00%
BARRAÇÃO	54,50%	0,00%	0,00%	0,00%	9,10%	18,20%	18,20%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
BORTOLATTO	33,30%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	33,30%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	66,60%
CAPELINHA	30,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	80,00%
CENTRO	50,00%	0,00%	0,00%	2,50%	2,50%	17,50%	7,50%	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	7,50%	92,50%
LINHA FRASSON	45,70%	0,00%	0,00%	2,90%	0,00%	28,60%	2,90%	2,90%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,70%	88,70%
DE COSTA	50,00%	0,00%	0,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	90,00%
ESPERANÇA	60,00%	0,00%	0,00%	10,00%	10,00%	30,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	110,00%
ESTAÇÃO COCAL	56,50%	0,00%	0,00%	8,70%	0,00%	26,10%	13,00%	4,30%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,70%	117,30%
GRAZIELA	56,30%	0,00%	0,00%	0,00%	25,00%	12,50%	6,30%	6,30%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	106,40%
IBIRAPUERA	50,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	33,30%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,30%	91,60%
JUSSARA	42,10%	0,00%	0,00%	5,30%	5,30%	36,80%	5,30%	0,00%	0,00%	5,30%	0,00%	0,00%	5,30%	105,40%
LINHA CABRAL	66,70%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	66,70%
LINHA PAGNAN	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
LINHA TORRENS	44,40%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	33,30%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	77,70%
MACCARI	57,10%	0,00%	0,00%	14,30%	0,00%	28,60%	14,30%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	42,90%	157,20%
MINA FLUORITA	61,50%	0,00%	0,00%	38,50%	0,00%	53,80%	15,40%	0,00%	7,70%	0,00%	0,00%	0,00%	7,70%	184,60%
MINA VISCONDI	50,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	50,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
MENINO JESUS	57,10%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	42,90%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	14,30%	114,30%
MONTE VERDE	50,00%	0,00%	0,00%	6,30%	12,50%	12,50%	6,30%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	6,30%	93,90%
NASPOLINI	42,10%	1,80%	1,80%	8,80%	7,00%	29,80%	5,30%	5,30%	0,00%	3,50%	0,00%	0,00%	14,00%	119,40%
PALADINI	50,00%	0,00%	0,00%	0,00%	50,00%	50,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	150,00%
LINHA SERAFIM	40,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	40,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	100,00%
VILA RICA	40,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	80,00%

ANEXO 3 – Intervalos e Classificação dos Bairros

Número de classes	6
Intervalo de classe	22,23

Classe	INTERVALO	
1	66,6	88,83
2	88,83	111,07
3	111,07	133,30
4	133,30	155,53
5	155,53	177,77
6	177,77	200,00

BARIRRO	CLASSE
2ª LINHA TORRENS	6
BARRACÃO	2
BORTOLATTO	1
CAPELINHA	1
CENTRO	2
LINHA FRASSON	1
DE COSTA	2
ESPERANÇA	2
ESTAÇÃO COCAL	3
GRAZIELA	2
IBIRAPUERA	2
JUSSARA	2
LINHA CABRAL	1
LINHA PAGNAN	2
LINHA TORRENS	1
MACCARI	5
MINA FLUORITA	6
MINA VISCONDI	2
MENINO JESUS	3
MONTE VERDE	2
NASPOLINI	3
PALADINI	4
LINHA SERAFIM	2
VILA RICA	1
Média	2

ANEXO 4 – Questionário sobre Trabalho e Renda

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

QUESTIONÁRIO SOBRE TRABALHO E RENDA

Nome da Escola: _____

Nome do aluno (a) (opcional) _____

1. Qual o seu sexo / gênero?

() Masculino () Feminino

2. Em que bairro você mora?

3. Você sempre morou em Morro da Fumaça?

() Sim () Não

4. Em qual município você morava antes?

5. Há quanto tempo você mora em Morro da Fumaça?

- () menos de 1 ano
() 1 ano
() 2 anos
() 3 anos
() mais de 4 anos

6. Qual a sua idade (considerar os anos completos).

- () 12 anos Data de nascimento: _____
() 13 anos Data de nascimento: _____

7. Assinale o período que você frequenta a escola.

() Matutino () Vespertino

8. Qual a série você estuda atualmente?

- () 1º ano do Ensino Fundamental
() 2º ano do Ensino Fundamental
() 3º ano do Ensino Fundamental
() 4º ano do Ensino Fundamental
() 5º ano do Ensino Fundamental
() 6º ano do Ensino Fundamental
() 7º ano do Ensino Fundamental
() 8º ano do Ensino Fundamental
() 9º ano do Ensino Fundamental

9. Quantas vezes você foi reprovado?

- () Nunca reprovou
 () 1 reprovação
 () 2 reprovações
 () 3 reprovações
 () 4 reprovações
 () 5 reprovações ou mais

10. Você já parou de estudar algum ano?

- () Nunca parou
 () Parou 1 ano
 () Parou 2 anos
 () 3 anos ou mais

11. Por que você parou de estudar?

- () Doenças
 () Para trabalhar
 () Não havia vagas
 () Mudança de cidade
 () Outros

12. Você participa do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI?

- () Sim () Não Qual? _____

13. O que você faz no período que não está na escola ou PETI?

	Até 1 hora/dia	1 – 2 horas/dia	2 – 3 horas/dia	Mais de 3 horas/dia
Afazeres domésticos				
Trabalha				
Ouve música				
Estuda / faz tarefas escolares				
Fica no computador				
Assiste TV				
Brinca (bola, bicicleta e outros)				

Outros. Especifique _____

14. Que atividades você faz com seus pais/responsáveis e com que frequência?

	Diaria- -mente	Semanal- -mente	Quinzenal- -mente	Mensal- -mente	NUNCA
Tarefas escolares					
Tarefas domésticas					
Trabalham					
Pescam					
Jogam futebol					
Fazem caminhadas					
Vão à igreja					
Assistem TV					

Outros. Especifique _____

15. Como você chega até a escola?

- () A pé
- () De carro
- () De ônibus da prefeitura
- () De van, topic.
- () Bicicleta
- () Outros.

16. Como você mora atualmente?

- () Em casa ou apartamento, do pai ou mãe.
- () Em casa ou apartamento, alugado.
- () Em casa ou apartamento emprestado.

17. Quem mora com você?

- () Moro sozinho (a)
- () Pai
- () Mãe
- () Padrasto
- () Madrasta
- () Avó
- () Avô
- () Tio/tia Quantos: _____
- () Irmão/Irmã Quantos: _____
- () Outros parentes Quantos: _____

18. Até quando seu pai estudou?

- () Não estudou.
- () Da 1ª à 4ª série do ensino fundamental (antigo primário).
- () Da 5ª à 8ª série do ensino fundamental (antigo ginásio).
- () Ensino médio (antigo 2º grau) incompleto.
- () Ensino médio completo.
- () Ensino superior incompleto.
- () Ensino superior completo.
- () Pós-graduação.
- () Não sei.

19. Até quando sua mãe estudou?

- () Não estudou.
- () Da 1ª à 4ª série do ensino fundamental (antigo primário).
- () Da 5ª à 8ª série do ensino fundamental (antigo ginásio).
- () Ensino médio (antigo 2º grau) incompleto.
- () Ensino médio completo.
- () Ensino superior incompleto.
- () Ensino superior completo.
- () Pós-graduação.
- () Não sei.

20. Em que seu pai trabalha?

- () Na agropecuária, no extrativismo ou na pesca.
 () Na indústria.
 () Na construção civil.
 () No comércio, banco, transporte, hotelaria ou outros serviços.
 () Funcionário público do governo federal, estadual ou municipal.
 () Profissional liberal, professor ou técnico de nível superior (autônomo).
 () Trabalhador fora de casa em atividades informais (pintor, eletricista, encanador, feirante, ambulante, guardador de carros, catador de lixo etc.).
 () Trabalha em sua casa em serviços (alfaiataria, cozinha, aulas particulares, artesanato, carpintaria, marcenaria etc).
 () Trabalhador doméstico em casa de outras pessoas (faxineiro, cozinheiro, mordomo, motorista particular, jardineiro, vigia, acompanhante de idosos/as etc.),
 () No lar (sem remuneração).
 () Desempregado.
 () Aposentado
 () Não sei.
 ()
 Outro. _____

21. Em que sua mãe trabalha?

- () Na agropecuária, no extrativismo ou na pesca.
 () Na indústria.
 () Na construção civil.
 () No comércio, banco, transporte, hotelaria ou outros serviços.
 () Como funcionária do governo federal, estadual ou municipal.
 () Como profissional liberal, professora ou técnica de nível superior (autônomo).
 () Trabalhadora fora de casa em atividades informais (feirante, ambulante, guardadora de carros, catadora de lixo etc.).
 () Trabalha em sua casa em serviços (costura, aulas particulares, cozinha, artesanato etc).
 () Como trabalhadora doméstica em casa de outras pessoas (cozinheira, arrumadeira, governanta, babá, lavadeira, faxineira, acompanhante de idosos/as etc.).
 () No lar (sem remuneração).
 () Desempregada.
 () Aposentada.
 () Não sei.
 ()
 Outro. _____

22. Você trabalha, ou já trabalhou?

- () Trabalho e tenho rendimento.
 () Trabalho, mas não tenho rendimento.
 () Já trabalhei, mas não estou trabalhando.
 () Nunca trabalhei.
 () Nunca trabalhei, mas estou procurando trabalho.

23. Quanto tempo você trabalha?

- () 1 vez por semana.
 () 2 vezes por semana.

- () 3 vezes por semana.
- () 4 vezes por semana.
- () 5 vezes por semana.
- () Diariamente.

24. Com que finalidade você trabalha? (Marque apenas uma.)

- () Para ajudar meus pais nas despesas com a casa, sustentar a família.
- () Para ser independente (ter meu sustento, ganhar meu próprio dinheiro).
- () Para adquirir experiência.
- () Para ajudar minha comunidade.
- () Outra finalidade.
- () Nunca trabalhei.

25. Você está trabalhando atualmente? Se sim, qual sua renda?

- () Sim. R\$: _____
- () Não.

26. Em que você trabalha atualmente?

- () Na agropecuária, no extrativismo ou na pesca.
- () Na indústria.
- () Na construção civil.
- () No comércio, banco, transporte, hotelaria ou outros serviços.
- () Como profissional liberal (autônomo).
- () Trabalho fora de casa em atividades informais (pintor, eletricista, encanador, feirante, ambulante, guardador/a de carros, entregador de panfletos, catador/a de lixo).
- () Trabalho em minha casa em serviços (costura, aulas particulares, cozinha, artesanato, Carpintaria, etc).
- () Faço trabalho doméstico em casa de outras pessoas (cozinheiro/a, mordomo/governanta, jardineiro, babá, lavadeira, faxineiro/a, acompanhante de idosos/as etc.).
- () No lar (sem remuneração).
- () Outro. _____
- () Não trabalho.

27. Há quanto tempo você trabalha?

- () Menos de 1 ano.
- () Entre 1 e 2 anos.
- () Entre 2 e 4 anos.
- () Mais de 4 anos.

28. Somando a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar? (Considere a renda de todos que moram na sua casa.)

- () Até 1 salário mínimo (até R\$ 510,00).
- () De 1 a 2 salários mínimos (de R\$ 510,00 até R\$ 1020,00).
- () De 2 a 5 salários mínimos (de R\$ 1020,00 até R\$ 2.550,00).
- () De 5 a 10 salários mínimos (de R\$ 2.550,00 até R\$ 5.100,00).
- () De 10 a 30 salários mínimos (de R\$ 5.100,00 até R\$ 10.200,00).
- () Nenhuma renda.

29. Quais e quantos dos itens abaixo há em sua casa? (Marque uma resposta para cada item.)

	1 item	2 itens	3 ou mais	Não tem
TV				
Videocassete e/ou DVD				
Rádio				
Microcomputador				
Automóvel				
Máquina de lavar roupa				
Geladeira				
Telefone fixo				
Telefone celular				
Acesso à Internet				
TV por assinatura				
Banheiro				
Quartos				

ANEXO 5 – Questionário para o Conselho Tutelar

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

QUESTIONÁRIO PARA O CONSELHO TUTELAR

- 1. Liste o nome dos membros titulares e suplentes deste Conselho e indique o tempo, em anos e/ou meses, de atividade como conselheiro tutelar, considerando o atual mandato e mandatos anteriores, consecutivos ou não.**

Nome do Conselheiro		Tempo de atividade como conselheiro	
		Anos completos	Meses Completos
1.			
2.			
3.			
4.			
5.			
6.			
7.			
8.			
9.			
10.			

- 2. Qual a quantidade de conselheiros tutelares em cada nível de escolaridade?**

Nível de escolaridade	Quantidade de conselheiros
Sem escolaridade	
Ensino fundamental incompleto ou menos	
Ensino fundamental completo	
Ensino médio incompleto	
Ensino médio completo	
Superior incompleto	
Superior completo ou mais	
Sem dados para responder	

- 3. Qual a distribuição dos conselheiros segundo os vários níveis e áreas de formação profissional?**

Nível de formação	Área de formação profissional	Número de Conselheiros
Nível fundamental (1º grau)	Qualificação profissional em nível fundamental	
Nível médio (2º grau)	Magistério (nível médio)	
	Técnico em administração	
	Técnico em contabilidade	
	Técnico em enfermagem	
	Outra formação técnica de nível médio	
	Pedagogia	
	Medicina / Biologia / Enfermagem /	

Nível Superior	Fisioterapia	
	Serviço social	
	Psicologia	
	Ciências Sociais / História / Geografia	
	Direito	
	Administração de Empresas	
	Economia / Ciências Contábeis	
	Filosofia / Teologia	
	Engenharia / Arquitetura / Urbanismo	
	Jornalismo / Relações públicas	
	Comunicação / Propaganda e Marketing	
	Ciências da Computação / Informática	
	Outra formação de nível universitário	
Outros	Formação não escolar, adquirida na vivência do trabalho	
	Sem dados para responder	

4. Quais dos requisitos abaixo relacionados foram exigidos para a candidatura de membros deste Conselho Tutelar?

- () Não foram estabelecidos requisitos para aceitação ou indicação de candidatos.
- () Estar ligado a uma entidade que atua na área da criança e do adolescente.
- () Ser aprovado em prova de conhecimentos para atuar como conselheiro.
- () Ter feito curso de capacitação para atuar como conselheiro.
- () Ter disponibilidade de tempo para se dedicar exclusivamente à função de conselheiro.
- () Submeter-se a uma avaliação psicológica para constatar a aptidão do candidato para o trabalho de conselheiro.
- () Ter indicação favorável de alguma autoridade do poder público.
- () Ter experiência na área da criança e do adolescente.
- () Ter nível mínimo de escolaridade (por exemplo, nível médio).
- () Ter idade superior a vinte e um anos.
- () Residir no município.
- () Ter reconhecida idoneidade moral.
- () Possuir CNH.
- () Outro(s) requisito(s). Qual (is)? _____
-

5. Qual foi o processo de escolha dos membros atuais deste Conselho Tutelar?

- () Eleição direta, aberta a todos os eleitores do município.
- () Eleição direta, aberta a todos os membros das entidades do município (da sociedade civil e do poder público), que atuam na área da criança e do adolescente.
- () Escolha indireta, realizada por representantes das entidades do município (da sociedade civil e do poder público) que atuam na área da criança e do adolescente.
- () Escolha indireta, realizada por representantes das entidades da sociedade civil ligadas à área da criança e do adolescente e por outro(s) segmento(s) da sociedade civil (entidades de classe, universidades, associações comerciais etc.).
- () Escolha indireta, realizada por representantes das entidades da sociedade civil e por representantes do poder público (executivo, legislativo ou judiciário).
- () Outro processo de escolha. Qual? _____
-

6. Os conselheiros deste Conselho Tutelar receberam formação ou capacitação específica para o cargo, após terem sido eleitos?

- () Não.
() Sim, apenas um conselheiro.
() Sim, dois conselheiros.
() Sim, três conselheiros.
() Sim, quatro conselheiros.
() Sim, cinco ou mais conselheiros.

7. Os conselheiros deste Conselho Tutelar participam de alguma Associação ou Fórum de Conselheiros Tutelares?

- () Não.
() Sim, apenas um conselheiro.
() Sim, dois conselheiros.
() Sim, três conselheiros.
() Sim, quatro conselheiros.
() Sim, cinco ou mais conselheiros.

Em caso positivo, indique o nome da Associação ou Fórum: _____

8. Na opinião deste Conselho, existe a necessidade de se aumentar o número de Conselhos Tutelares no município?

- () Não () Sim

9. Indique se o SIPIA – Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência – foi instalado no município e se, atualmente, está ou não em atividade:

- () Não foi instalado.
() Foi instalado, mas atualmente não está em atividade.
() Foi instalado e encontra-se ativo.

10. Caso o SIPIA tenha sido instalado no município, mas atualmente não esteja em atividade, indique as razões que levaram a essa situação:

- () Falta de manutenção dos equipamentos.
() Os computadores disponíveis não são adequados aos requisitos do SIPIA.
() Dificuldades dos conselheiros em lidar com computadores.
() O sistema informatizado é difícil de manejar.
() É difícil classificar os casos de ameaça ou violação de direitos conforme os conceitos e categorias do SIPIA.
() Falta de tempo para operar o sistema.
() Os atuais conselheiros tutelares não foram treinados para operar o sistema.
() Outra(s) razão(ões). Qual(is)? _____
-

11. Qual é a jornada de trabalho média semanal individual dos conselheiros no Conselho Tutelar?

- () Até 10 horas semanais.
() Entre 11 e 20 horas semanais.
() Entre 21 e 30 horas semanais.
() Entre 31 e 40 horas semanais.

() Mais de 40 horas semanais.

12. Na opinião deste Conselho Tutelar, qual o grau de informação que a população do município tem sobre os elementos da política de atenção à criança e ao adolescente, abaixo indicados?

Elementos	Grau de informação da população			
	Nulo	Baixo	Médio	Alto
Direitos e deveres fundamentais das crianças e adolescentes (ECA)				
CMDCA				
Conselho Tutelar				
Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente				

13. Considerando as medidas de proteção apontadas no quadro a seguir, indique se elas têm sido determinadas por este Conselho Tutelar e com que frequência.

Medidas de proteção	O Conselho Tutelar tem determinado?			
	Não	Sim, com baixa frequência	Sim, com média frequência	Sim, com alta frequência
Encaminhamento aos pais ou responsáveis, mediante termo de responsabilidade				
Orientação, apoio e acompanhamento temporários				
Matrícula e frequência obrigatórias em escola				
Inclusão em programa de auxílio à família, criança e adolescente				
Requisição de tratamento de saúde e saúde mental				
Inclusão em programa de auxílio a toxicômanos				
Abrigo em entidade				

14. Indique se este Conselho Tutelar já realizou uma ou mais das seguintes atividades (ou tem sido demandado a realizar tais atividades por parte de autoridades públicas locais): Assinale um X nas alternativas que forem válidas.

- () Emitir autorização para crianças e adolescentes viajarem.
- () Mediar acordos extra-judiciais de pensão alimentícia.
- () Determinar procedimentos de investigação de paternidade.
- () Determinar registro civil de nascimento ou óbito.
- () Resolver problemas de disciplina na escola.
- () Determinar concessão de guarda de crianças ou adolescentes.
- () Determinar destituição ou suspensão do pátrio poder.
- () Determinar medida sócio-educativa a adolescente autor de ato infracional.
- () Fiscalizar sistematicamente bares, restaurantes, boates etc. com vistas à identificação de crimes ou infrações administrativas contra crianças e adolescentes.
- () Este Conselho Tutelar não realizou e não tem sido demandado a realizar nenhum dos atendimentos anteriores.